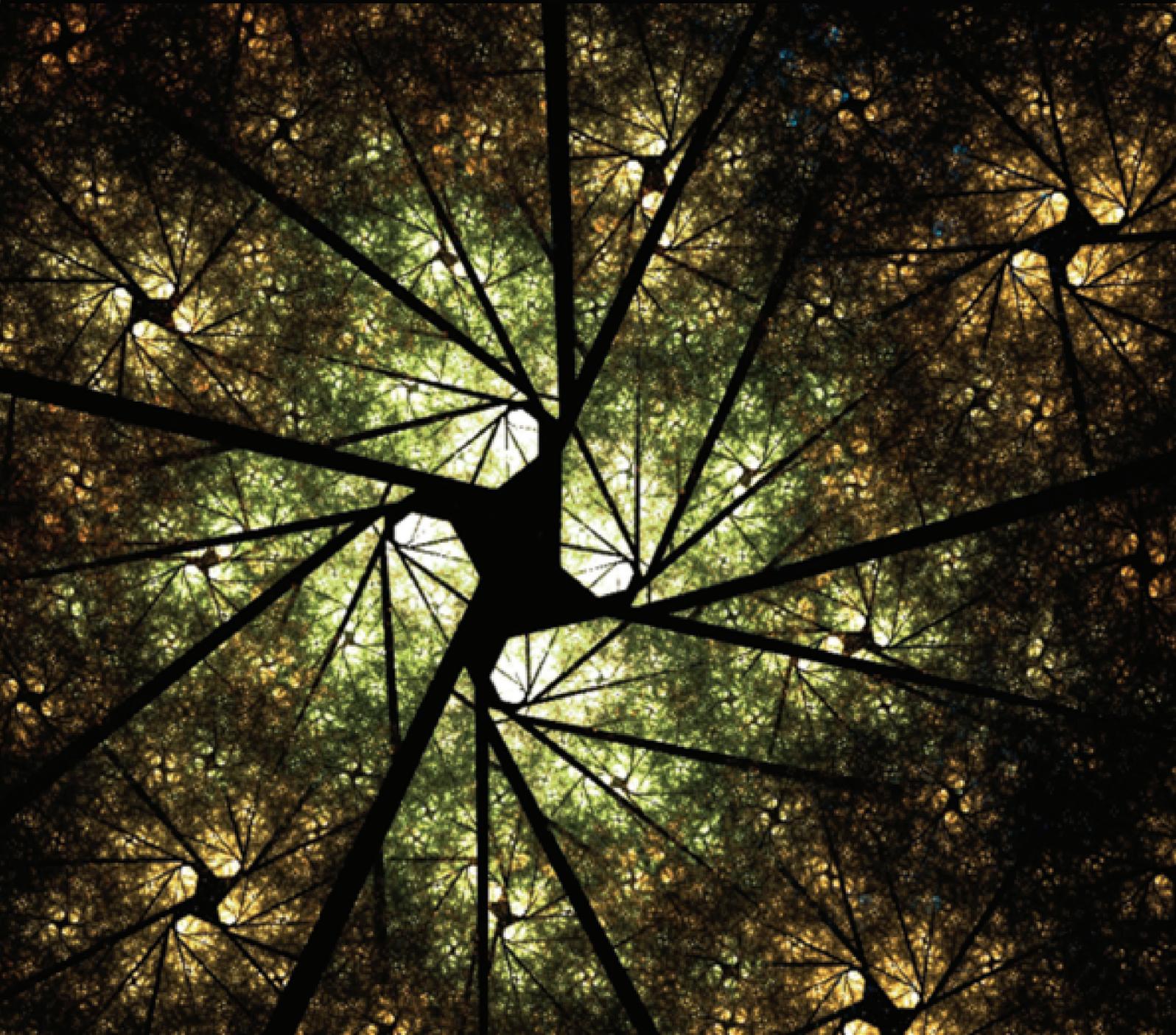


Psicologia em pesquisa

Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF



Volume 5 | Número 2
Julho - Dezembro de 2011



FAPEMIG
Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de Minas Gerais

Psicologia em Pesquisa

ISSN 1982-1247

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF

Volume 5 Número 2

Julho - Dezembro 2011

Missão

Psicologia em Pesquisa é um periódico eletrônico semestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Seu objetivo principal é promover a produção e a divulgação do conhecimento científico no campo da Psicologia e de suas áreas afins. Para tanto, prioriza a publicação de artigos originais que relatam os resultados de pesquisas empíricas ou teóricas. Também são publicadas outras comunicações científicas originais como, por exemplo, revisão de literatura, ensaio teórico, resenha, entrevista, relato de experiência, que tenham relevância para Psicologia e suas áreas correlatas. Os manuscritos podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol.

Com a meta de assegurar uma avaliação imparcial e promover um intercâmbio entre os autores e seus pares, todos os manuscritos submetidos à **Psicologia em Pesquisa** são avaliados segundo um processo de revisão às cegas por pares.

Editor

Saulo de Freitas Araujo

Editores Associados

Francisco Teixeira Portugal UFRJ (História e Filosofia da Psicologia)

Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota UERJ (Psicologia do Desenvolvimento)

Telmo Mota Ronzani UFJF (Psicologia Social e Saúde)

Comissão de Política Editorial

Saulo de Freitas Araujo – UFJF

Altemir José Gonçalves Barbosa – UFJF

Juliana Perucchi – UFJF

Lélio Moura Lourenço – UFJF

Marisa Consenza Rodrigues – UFJF

Assistente do Editor

Cíntia Fernandes Marcellos

Secretária

Franciele Resende de Souza

Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico

Editora UFJF

Conselho Editorial

Acácia Angeli Aparecida dos Santos - Univ. São Francisco

Adelina Guisande - Univ. de Santiago de Compostela (Espanha)

Alexander Moreira-Almeida - Univ. Federal de Juiz de Fora

Ana Maria Jacó-Vilela - Univ. Estadual do Rio de Janeiro

Ann Dowker - University of Oxford (Inglaterra)

Antônio Diniz - Inst. Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)

Antônio Maurício Castanheira Neves - Univ. Católica de Petrópolis

Carla Witter - Univ. São Judas Tadeu

Cláudio Garcia Capitão - Univ. São Francisco

Eduardo José Manzini - Univ. Estadual Paulista

Enrique Saforcada - Univ. de Buenos Aires (Argentina)

Erikson Felipe Furtado - Univ. de São Paulo

Fernando Vidal - Max-Planck-Institut für

Wissenschaftsgeschichte (Alemanha)

Geraldina Porto Witter - Univ. Camilo Castelo Branco

Gerardo Prieto - Univ. de Salamanca (Espanha)

Gerson Yukio Tomanari - Univ. de São Paulo

José Antônio Damásio Abib - Univ. Federal de São Carlos

Leandro Almeida - Univ. do Minho (Portugal)

Makilim Nunes Batista - Univ. São Francisco

Marcus Bentes de Carvalho - Univ. Federal do Pará

Marcos Emanuel Pereira - Univ. Federal da Bahia

Maria do Carmo Guedes - PUC - São Paulo

Mônica Sanches Yassuda - Univ. de São Paulo

Richard Saitz – Boston University (EUA)

Richard Theisen Simanke - Univ. Federal de São Carlos

Sandra Regina Kirchner Guimarães - Univ. Federal do Paraná

Sônia Maria Guedes Gondim - Univ. Federal da Bahia

Thomas Sturm - Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)

Vitor Geraldi Haase - Univ. Federal de Minas Gerais

William Barbosa Gomes - Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Zilda Aparecida Pereira Del Prette - Univ. Federal de São Carlos

Psicologia em Pesquisa

ISSN 1982-1247

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF

Volume 5 Número 2

Julho - Dezembro 2011

Sumário

Editorial

95 Crescendo e Ampliando a Representatividade

Saulo de Freitas Araujo

Artigos / Articles

96 A Estrutura como Representação na Obra Inicial de Merleau-Ponty

Structure as Representation in Merleau-Ponty's Early Work

Duane H. Davis

108 Um Ponto Cego no Programa de Naturalização da Fenomenologia: O Conceito de Natureza

A Blind Spot in the Program for a Naturalization of Phenomenology: The Concept of Nature

Richard Theisen Simanke

117 Saúde Mental e Afastamento do Trabalho em Servidores do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Mental Health and Work Leave in Judiciary Workers in the State of Rio Grande do Sul

Rosália Maria Costa Fonseca e Mary Sandra Carlotto

126 Treinamento de Pais na Terapia Cognitivo-Comportamental para Crianças com Transtornos Externalizantes

Parent Training in Cognitive-Behavioral Therapy for Children with Externalizing Disorders

Beatriz de Oliveira Meneguelo Lobo, Katherine Flach e Ilana Andretta

135 Psicologia Social em Minas: Contexto Sociopolítico de Produção na *Psicologia & Sociedade*

*Social Psychology in Minas: Social-political context of production in *Psicologia & Sociedade**

Claudia Mayorga, Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Geíse Pinheiro Pinto e Tatiana Pedrozo de Souza Pinto

146 Revisão Sistemática sobre Fatores de Risco Associados à Depressão Pós-Parto

A Systematic Review on Risk Factors Associated to Postpartum Depression

Poliana Patrício Aliane, Marli Vilela Mamede e Erikson Felipe Furtado

156 Análise de Artigos sobre Avaliação Psicológica no Contexto do Trabalho: Revisão Sistemática

Analysis of articles on psychological assessment in the work context: A systematic review

Makilim Nunes Baptista, Fabián Javier Marín Rueda, Nelimar Ribeiro de Castro, Juliana Oliveira Gomes e Marlene Alves da Silva

168 Análise Bibliométrica dos Estudos sobre Fobia Social e o Uso de Álcool

Bibliometric Analysis of studies about social phobia and alcohol use

Sabrina Maura Pereira, Francesca Stephan Tavares, Letícia Côrtes de Souza, Auxiliatrice Caneschi Badaró,

Daniel Alexandre Gouvêa Gomes, Fabrícia Souza Peres, Leonice Bárbara de Rezende e Lélío Moura Lourenço

Seção livre / Open session

179 Entrevista com a Prof^a Ana Maria Jacó-Vilela

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira e Cíntia Fernandes Marcellos

Resenha / Review

183 A História da Psicologia Moderna e seu Ensino no Brasil

Luciana Xavier Senra

Nominata

186 Relação de pareceristas

Editorial

Crescendo e Ampliando a Representatividade

Apesar de todas as dificuldades para se manter um periódico institucional no Brasil, PSICOLOGIA EM PESQUISA encerra seu quinto ano de existência com motivos para comemorar. Além da renovação do apoio financeiro da FAPEMIG, houve uma ampliação significativa de sua indexação em bases de dados nacionais e internacionais, sendo que novas indexações já estão sendo preparadas. Além disso, o número de manuscritos submetidos ao longo do ano superou de longe o dos anos anteriores, o que para nós é um indicador do reconhecimento e da confiança em nosso trabalho por parte da comunidade acadêmica brasileira.

O segundo número desse quinto volume reforça nossa política editorial de preservar a pluralidade tanto das áreas temáticas quanto das abordagens metodológicas, além de buscar contribuições inéditas de um número cada vez maior de autores.

A ampliação da representatividade de PSICOLOGIA EM PESQUISA fica evidente já no primeiro artigo, de autoria de Duane Davis, professor da Universidade da Carolina do Norte nos EUA. O Prof. Davis nos brinda com um ensaio profundo sobre a significação da obra de Merleau-Ponty para a psicologia, a partir de uma análise do livro “A Estrutura do Comportamento”.

Dando continuidade à reflexão teórica sobre os fundamentos da pesquisa psicológica, Simanke examina algumas dificuldades envolvidas na proposta atual de aproximação entre a fenomenologia e as ciências cognitivas, sobretudo no que se refere ao conceito de natureza. Além disso, sugere que a obra do filósofo francês Merleau-Ponty pode servir de base para a solução daquelas dificuldades.

Saindo do plano puramente teórico e adentrando o campo das pesquisas empíricas, Fonseca e Carlotto realizam um estudo sobre a relação entre afastamento do trabalho e saúde mental do trabalhador entre 219 servidores do poder judiciário no Rio Grande do Sul. Os resultados revelaram uma maior prevalência de transtornos de humor em relação aos afastamentos.

No que diz respeito à prática psicológica, Lobo, Flach e Andretta discutem e defendem o treinamento de pais como estratégia fundamental na terapia cognitivo-comportamental para crianças com transtornos externalizantes. Além disso, sugerem as

implicações dessa estratégia para a prevenção e a promoção da saúde.

No quinto artigo, Mayorga, Nascimento, Pinto e Pinto realizam um estudo documental sobre a produção acadêmica na psicologia social em Minas Gerais, tomando como base os dez primeiros números publicados no periódico *Psicologia e Sociedade*. O estudo revela uma forte vinculação dos autores com a UFMG, além de uma predominância temática da psicologia comunitária e da análise institucional.

Em seguida, Aliane, Mamede e Furtado fazem uma revisão sistemática da literatura sobre fatores de risco associados à depressão pós-parto em três bases de dados. Como resultado, eles encontraram que os fatores de risco mais frequentemente citados pertenciam ao agrupamento de fatores psicológicos/psiquiátricos.

No penúltimo artigo, Baptista et al. também realizam uma revisão sistemática da literatura, entre 2000 e 2009, mas desta vez direcionada para a avaliação psicológica no contexto do trabalho. Apesar dos resultados evidenciarem um aumento de artigos envolvendo a avaliação psicológica no contexto do trabalho, ainda há uma carência de produção em relação ao tema no Brasil.

Encerrando a seção de artigos, Pereira et al. apresentam um estudo bibliométrico em três bases de dados internacionais, no período de 2006 a 2009, sobre a relação entre fobia social e o uso de álcool. Os resultados indicaram uma grande variabilidade de instrumentos e participantes, além de uma forte predominância dos EUA na produção da área.

Para encerrar este número de PSICOLOGIA EM PESQUISA, temos uma entrevista especial com a Prof. Ana Maria Jacó-Vilela e uma resenha do livro “História da Psicologia Moderna”, de J. Goodwin, publicado pela Editora Cultrix.

Saulo de Freitas Araujo

A Estrutura como Representação na Obra Inicial de Merleau-Ponty*

Structure as Representation in Merleau-Ponty's Early Work

Duane H. Davis¹

Resumo

O tema deste artigo, enunciado nos termos mais gerais, diz respeito à relação de “fundamentação” entre a filosofia e a práxis das ciências humanas, especialmente a psicologia. Mais especificamente, eu argumento que a obra de Merleau-Ponty nos fornece uma noção de *estrutura* que pode ser vista como *representação* em dois sentidos importantes e entrelaçados. Em primeiro lugar, sua noção de estrutura é uma *representação do eu*. Em segundo lugar, sua noção de estrutura é uma *representação da psicologia* – especialmente no que diz respeito às suas relações com a filosofia. Por fim, eu tentarei mostrar como a estrutura como representação inaugura o projeto merleau-pontyano de uma fenomenologia da percepção, que ele desenvolverá por toda sua vida.

Palavras-chave: Fenomenologia; psicologia; Merleau-Ponty; representação; estrutura.

Abstract

The subject of this paper, stated in the most general terms, concerns the “grounding” relation between philosophy and the praxis of the human sciences, especially psychology. More specifically, I argue that Merleau-Ponty's early work provides a notion of *structure* that can be seen as *representation* in two important intertwined senses. First, his notion of structure is a *representation of the self*. Second, his notion of structure is a *representation of psychology* – especially in regard to its interrelations with philosophy. Finally, I will show how structure as representation inaugurates Merleau-Ponty's life-long project of a phenomenology of perception.

Keywords: Phenomenology; psychology; Merleau-Ponty; representation; structure.

¹ Universidade da Carolina do Norte em Asheville, NC, EUA.

Meu tema, enunciado nos termos mais gerais, diz respeito à relação de “fundamentação” entre a filosofia e a práxis das Ciências Humanas, especialmente a Psicologia. Mais especificamente, eu argumento que a obra de Merleau-Ponty nos fornece uma noção de *estrutura* que pode ser vista como *representação* em dois sentidos importantes e entrelaçados. Em primeiro lugar, sua noção de estrutura é uma *representação do eu*. Em segundo lugar, sua noção de estrutura é uma *representação da Psicologia* – especialmente no que diz respeito às suas relações com a filosofia. Por fim, eu tentarei mostrar como a estrutura como representação inaugura o projeto merleau-pontyano de uma fenomenologia da percepção, que ele desenvolverá por toda sua vida.

Eu devo adverti-los que, ao longo deste ensaio, estarei usando o termo representação num sentido peculiar e deliberadamente ambíguo. Por favor, não entendam o termo representação no sentido de uma cópia de algo, em que, de alguma maneira, a cópia esteja diminuída com relação ao seu original. Pensem em representação no sentido de uma *representação sem origem*. Dessa maneira, a ênfase recai no processo, no acontecimento da representação, e não naquilo que é representado ou em algo que seja uma cópia daquele

original. Assim, quando eu afirmar que a estrutura é uma representação do eu, não pretenderei dizer que ela é uma cópia ruim do eu. Nem – o que seria ainda pior – quererei dizer que a estrutura é o verdadeiro eu revelado. Em vez disso, a estrutura será o *revelar-se* do sentido do eu. A estrutura não é uma *coisa*; ela é um processo – é da natureza de um *acontecimento*. A estrutura do comportamento implica o eu enquanto eu no sentido do comportamento. Da mesma forma, quando eu disser que a estrutura é uma representação da Psicologia, eu não pretenderei afirmar que a estrutura é uma cópia ruim ou alguma Psicologia verdadeira revelada. A estrutura será o *revelar-se* do sentido da Psicologia. A estrutura do comportamento implica a Psicologia como Psicologia, com suas disciplinas e praxes específicas, no sentido do comportamento. Em ambos os casos, a estrutura é uma re-presentação criativa e radical – sentido e valor rompendo a si mesmos enquanto tais – e, assim, ela é mais bem compreendida sem referência a alguma apresentação originária.

A Estrutura como Representação do Eu

O que é o eu? Essa é apenas uma das formulações da grande questão imemorial: Quem somos nós?

Quem é aquele que faz surgir o comportamento estudado pela Psicologia?

Merleau-Ponty enuncia muito claramente o propósito de seu trabalho de 1942, *La Structure du Comportement* (1942/1990), na primeira frase do livro: “Nosso objetivo é compreender as relações entre consciência e natureza: orgânica, psicológica ou, mesmo, social” (p.1)¹. Observem, por favor, que esse objetivo é um projeto de *compreensão*, e não de conhecimento dos fatos. Retornaremos a esse ponto mais tarde. Esse enunciado do propósito do livro tampouco é um mau esboço do direcionamento de toda a carreira de Merleau-Ponty. Em geral, em suas primeiras obras, ele se concentra em transformar radicalmente a noção de *consciência*, enquanto que, em seus trabalhos mais tardios, ele se concentra em transformar radicalmente a noção de *natureza*.

Merleau-Ponty procura atingir essa compreensão da relação entre consciência e natureza pela elucidação da estrutura – ou das estruturas – do comportamento. Ele é mais específico sobre seu plano no final da introdução, onde diz que abordará o problema “de baixo”, e não de um ponto de vista teórico (SC, p. 2; SB, p. 4.). Isto é, começando pelo mundo tal como o experienciamos, Merleau-Ponty espera livrar-se das pressuposições metafísicas sobre o eu e sobre a natureza, assumidas pelas várias escolas de pensamento em Psicologia de sua época (a saber, o behaviorismo de Watson, o “mentalismo” de Brunschvicg, a Psicologia da Gestalt de Koffka e Koehler, etc.). Em vez de começar pelas concepções metafísicas de mente, corpo e natureza, ele espera que essa nova abordagem “possa nos dar a oportunidade de defini-las de novo”, especialmente evitando a “desordem ideológica” manifesta no behaviorismo norte-americano de sua época (SC, pp. 2-3, n. 2; SB, p. 225, n. 3.).

Merleau-Ponty acreditava que os psicólogos frequentemente assumiam alguma compreensão particular do eu na prática de sua ciência. Observem, por favor, que Merleau-Ponty não pensa que isso seja “errado”. Eu creio que ele sempre foi, em certo sentido, um psicólogo, ao longo de toda a sua carreira, embora esteja certo de que um bom número de filósofos e psicólogos estaria disposto a discordar dessa afirmação. Mas os resultados obtidos pelas ciências – que fazem certas pressuposições – reivindicam essas suposições

como se elas fossem universais e objetivas. Em vez disso, essas reivindicações devem ser explicitadas no reconhecimento dessas pressuposições, uma vez que os resultados são contingentes com relação a elas. Ou seja, os resultados podem proporcionar um grande discernimento (*insight*), mas eles são mais bem compreendidos como o conseqüente de um enunciado condicional, no qual o antecedente é uma pressuposição metafísica não enunciada. Retornaremos a esse tema na segunda seção deste ensaio.

A abordagem filosófica de Merleau-Ponty, em geral, é fenomenológica. A escola filosófica de pensamento conhecida como fenomenologia foi fundada pelo matemático e filósofo alemão Edmund Husserl, que realizou seu trabalho mais importante no primeiro terço do século XX. É ao pensamento de Husserl que Merleau-Ponty retorna sempre ao longo de toda a sua carreira – sempre se apropriando do projeto fenomenológico de Husserl de maneira crítica e criativa.

A intuição fundamental da fenomenologia é que a consciência é *intencional*. Isto é, a consciência é sempre consciência *de* algum objeto da consciência. A consciência intencional está sempre direcionada ao seu objeto, orientada para ele e conectada com ele. A ideia-chave aqui é que a consciência é a relação envolvendo aquele que conhece e a coisa a ser conhecida. Então, quando Merleau-Ponty enuncia seu propósito aqui, ele está descrevendo uma relação intencional entre a consciência e o mundo. Se quiséssemos ser mais críticos, poderíamos dizer que ele joga com o sentido equívoco do termo consciência, pois se refere tanto ao entendimento tradicional da consciência como “cognoscente” ou “sujeito”, quanto ao sentido fenomenológico, mais rico, da consciência intencional, que é a relação entre a consciência tradicional e seu objeto – a natureza. Mas acho que este acaba sendo um equívoco bastante frutífero, pois ele permite que Merleau-Ponty explore essa ambigüidade que está no coração da existência humana pelo resto de sua carreira. Nós não somos nem sujeitos, nem objetos – de alguma maneira, somos ambos e nenhum dos dois. Nós não somos nem consciência, nem natureza – de alguma maneira, somos ambas e nenhuma das duas. Nosso comportamento está estruturado dessa maneira ambígua.

Husserl (1982, p. 56) pensava que sua abordagem fenomenológica revelava um domínio para a ciência que “mal tinha sido percebido até então”, o qual, por

¹ Daqui em diante, eu citarei a edição francesa como SC e a tradução inglesa (1983) como SB.

sua vez, revelava uma nova compreensão do eu – uma compreensão radical da consciência como consciência intencional². Mais interessante que isso: ele pensava que essa abordagem envolvia uma *alteração* da consciência. A fim de melhor compreender tudo isso – e, o que é mais importante para nossos propósitos, a fim de compreender a noção de Merleau-Ponty da estrutura como uma representação do eu –, precisamos primeiro compreender alguma terminologia básica da fenomenologia.

Husserl descreveu como a consciência ingenuamente aceita seu mundo na sua forma dada e se referiu a essa atitude como a “atitude natural” da consciência. Mas nós também tendemos a ver o mundo em termos dos preconceitos teóricos que nós herdamos ou cultivamos. Ao reconhecer esses preconceitos e suspender nossa crença nos mesmos, Husserl pensava que nós poderíamos revelar o fenômeno tal como ele é, em vez de ficarmos presos aos nossos preconceitos teóricos. A chave – dizia ele – era suspender nossos sistemas de crenças sobre qualquer fenômeno em questão, sem postular novas crenças teóricas. Isso evitaria os erros que ele pensava que a Psicologia tinha cometido, ao considerar seus resultados como estados reais dos fenômenos, em vez de assumir seus próprios preconceitos teóricos. Nesse caso, a natureza do eu é o fenômeno que nós estamos interessados em discutir. Se começamos por assumir que o eu é um epifenômeno da atividade fisiológica, por exemplo, então os resultados de nossas investigações precisam reconhecer essas pressuposições.

Husserl tomou emprestado um termo dos antigos cétricos para descrever suspensão de nossas pré-concepções: *epochē*. Ao realizar a *epochē*, nós estamos também reduzindo o objeto da consciência ao próprio fenômeno bruto, posto a nu. Daí esse processo que ele denominou redução fenomenológica. A *epochē* e a redução fenomenológica são dois lados da mesma moeda: realizar a *epochē* simultaneamente nos engaja na redução fenomenológica. Realizando a *epochē* e nos engajando na redução fenomenológica, somos capazes de voltar nossa atenção para a própria relação intencional, que é o revelar-se do fenômeno.

Agora, precisamos olhar apenas um pouco mais de perto a maneira como Husserl pensou que

essa *epochē* e a redução fenomenológica deveriam ser efetuadas, a fim de avançar em nossa compreensão da posição de Merleau-Ponty. Husserl pensava que a consciência se dá na atitude natural de uma maneira familiar, porém impura e incerta, limitada por suas contingências. Nem o eu na atitude natural, nem o eu com seus preconceitos teóricos eram um entendimento do eu capaz de alcançar os fenômenos como eles realmente são. Isso tem imensas implicações para o modo como a Psicologia como ciência deve proceder e para como a Filosofia deve fundamentá-la – que nós discutiremos na segunda e na terceira seções deste ensaio. Ele pensava que, alterando a própria consciência, a fenomenologia podia revelar o eu fundamental operando em completa liberdade, em vez de ficar atolado em suas contingências. “Em vez de permanecer nessa atitude, nós propomos alterá-la radicalmente” (Husserl, 1982, p. 57). Observem, por favor, a reflexividade aparentemente paradoxal que há aqui, quando o fenômeno a ser revelado é a própria consciência: nós devemos *alterar* a consciência, a fim de revelá-la *tal como ela é*. Ora, Husserl estava a par desse problema, é claro, e sustentava que isso não é um problema desde que nós nos retiremos da atitude natural. O verdadeiro eu que é revelado através dessa alteração da consciência é o ego transcendental: a raiz da consciência intencional em relação com seu objeto. Para Husserl, esse ego transcendental não é, de forma nenhuma, a mesma coisa que a psique operando na atitude natural. Apenas o ego transcendental, operando em sua plena liberdade, pode suspender a crença nos preconceitos teóricos. Assim, ele mantinha que, a menos que a ciência da Psicologia estivesse fundamentada pela fenomenologia, sua compreensão do eu seria limitada e distorcida. O psicólogo fenomenológico norte-americano Amadeo Giorgi (1998) descreveu isso humoristicamente como “procurar pela psique em todos os lugares errados”.

Husserl descreveu com grande entusiasmo o modo como a redução fenomenológica fornecia uma pura fundamentação para o conhecimento científico, por meio dessa alteração radical da consciência. Essa alteração da consciência é importante para a compreensão do que nós estamos chamando de uma representação do eu na noção merleau-pontyana de estrutura.

Merleau-Ponty buscava revelar a estrutura do comportamento, que eu já descrevi como uma relação intencional entre consciência e natureza.

² Gostaria de expressar a minha gratidão ao Sr. Evan Edwards – um jovem e promissor filósofo – pela sua assistência em minha discussão desse material em Husserl.

Ele queria livrar-nos dos preconceitos teóricos a respeito da natureza do eu que ele via em várias das escolas de Psicologia de sua época. Merleau-Ponty procurava revelar as limitações e inadequações dessas abordagens psicológicas, ao expor que elas continham pressuposições metafísicas não admitidas. Ele fez isso descrevendo como o behaviorismo, o intelectualismo e a psicologia da Gestalt explicavam três ordens de comportamento: a ordem física, a ordem vital e a ordem humana. Não temos tempo para entrar nos detalhes dessas críticas aqui. Mas a maneira pela qual Merleau-Ponty realiza essas críticas é, ela mesma, digna de nota. Ele elabora essas posições – “experimenta-as para ver se servem” – apenas para descobrir, de dentro para fora, que elas são, de algum modo, limitadas e produzem explicações do eu que são contrárias à nossa experiência e injustificáveis. E, em cada caso, o problema é que elas fazem pressuposições metafísicas a respeito do eu. O behaviorismo sustentava que o eu é uma relação entre estímulo e resposta, a qual se apoia numa metafísica positivista, segundo a qual o que é real pode ser empiricamente verificado, manipulado e controlado. O intelectualismo sustentava que o eu é realmente espiritual ou intelectual, e não de natureza empírica. Os psicólogos da Gestalt criticam tanto o behaviorismo quanto o intelectualismo, ao descreverem o comportamento em termos de relações entre as partes e o todo. No entanto, em última instância, eles insistiam em que essas relações eram as causas reais e materiais do comportamento. Em cada caso, Merleau-Ponty elabora essas posições e adota algumas verdades limitadas. Ele se apropria de aspectos de cada posição na articulação de sua própria compreensão da estrutura.

Por exemplo, Merleau-Ponty se apropria das críticas dos gestaltistas ao behaviorismo, mas, então, desconstrói suas críticas para revelar que elas dependem de uma má compreensão da causalidade como material, que eles já tinham mostrado ser inadequada

Mas, ao falar das formas físicas, a teoria da Gestalt quer dizer que se podem encontrar essas estruturas numa natureza tomada em si mesma [como puro objeto], de modo a constituir a mente. Assim, as mesmas razões que desacreditam a concepção positivista das leis [do comportamento] também desacreditam

a noção de formas em si. Não se pode corrigir uma com a outra; e esses dois dogmatismos compreendem mal o sentido vivo das noções de estrutura (...) na consciência científica. Muito mais do que opostas, elas são complementares e representam antinomias que precisam ser ultrapassadas (SC, p. 151; SB, p. 140).

A noção merleau-pontyana de estrutura é uma representação do eu. Ela se apropria de aspectos dessas outras explicações do eu, ao mesmo tempo em que evita os apelos metafísicos que ele revelou nas outras posições. A estrutura se manifesta no mundo da experiência e da percepção, mas Merleau-Ponty não reduz o eu a um arranjo de causas empíricas. A estrutura explica a relação entre mente e corpo sem reduzir a mente ao corpo ou o corpo à mente. A estrutura leva em conta as *Gestalten* sem postulá-las como realidades empíricas ou causas materiais.

Merleau-Ponty sempre escreve obliquamente. Ele revela seu pensamento em suas apropriações críticas de outros pensadores. Alguns leitores ficam impacientes com esse estilo. Consideremos, então, uma analogia, a fim de compreender melhor o que Merleau-Ponty quer dizer com sua noção de estrutura. Podemos perguntar: “O que é um time de futebol?” Claro que nós sabemos o que o time de futebol é! Não temos nenhuma dificuldade em distinguir nosso time favorito dos outros (a não ser, talvez, que tenhamos tomado algumas caipirinhas demais). O que é esse time que nós reconhecemos? Os corpos físicos dos jogadores são obviamente o que se vê no campo, mas o sentido do time não se esgota nessa explicação. E os jogadores reservas nas laterais? E os jogadores anteriores, o treinador, os massagistas, os fãs, o escritório comercial que vende os produtos do time? Onde nós paramos? Da mesma maneira, não iremos muito melhor apelando para algum espírito de equipe, a não ser que este tenha alguns corpos grandes, fortes, rápidos e ágeis para complementar aquele espírito. O time tampouco é redutível a uma série de relações físicas causais entre partes e todos: goleiros e atacantes, por exemplo. Então, o que é o time? Ele não é a carne individual dos jogadores, nem algum espírito desencarnado, nem a relação entre os jogadores e o time como coisas. Mas há uma estrutura identificável no comportamento que nós chamamos de “time”. A estrutura do comportamento implica

o time como time no sentido do comportamento. Nenhum outro time se comporta como aquele! Sua identidade e estilo singulares são revelados em seu comportamento. A estrutura do comportamento é o revelar-se do sentido do time.

Há interessantes paralelos a essa abordagem na carreira posterior de Merleau-Ponty, que nós não temos tempo de discutir em detalhe, mas podemos apenas mencionar de passagem aqui. Onde está a raiva que alguém sente de nós quando nos tornamos particularmente irritantes? (Merleau-Ponty, 2002, pp. 45-47). Onde está a pintura que nós adoramos ou abominamos? (1964a). Onde está a linguagem que eu uso para exprimir esse pensamento? (1945, pp. 203-232; 1986, pp. 174-199).

Onde está o time? Onde está o eu? Ele não está em parte alguma, se procurarmos por ele como algo puramente empírico, espiritual ou como alguma relação entre *Gestalten*. O eu não é nem sujeito, nem objeto. Consciência/ objeto, sujeito/ objeto são relações intencionais nas quais o fenômeno do eu é exposto – na estrutura do comportamento. A descrição do eu como representado em estrutura não é um movimento do subjetivo para o objetivo, porque a estrutura não é objeto. Penso ser óbvio que a estrutura não é subjetiva, mas quero enfatizar aqui que a estrutura não é uma verdade objetiva do preconceito subjetivo. Ela tampouco é alguma realidade metafísica objetiva por trás da aparência subjetiva. A estrutura não está atrás, embaixo, além ou em *qualquer outro* lugar que não seja este mundo da experiência. Ela não é subjetiva. Ela não é objetiva. A estrutura do comportamento implica – representa – o eu como eu no sentido do comportamento. O eu é um fenômeno.

A representação do eu manifesta na estrutura do comportamento conta com a ambiguidade de que o eu é mais do que ele é, nunca é exatamente o que ele é, e não é nada mais do que aquilo que ele é. A fim de compreender esse eu, deve haver uma alteração radical do eu que se manifesta em sua própria emergência como fenômeno.

Esse objeto – ou sujeito – elusivo é o comportamento a cujo estudo a ciência da Psicologia tem-se devotado. Ele difere marcadamente do eu tal como tipicamente entendido pela Psicologia. Como veremos na próxima seção, essa noção de estrutura também acarreta uma exposição igualmente radical e criativa da ciência que se dedica ao estudo do comportamento.

A Estrutura como Representação da Psicologia

O que é Psicologia? Como acontece com a questão do eu, a não ser que estejamos dispostos a nos contentar com uma resposta desgastada e didática, não é assim tão fácil saber como responder a essa questão. É claro que ela é o estudo do comportamento – mas que tipo de estudo? E como a filosofia se relaciona adequadamente com o estudo do comportamento? Ou, nos termos da nossa investigação, como a noção de estrutura em Merleau-Ponty pode ser uma representação da Psicologia?

Como dissemos anteriormente, a estrutura é o *revelar-se* do sentido da Psicologia. A estrutura do comportamento implica a Psicologia enquanto Psicologia, com suas disciplinas e práticas específicas, no sentido do comportamento. Assim como a noção merleau-pontyana de estrutura acarretava alterações radicais do eu, ela também acarreta uma mudança radical na abordagem de como a Psicologia deve fornecer uma explicação do comportamento.

Na seção anterior, o eu – o que Husserl chamava “o enigma dos enigmas” – revelava-se tanto como subjetivo quanto como objetivo – mas nem sujeito, nem objeto. Da mesma forma, a ciência da Psicologia deve ser tanto subjetiva quanto objetiva – mas nenhuma das duas coisas. Se a Psicologia fosse adotar uma abordagem puramente subjetiva, ela produziria diários em vez de estudos científicos. Mas ela não pode fingir assumir uma postura puramente objetiva, a menos que ela se abstenha de qualquer possibilidade de fornecer interpretação e compreensão.

Merleau-Ponty segue o caminho da crítica que os psicólogos da Gestalt fazem do behaviorismo para ilustrar como uma abordagem causal e objetiva simples não pode sequer explicar os reflexos, muito menos ordens superiores de comportamento. Ele examina o trabalho realizado por psicólogos clássicos – tal como Pavlov, Watson e Sherrington, entre outros – para ilustrar como eles decompõem o comportamento em partes menores que podem ser observadas e controladas, assumindo que a melhor compreensão do comportamento é como uma conexão causal e mecânica entre alguns estímulos e respostas isoladas. Uma explicação puramente objetiva e mecanicista como essa ignora seletivamente o contexto sistêmico do comportamento e, assim, distorce seu significado. Ela reduz o eu que se comporta a algo semelhante a um “posto de controle ferroviário” e, ao mesmo

tempo, limita esse tipo de explicação psicológica a uma distorção objetiva mecanicista.

A metáfora de um posto de controle ferroviário não é aplicável, já que não se pode descobrir onde ele estaria situado e já que este seria um posto de controle que receberia suas instruções dos comboios que ele está encarregado de redirecionar e que improvisa os caminhos e desvios de acordo com suas indicações (Merleau-Ponty, SC, p. 32; SB, p. 32).

Inibições, dispositivos de controle, etc., são sobrepostos ao modelo do arco reflexo posteriormente. Mas não faz sentido sustentar o modelo mecanicista quando este é inconsistente com a experiência. Uma explicação como essa depende de categorias que não foram feitas para os fenômenos que ela revelou (SC, p. 33; SB, p. 33). Merleau-Ponty elabora esse modelo de Psicologia e, com isso, revela quais pressuposições metafísicas são feitas a respeito da abordagem dessa escola de Psicologia.

Além disso, não há uma conexão causal linear simples em jogo aqui. A abordagem teórica reducionista falha em apreender a complexidade do comportamento devido às suas pressuposições metafísicas.

A teoria do reflexo condicionado apresenta estímulos e respostas que se sucedem uns aos outros num organismo como uma série de acontecimentos externos entre si e entre os quais não se podem estabelecer outras relações além daquelas da contigüidade temporal imediata (SC, p. 105; SB, p. 95).

Mas Merleau-Ponty mostra que existe uma alteração criativa em ação no comportamento, como, por exemplo, a aprendizagem, que os behavioristas descrevem como condicionamento, mas que escapa às exigências da teoria.

Rigorosamente descrita, além disso, a aprendizagem não parece ser o acréscimo, a antigas formas de comportamento, de certas conexões determinadas entre tais e tais estímulos e tais e tais movimentos, mas, ao contrário, uma alteração geral

do comportamento que se manifesta numa multidão de ações, cujo conteúdo é variável, mas cuja significação é constante (SC, p. 105-6; SB, p. 97).

A aprendizagem não é a cópia exata do comportamento, mas uma *re-presentation* criativa. Essa abordagem clássica em Psicologia ignora o que Merleau-Ponty chama de “causalidade circular” em favor de um modelo linear claramente simplificado. Essa causalidade circular explica as alterações em questão descrevendo a *interdependência situada*, que é incompatível com um modelo puramente objetivo.

A percepção é um momento da dialética viva do sujeito concreto; ela participa em sua estrutura total e, correlativamente, ela tem como seu objeto original, não uma “massa não-organizada”, mas as ações de outros sujeitos humanos (SC, p. 179; SB, p. 166).

Quando fala de uma “dialética viva”, Merleau-Ponty enfatiza que a estrutura se situa na dimensão do acontecimento. Há uma alteração do eu que, como vimos na seção anterior, se manifesta quando se atenta para a estrutura do comportamento. Da mesma forma, requer-se uma alteração da atitude científica. Caso contrário, como observa Merleau-Ponty, a Psicologia sofreria por causa de suas concepções metafísicas, e suas explicações seriam limitadas, da maneira como acabamos de ver. Como veremos, Merleau-Ponty pretende mostrar que, se a Psicologia puder ser representada, à medida que seu sentido emerge na estrutura do comportamento, isso também mudaria a relação entre Psicologia e Filosofia.

“Passando pelo behaviorismo, obtemos os meios para introduzir a consciência, não como realidade psíquica, mas como estrutura” (SC, p. 3; SB, p. 5). E, como veremos na seção final, Merleau-Ponty mal começou um projeto que será para a vida inteira, quando aborda a natureza da existência dessas estruturas, na conclusão desse seu primeiro livro.

Como afirmei anteriormente, Merleau-Ponty era um pensador fenomenológico. Como tal, ele se interessava pelas condições de possibilidade da experiência – ou pela “filosofia transcendental”. É importante notar agora como sua posição difere da de Husserl a respeito do papel da filosofia em fornecer uma fundamentação transcendental para as ciências.

Recordem, por favor, que Husserl pensava ser necessário suspender ou pôr entre parênteses nossa crença nos preconceitos teóricos, a fim de ultrapassar a atitude natural rumo a um modo de consciência crítica novo e radicalmente alterado, que ele acreditava ser exclusivo da fenomenologia. Isto é, ao realizar a *epochê*, nós alteraríamos radicalmente nosso estado de consciência, de tal modo a nos engajarmos simultaneamente na redução fenomenológica. Ele acreditava que isso produziria uma nova compreensão do fenômeno, que fosse pura e inocente de todo preconceito teórico. Husserl pensava, assim, que a filosofia fenomenológica forneceria uma nova fundação transcendental para todas as ciências, incluindo a Psicologia. Husserl descrevia a fenomenologia como a “ciência das ciências” – a única garantia adequada de resultados necessários e certos nas e entre as ciências. Sem uma fundamentação fenomenológica adequada, Husserl (1982) pensava que a Psicologia podia ocasionalmente produzir verdades válidas, mas não teria nenhuma maneira de compreender o sentido e a amplitude dessas verdades, pois permaneceria atolada na atitude natural e limitada por suas concepções metafísicas.

Assim, eu excluo todas as ciências relacionadas a esse mundo natural, não importando quão firmemente estabelecidas elas sejam para mim, não importando o quanto eu as admire, não importando quão pouco eu pense em eliminar a menor objeção a elas; eu não faço absolutamente nenhum uso das coisas colocadas por elas. Eu tampouco assumo como minha nenhuma das proposições que pertençam a essas ciências, mesmo que ela seja perfeitamente evidente; nenhuma é aceita por mim; nenhuma me fornece um fundamento – que isso fique bem claro: na medida em que ela seja entendida, tal como se apresenta em uma dessas ciências, como uma verdade a respeito das realidades deste mundo. Eu não devo aceitar uma proposição como essa até que eu tenha colocado um parêntese à sua volta. Isso significa que eu só posso aceitar tal proposição numa consciência modificada – a consciência de exclusão do juízo – e, portanto, não mais como ela é na ciência,

uma proposição que reivindique sua validade e cuja validade eu aceite e utilize (pp. 61-62).

Para Husserl, a promessa da filosofia fenomenológica repousa na alteração radical da consciência, que a afaste de qualquer ponto de vista teórico que a ciência pudesse fornecer. De fato, Husserl via como uma crise fundamental de seu tempo o fato de que as verdades afirmadas pela ciência fossem assumidas não apenas como verdades, mas como o padrão de verdade de nosso mundo da experiência.

Da mesma forma, embora Merleau-Ponty (2002, pp. 14-15) não queira negar a ciência, ele vira a mesa e insiste em que é a ciência que era culpada da negação do mundo da experiência³. A ciência moderna era culpada de sua própria arrogância, ao assinalar o mundo percebido como uma classe subordinada requerendo retificação: “uma simples aparência destinada a ser superada pelo conhecimento científico” (p. 15).

É crucial perceber que Merleau-Ponty não está advogando a negação da ciência. Na verdade, ele era contrário à visão arrogante que a filosofia moderna manteve, de Descartes a Kant e Hegel: a de que a filosofia deveria, enquanto guardiã da razão, presidir sobre as ciências e fornecer-lhes um fundamento firme. Caso contrário, sustentavam esses pensadores arrogantes, o trabalho da ciência seria desperdiçado. Como a ciência poderia fornecer uma verdade sobre o mundo, se ela não consegue sequer considerar o que a verdade significa ou o que o mundo significa? Qualquer filosofia “que se apresente como uma afirmação autoritária da absoluta autonomia da mente... deixou de ser uma interrogação” (Merleau-Ponty, 1960, p. 158; 1964, pp. 98-99). Merleau-Ponty criticou essa visão pretensiosa ao longo de toda a sua carreira.

Embora a explicação merleau-pontyana da estrutura do comportamento seja uma radical representação que pretende transformar a ciência, ela transforma também a própria abordagem fenomenológica. Enquanto Husserl acreditava que a *epochê* e a redução fenomenológica forneceria um

³ “Não se trata de negar ou de limitar a ciência; trata-se de saber se ela tem o direito de negar ou de excluir como ilusórias todas as pesquisas que não procedam, como ela, por medidas, comparações, e não concluam daí leis tais como aquelas da física clássica, encadeando tais conseqüências a tais condições” (Merleau-Ponty, 2002, pp. 14-15).

conhecimento apodítico – isto é, necessário e certo – que fundamentasse as práticas e as disciplinas da ciência, Merleau-Ponty difere acentuadamente dele nesse ponto.

Em primeiro lugar e acima de tudo, Merleau-Ponty afirmará em seu próximo livro que “o maior ensinamento da redução é a impossibilidade de uma redução completa” (Merleau-Ponty, 1945, p. viii; 1986, p. xiv). Não há nenhuma pureza na abordagem metodológica de Merleau-Ponty. As ideias de Husserl foram um grande passo adiante, mas criaram um novo idealismo do qual Merleau-Ponty procurou abrigar-se em suas interações com as ciências, especialmente a Psicologia, ao longo de toda a sua carreira. A reflexão filosófica amplia e altera as ciências humanas, mas também é dependente delas. Essa é uma relação de fundamentação simbiótica e criativa.

Diz-se, em geral, que a psicologia não é competente no que concerne a esse ponto, já que ela não diz respeito aos objetos da experiência (...), mas apenas aos seus conteúdos (...), através dos quais eles (os objetos) nos são dados, e que a operação da consciência não pode ser conhecida pela observação desses materiais contingentes e de sua gênese temporal, mas apenas por uma reflexão sobre a estrutura do objeto. *Na verdade, é justamente essa distinção entre estrutura e conteúdos, entre a origem psicológica e a origem transcendental, que está em questão* (...). Assim, o que a psicologia diz, tomado no exato sentido em que ela pode dizê-lo, é incompleto, mas não falso; a gênese psicológica coloca problemas transcendentais (SC, pp. 179-180, n.1; SB, pp. 244-5, n. 82 - grifos meus).

Eu tenho uma confissão para fazer esta noite. Durante minha pós-graduação, na Universidade Estadual da Pensilvânia, eu costumava provocar um grande estudioso de Husserl – talvez um discípulo –, Thomas Seebom, perguntando respeitosa, mas repetidamente, se a práxis das ciências humanas não seria uma parte integral da fundamentação das ciências humanas. Quando eu fazia isso, eu gostava particularmente de ver uma veia em suas têmporas começar a latejar. Até mesmo os idealistas husserlianos têm corpos.

O objeto visado pelo ataque de Husserl era o psicologismo, e não a Psicologia. Não obstante, sua abordagem da fenomenologia transcendental relegava a Psicologia a um status de segunda categoria. A Psicologia precisaria estar fundada na Filosofia para que pudesse ser significativa. E, infelizmente, o modelo de Husserl para a fenomenologia como uma ciência das ciências sofria do mesmo problema que Merleau-Ponty articulou tão claramente como sendo o destino de qualquer ciência dogmática; esse modelo considerava a compreensão psicológica como “uma simples aparência destinada a ser superada pelo conhecimento científico [nesse caso, filosófico]” (2002, p. 15). Tanto Husserl quanto Merleau-Ponty viam a fenomenologia como uma abordagem promissora da crise, embora eles certamente não concordassem a respeito do que exatamente precisava ser feito. Merleau-Ponty disse que Husserl reconheceu, “melhor que qualquer outro, que todas as formas de pensamento são, em certo sentido, independentes. Nós não precisamos dilacerar as ciências humanas para fundar a filosofia, nem dilacerar a filosofia para fundar as ciências humanas” (Merleau-Ponty, 1960, p. 158; 1964b, p. 98). Parece claro que Merleau-Ponty compreendeu esse ponto melhor do que Husserl jamais o fez. Podemos notar isso quando vemos que a noção de estrutura é uma *representação da Psicologia* – especialmente no que diz respeito às suas inter-relações com a filosofia, na qual a relação de fundamentação simbiótica e criativa entre Psicologia e fenomenologia é também uma *representação da fenomenologia*.

Inaugurando uma Fenomenologia da Percepção

Até agora, o fato de concentrarmos-nos na estrutura do comportamento nos permitiu considerar o eu e a ciência da Psicologia como fenômenos. A estrutura do comportamento implica o eu enquanto eu, e a Psicologia enquanto Psicologia no sentido do comportamento. A estrutura é o *revelar-se* do sentido do eu e da Psicologia. Em ambos os casos, a estrutura é uma representação criativa e radical – sentido e valor rompendo a si mesmos enquanto si mesmos e, assim, sendo mais bem compreendidos sem referência a alguma apresentação originária. Agora, precisamos voltar nossa atenção para o modo como, ao articular a estrutura como representação, o projeto merleau-pontyano vitalício de uma fenomenologia da percepção tem início.

Esse entrelaçamento dos dois sentidos de estrutura no qual nos concentramos é o começo do projeto merleau-pontyano de uma fenomenologia da percepção. Quando reconhecemos que são eus que estudam o comportamento de outros eus, então reconhecemos que qualquer rigor científico deve levar em conta certa reflexividade. Quando a abordagem fenomenológica revela uma consciência alterada, ela transforma a maneira pela qual ela estuda o eu, assim como o eu que ela estuda. Essa não é uma desvantagem para a investigação, mas a sua própria condição de possibilidade. E, embora a atitude científica seja uma alteração radical do eu, nem a Psicologia, nem a Filosofia podem fingir ocupar algum puro ponto de vista sobre os fenômenos.

O título da obra mais famosa de Merleau-Ponty – *Fenomenologia da percepção* – é também uma descrição de seu projeto interdisciplinar vitalício. A *Fenomenologia da percepção* é uma obra dialética. Merleau-Ponty se opõe a duas escolas de pensamento psicológico, mostrando que cada uma delas está desenvolvendo problemas filosóficos para a Psicologia da percepção; e ele se opõe a duas escolas filosóficas de pensamento para revelar as pressuposições metafísicas comum a ambas. Finalmente, um acordo para o bem comum emerge dessa falácia compartilhada: uma ciência descritiva autocrítica emerge como o resultado da investigação e é utilizada para fornecer explicações ricas e detalhadas da consciência encarnada engajada na percepção. De novo, é crucial observar que a investigação psicológica e a crítica psicológica levaram-no a uma alteração tanto da especulação psicológica quanto da especulação filosófica. Ele utiliza esses problemas da Psicologia para guiá-lo rumo a um problema filosófico que espreita em meio a esses problemas psicológicos. Nesse processo, ele é capaz de fornecer explicações detalhadas da percepção espacial, do movimento corporal, da experiência sinestésica, da sexualidade, da fala e do gesto – e, finalmente, estende-as a reflexões mais abstratas sobre a natureza da consciência, da temporalidade e da liberdade. Não há dúvida de que, nessa obra, Merleau-Ponty produziu um híbrido distinto daquilo que se fazia passar por Psicologia e por Filosofia. Contudo, tudo isso floresce a partir de suas raízes na Psicologia e se mantém firmemente enraizado nesse solo; pois, sem suas origens numa Psicologia da percepção, a contribuição singular da consciência encarnada –

o corpo vivido ou o corpo experienciado – nunca poderia ter sido articulada.

E nos já podemos mapear seu percurso filosófico utilizando sua apropriação dessas várias constelações das ciências humanas. No período de *A estrutura do comportamento*, ele se propunha a compreender a estrutura da consciência mediante um exame que emergia de dentro da Psicologia perceptiva. Na *Fenomenologia da percepção*, ele expandiu essa noção de estrutura da consciência para enfatizar a consciência *encarnada* – mais uma vez se apropriando de explicações psicológicas da percepção; mas agora, de tal maneira a desenvolver uma fenomenologia existencial própria. Parece claro que, nesse estágio de sua carreira, a Filosofia de Merleau-Ponty se articula consistentemente apenas em virtude das ciências humanas, no contexto das ciências humanas e em diálogo com as ciências humanas.

Eu gostaria de examinar detalhadamente uma passagem das páginas finais de *A estrutura do comportamento* que é crucial para notarmos como esse primeiro livro inaugura uma fenomenologia da percepção.

Por um desenvolvimento natural, a noção de *Gestalt* levou-nos de volta a seu sentido hegeliano, isto é, ao conceito antes que este se torne consciência do eu. A natureza, nós dizemos, é exterior ao conceito. Mas, precisamente, o conceito enquanto conceito não tem nenhum exterior, e a *Gestalt* ainda precisa ser conceitualizada como unidade do interior e do exterior, ou da natureza e da idéia. Correlativamente, a consciência *para* a qual a *Gestalt* existe não era a consciência intelectual, mas a experiência perceptiva. Assim, é a consciência perceptiva que deve ser interrogada a fim de encontrarmos nela um esclarecimento definitivo (SC, p. 227; SB, p. 210).

Primeiro, devemos notar que se trata de um desenvolvimento *natural*. Notem o aspecto autorreflexivo dessa passagem desde o começo. É um desenvolvimento dialético que busca conceitualizar a si mesmo – tornar-se objeto de sua própria compreensão. Por favor, observem que isso não pode nunca ser completado. Assim, este é

um desenvolvimento *natural* na medida em que ele envolve o exterior de um conceito de si mesmo. Ele é natural também no sentido de que existe um *sens* [sentido], uma direção, assim como uma significação para essa reflexão particular. A própria ideia de *Gestalt* nos convida a pensar para além das pressuposições metafísicas não examinadas da Psicologia da *Gestalt*, que Merleau-Ponty desnudou ao longo das mais de 200 páginas anteriores do texto. A Psicologia da *Gestalt* é uma espécie de autoconsciência da *Gestalt*. Nós somos convidados pelo *sens* [sentido] a refletirmos sobre a noção de *Gestalt* antes de sua apropriação pela Psicologia da *Gestalt*.

Em segundo lugar, Merleau-Ponty diz que as *Gestalten* nos levaram de volta ao seu sentido “hegeliano”, mas penso que isso apenas no sentido formal da lógica dialética da reflexão à qual aludimos acima. Considero mais importante que isso reflita o trabalho de Dilthey, que enfatizou um sentido carregado de história⁴. A noção de *Gestalt* na Psicologia da *Gestalt* tem um exterior, uma vez que ela é já o produto de uma mediação. Mas ela é uma apropriação teórica de algo que poderia ser compreendido como não tendo nenhum exterior. O que, no comportamento humano, é a-histórico? Para Dilthey (1977), uma Psicologia explicativa tem “como seu objeto a totalidade da natureza humana e o pleno conteúdo de seus nexos psíquicos”. Essa psicologia descritiva “nos permitiria compreender a totalidade da vida psíquica, seus contextos, conteúdos e formas predominantes” (p. 39). É a *historicidade* da compreensão que se revela nesse sentido primitivo, pré-teórico, de *Gestalt*⁵.

Em terceiro lugar, relembremos as primeiras frases da introdução do texto: “Nosso objetivo é compreender as relações entre consciência e natureza: orgânica, psicológica e, mesmo, social. Por natureza,

compreendemos aqui uma multiplicidade de acontecimentos externos uns aos outros e unidos por relações de causalidade” (Merleau-Ponty, SC, p. 1; SB, p. 3). Quando Merleau-Ponty diz que “a *Gestalt* ainda precisa ser conceitualizada como unidade do interior e do exterior, ou da natureza e da ideia”, ele tem claramente em mente esse enunciado básico de seu projeto. Isto é, a estrutura do comportamento é a relação entre consciência e natureza. Essa ideia de estrutura deve ser vista como uma intromissão recíproca peculiar entre consciência e natureza (“unidade da natureza e da ideia”) ⁶. Devemos lembrar as últimas frases da introdução aqui, nas quais Merleau-Ponty nos diz que, através de uma atenção crítica à Psicologia da *Gestalt* que superasse os problemas do behaviorismo, nós seríamos capazes de “introduzir a consciência não como realidade psíquica, mas como estrutura”. Assim, nós iríamos “investigar o sentido e o modo de existência dessas estruturas”. O objetivo explícito da compreensão da(s) estrutura(s) do comportamento é compreender a unidade da consciência e da natureza – a unidade de sua diferenciação. Como vimos acima, essa compreensão fornece uma autoconsciência reveladora e radical, que Husserl descreveu apaixonadamente em *Idéias I*. A fenomenologia é um engajamento na *compreensão* [*understanding*] que, com isso, transforma a consciência que *permanece sob* [*standing under*] seu objeto. Essa tarefa de elucidar a(s) estrutura(s) do comportamento não é apenas a compreensão da unidade entre consciência e natureza; ela é também a revelação do ser-no-mundo.

Em quarto lugar, a *Verstehen* – *compreender*, em vez de conhecimento factual – busca um objeto, mas só pode ser satisfeita com a totalidade da existência humana. Mas apenas o próprio Espírito humano abstrato poderia ser adequado para essa tarefa, e não a consciência perceptiva situada em sua finitude. A compensação *natural* – o outro lado da moeda dessa finitude – é a *historicidade*. Assim, a consciência perceptiva enquanto consciência histórica ultrapassa a si mesma sem negar a sua finitude.

Em quinto lugar, notem, por favor, que Merleau-Ponty está já mostrando a intersecção entre os sentidos

⁴ Isso também reflete outra diferença nas abordagens fenomenológicas de Husserl e Merleau-Ponty: Husserl se preocupou com o psicologismo e o historicismo da posição de Dilthey ao longo de toda a sua carreira.

⁵ O fato de que a *Gestalt* ainda precisava ser conceitualizada como unidade revela a relação intencional de todas as *Gestalten per se*. Será essencial repensar essa ideia de unidade. Tanto Sartre como Merleau-Ponty nunca se cansaram dessa tarefa. Cf. a ideia sartreana de uma “totalidade destotalizada” em sua obra tardia, assim como a ideia merleau-pontyana de “hiperdialética”, também em sua obra mais tardia. É essencial – quer Merleau-Ponty tenha compreendido isso aqui ou qualquer outro lugar em sua obra – que esta seja vista como uma unidade *apenas* em sua diferenciação. Para mim, este é o horizonte histórico da existência humana. É um horizonte implicado de diferenciação.

⁶ Assim, devemos ser cautelosos com as próprias críticas de Merleau-Ponty à sua obra inicial [cf. as notas de trabalho para *O visível e o invisível*], na qual a consciência teria sido retratada como intelectual ou psicológica em algum sentido derivado ou ontologicamente empobrecido.

hegeliano e husserliano de fenomenologia que é característico da fenomenologia francesa de meados do século 20⁷.

E, finalmente, essa passagem clara e explicitamente inaugura uma fenomenologia da percepção. Uma vez que percebamos que o *sens* [sentido] natural da reflexão é uma rejeição da consciência intelectual, orientamos para a consciência *perceptiva* – e a estrutura do comportamento é revelada através de uma reflexão fenomenológica: a *epoché* é o questionamento crítico da apropriação teórica da *Gestalt*. A redução é a interrogação da consciência perceptiva⁸.

Vemos, assim, que a explicação da estrutura é a inauguração do projeto de uma fenomenologia da percepção. Tentei enfatizar que o projeto de Merleau-Ponty é sempre informado pela Psicologia. Mais tarde, refletindo sobre as relações entre as ciências humanas e a filosofia, Merleau-Ponty escreveu que “toda ciência secreta uma ontologia; toda ontologia antecipa um corpo de conhecimento” (1960, p. 158; 1964b, p. 98). A própria existência não pode ser significativa, a não ser que seja entendida nos termos do mundo em que nós existimos. A Psicologia fornece um corpo de conhecimento que é uma parte crucial desse processo de trazer a ontologia de volta à Terra. A explicação que Merleau-Ponty dá da estrutura enquanto o revelar-se dos fenômenos do eu e do estudo do eu em sua fundamentação criativa e simbiótica está na origem de sua investigação fenomenológica da percepção. Em última instância, essa investigação leva Merleau-Ponty a mudar o foco dos termos da consciência para os termos da natureza – particularmente em termos ontológicos, a explicação da própria existência. Gary Brent Madison (1981) afirma esse ponto muito claramente:

Embora, eles não estejam ainda plenamente desemaranhados, Merleau-Ponty já está de posse dos fios condutores de seu pensamento em *A estrutura do comportamento*; o resto

⁷ É interessante notar que os fenomenólogos ortodoxos não reconhecem que tenha havido qualquer conexão entre os projetos fenomenológicos de Hegel e Husserl. Talvez fosse melhor dizer que eles não *admitem* isso. Cf. Herbert Spiegelberg, *The Phenomenological Movement*. Esta é uma excelente visão panorâmica da fenomenologia, mas cautelosa em admitir quaisquer conexões como esta.

⁸ Há mais uma passagem em que Merleau-Ponty indica obliquamente a direção de seu pensamento rumo a uma fenomenologia da percepção – especialmente no contexto de como a Psicologia figura no âmbito de uma análise da existência humana: “Isso é tudo que precisamos aceitar aqui. Uma explicação mais completa deve ser reservada para outro trabalho” (SC, p. 180, n. 1; SB, p. 245, n. 82).

de sua obra consistirá em seguir essas pistas, uma aventura fenomenológica (...). É suficiente fazer notar aqui que as características circulares, dialéticas e verticais da estrutura apresentadas nessa obra antecipam diretamente a análise na *Fenomenologia da percepção*, na qual Merleau-Ponty mostrará que a existência é definida por um diálogo com o mundo, pela intencionalidade e a transcendência – e, de fato, não é nada mais que isso (p. 14)⁹.

A ciência da Psicologia fornece um componente crucial de nossa compreensão da existência – uma das razões pelas quais ele se referiu a sua própria filosofia da existência como uma “endo-ontologia”, nas notas de trabalho de sua obra final e inacabada, *O visível e o invisível*. Esse mesmo projeto tem suas raízes na notável explicação da estrutura do comportamento que Merleau-Ponty desenvolve. A estrutura é o *revelar-se* do sentido do eu enquanto eu, e da Psicologia enquanto Psicologia. Em ambos os casos, a estrutura é uma representação radical e criativa – sempre pensado como esse *rompimento de si mesmo enquanto si mesmo* que nós reconhecemos como identidade. Esse rompimento está no coração de todo sentido. E, assim, essas representações são mais bem compreendidas sem referência a alguma origem.

Referências

Dilthey, W. (1977). *Descriptive Psychology and Historical Understanding* (R.M. Zaner & K.L. Heiges, trs.). The Hague: Martinus Nijhof.

Giorgi, A. (jun, 1998). Looking for Psyche in All the Wrong Places. Comunicação apresentada no *Congresso Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas*, Sitka, Alaska.

⁹ Não há dúvida de que o que Madison refere como pensamentos “não plenamente desemaranhados” é generoso demais. Há problemas nesse trabalho inicial de Merleau-Ponty. Por exemplo, ele ainda discute “a relação da alma com o corpo”. Não obstante, Madison e Martin C. Dillon estão corretos, penso eu, quando insistem que as mudanças no pensamento de Merleau-Ponty são evolutivas, e não alguma espécie de transformação global. Cf. M. C. Dillon, *Merleau-Ponty's Ontology*, Indiana University Press, Bloomington, 1986. Considero essa perspectiva superior a algumas abordagens recentes que estão na moda – isto é, as de Renaud Barbaras e James Edie – que afirmam ambas, embora por razões muito diferentes, que Merleau-Ponty abandona a fenomenologia.

- Husserl, E. (1982). *Ideas Pertaining to a Pure Phenomenology and to a Phenomenological Philosophy, Vol. I*, (F. Kersten, trans.). Hague: Martinus Nijhoff Publishing.
- Madison, G. B. (1981). *The Phenomenology of Merleau-Ponty: A Search for the Limits of Consciousness* (G. B. Madison, trans.). Athens: Ohio University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1960). *Signes*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1964a). *L'Oeil et l'esprit*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1964b). *Signs* (R. McCleary, trans.). Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1983). *The Structure of Behavior* (A. Fisher, trans.). Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1986). *Phenomenology of Perception* (C. Smith, trans.). New Jersey: Routledge & Kegan Paul.
- Merleau-Ponty, M. (1990). *La structure du comportement*. Paris: Quadrige. [Original publicado em 1942].
- Merleau-Ponty, M. (2002). *Causeries*. Paris: Éditions du Seuil.

Endereço para correspondência:

duane.h.davis@gmail.com

Recebido em maio de 2011

Revisto em agosto de 2011

Aceito em outubro de 2011

* Conferência apresentada na Universidade Federal de Juiz de Fora em 07 de abril de 2011. Tradução de Richard Theisen Simanke.

Um Ponto Cego no Programa de Naturalização da Fenomenologia: O Conceito de Natureza

A Blind Spot in the Program for a Naturalization of Phenomenology: The Concept of Nature

Richard Theisen Simanke¹

Resumo

Este trabalho retoma a discussão dos problemas filosóficos envolvidos na proposta de uma integração entre as ciências da cognição e a fenomenologia. Esse programa implica a necessidade de uma adaptação desta última ao naturalismo científico pretendido pelas primeiras, que se exprime num projeto de naturalização da fenomenologia. Mais especificamente, o trabalho introduz a discussão de um ponto fundamental que não parece ainda ter sido sistematicamente abordado na avaliação desse programa, a saber, a necessidade de colocar em questão o próprio conceito de natureza subentendido na epistemologia das ciências naturais e nessa proposta de naturalização. O trabalho conclui com a sugestão de que as reflexões de Merleau-Ponty sobre o conceito de natureza poderiam fornecer os recursos filosóficos essenciais para sustentar uma efetiva integração entre os dois domínios, evitando uma simples redução da fenomenologia aos pressupostos epistemológicos e metafísicos implícitos nas ciências da natureza já constituídas.

Palavras-chave: Fenomenologia; ciências cognitivas; naturalismo; conceito de natureza; Merleau-Ponty.

Abstract

This paper sets out to discuss the philosophical problems brought about by the integration of cognitive science and phenomenology. This program presupposes an adaptation of the latter to the scientific naturalism claimed by the former, which is expressed as a project for a naturalization of phenomenology. More specifically, the paper introduces the discussion of a crucial point which does not seem to have been systematically approached in the evaluation of this project, namely, the need to question the very concept of nature underlying the epistemology of natural sciences and this program of naturalization. It concludes suggesting that Merleau-Ponty's reflections on the concept of nature could provide essential philosophical resources to the advancement of an effective integration between these two domains, thus avoiding a mere reduction of phenomenology to the epistemological and metaphysical assumptions implicit in the already constituted sciences of nature.

Keywords: Phenomenology; cognitive sciences; naturalism; concept of nature; Merleau-Ponty.

¹ Universidade Federal de São Carlos

Embora a proposta de uma aproximação entre a fenomenologia e as abordagens cognitivas da mente não seja propriamente nova, estando presente desde o início dos anos 1990 pelo menos (Flanagan, 1992), ela ganhou não somente mais força, como também contornos mais precisos a partir da formulação de um programa sistemático de *naturalização da abordagem fenomenológica* que propiciasse a sua integração no quadro de referência estritamente naturalista pretendido pelas ciências cognitivas, quando então a fenomenologia poderia contribuir decisivamente para a solução do aspecto mais intratável do problema mente-corpo, a saber, a ultrapassagem da lacuna explicativa (*explanatory gap*) que permanece aberta entre a *mente cognitiva*, concebida basicamente como sistemas inconscientes de processamento de informação funcionalmente descritos no nível neurobiológico, e a dimensão subjetiva da mente – a experiência consciente que constituiria a chamada *mente fenomenológica* (Roy, Petitot, Pachoud & Varela, 1999). A referência específica desse programa à fenomenologia husserliana levantou, de imediato, uma série de graves problemas conceituais, não sendo o menor deles as objeções

explícitas de Husserl ao naturalismo científico em geral e ao naturalismo psicológico em particular. O principal objetivo deste trabalho é introduzir a discussão de um ponto fundamental que não parece ter sido sistematicamente abordado nas diversas críticas endereçadas desde então a essa proposta (Zahavi, 2004; Bayne, 2004; Overgaard, 2004), a saber, a necessidade de recolocar em questão o próprio *conceito de natureza pressuposto na epistemologia das ciências naturais*, antes que seja sequer possível avaliar a viabilidade de um programa como esse, por mais atraente que ele possa ser à primeira vista, tanto do ponto de vista científico quanto filosófico. Trata-se, ainda, de sugerir, muito preliminarmente, a possibilidade de ir buscar nas reflexões de Merleau-Ponty (1995) sobre o conceito de natureza elementos para uma revisão da antinomia historicamente constituída entre *sujeito e natureza* que faz obstáculo a essa proposta, buscando contribuir assim, para que ela possa, pelo menos em princípio, se constituir efetivamente como um programa de *integração* entre o naturalismo científico e a fenomenologia, e não apenas de *redução* da segunda aos pressupostos epistemológicos e metafísicos

implícitos do primeiro. Para tanto, a exposição que se segue caracteriza sucintamente a concepção do programa das ciências cognitivas e como nele se situa o problema da lacuna explicativa, a partir do qual se colocam tanto a necessidade de uma naturalização da consciência quanto o apelo à fenomenologia, no intuito de consumá-la. Essa exposição será baseada, sobretudo, em Roy et al. (1999), uma vez que este se trata de um ensaio verdadeiramente programático para o projeto teórico que está sendo debatido aqui. A seguir, procura-se indicar como esse programa passa, ao fim e ao cabo, ao largo de uma reflexão sistemática sobre o conceito mesmo de natureza, arriscando-se a retornar às estratégias reducionistas frequentes nas ciências da natureza e a solapar seus próprios objetivos, uma vez que essa atitude desconsideraria a originalidade da contribuição fenomenológica esperada. Por fim, aponta-se, a título de conclusão, como uma reflexão sobre o conceito de natureza e de suas implicações filosóficas e científicas está presente na obra de Merleau-Ponty, o qual, portanto, surge como um interlocutor indispensável para uma tentativa de integração do tipo proposto.

A Naturalização da Fenomenologia

Em poucas palavras, segundo Roy et al. (1999), as diversas abordagens dentro das ciências cognitivas (computacional, conexionista, enativa, etc.) assumem, como um princípio, a *atitude naturalista* e pretendem, em primeiro lugar, estudar o comportamento dos organismos, mas sem renunciar – como fez o behaviorismo, por exemplo – a incluir em sua análise os processos internos desses organismos (a famosa “caixa preta” skinneriana), dentre os quais ganham destaque, evidentemente, os processos nervosos e, sobretudo, os processos cerebrais. Em segundo lugar, elas consideram esses processos internos como consistindo fundamentalmente em *processamento de informação*, seja como for que as diversas abordagens mencionadas acima o concebam. É essa característica que faz da cognição o objeto privilegiado de investigação nesse campo e o especifica como um programa de investigação. Além disso, essas ciências reconhecem que há diversos níveis de descrição e explicação desses processos que subjazem ao comportamento cognitivo, o nível mais básico e concreto sendo biológico, enquanto que, no nível mais abstrato, a explicação seria exclusivamente *funcional*. Os autores assim

caracterizam o que entendem por uma definição funcional: “Uma definição é funcional quando não diz sobre o *definiendum* nada a não ser o que ele faz e, conseqüentemente, não diz nada a respeito da sua composição” (Roy et al., 1999, p. 5).

Em quarto lugar – trata-se aqui de um ponto essencial –, as ciências cognitivas identificam esse nível puramente funcional de explicação com o nível psicológico e consideram não haver uma diferença significativa entre uma explicação puramente funcional do processamento de informação responsável pelo comportamento cognitivo e sua explicação em termos mentais. Por último, em consequência disso, julgam-se aptas a reivindicar a descoberta de uma solução materialista e não-controversa quanto ao essencial para o problema mente-corpo: como as definições funcionais seriam ontologicamente neutras, as entidades mentais postuladas no nível mais elevado e abstrato de explicação não precisam ser consideradas como substancialmente diferentes dos processos biológicos descritos ou postulados para o nível mais básico. Em suma, a mente não seria algo que se acrescenta à matéria, mas algo que se obtém por subtração, quando o processamento de informação envolvido no comportamento cognitivo é descrito apenas funcionalmente e sem referência à sua instanciação corporal ou cerebral: “uma mente cognitiva é aquilo com que um cérebro incorporado se parece quando contemplado por uma janela funcional” (Roy et al., 1999, p. 5).

Uma consequência dessa tomada de posição é que o programa de investigação naturalista do mental pautado por esses princípios não tem dificuldades para admitir a existência de uma mente inconsciente, muito antes pelo contrário: seu *parti pris* naturalista e a diretriz metodológica de rejeitar evidências não-comportamentais na abordagem da cognição levaram as ciências cognitivas, durante longo tempo, a considerar as entidades mentais postuladas como estritamente teóricas e deixar de fora os aspectos subjetivos da mente ou, em outras palavras, os *fenômenos* mentais propriamente ditos. Isso teve como consequência o reconhecimento implícito ou explícito de que o processamento de informação visado por esse tipo de investigação pode ocorrer na ausência de uma apreensão consciente do mesmo e que, portanto, o agente do comportamento cognitivo estudado pode não estar consciente da totalidade do que é aí definido como mental e, muito menos, consciente do mental

tal como ele realmente é. Mas como se definiria então esse “inconsciente cognitivo” e como sua hipótese poderia ser justificada?

Embora existam modelos da mente cognitiva que procurem escapar ao paradigma representacional, a concepção predominante nas ciências cognitivas ainda é a de que a mente seja um conjunto de estados cerebrais que se distinguem pela sua *intencionalidade*, ou seja, pelo fato de consistirem num ato que comporta, intrinsecamente, uma referência a algo que lhe é exterior, seja esse algo um objeto ou estado de coisas real, ideal, virtual ou simplesmente possível. Esse objeto ou estado de coisas seria visado por este estado mental (uma crença, um desejo, uma ideia, etc.) e estaria nele, portanto, de alguma forma, *representado* – ou, em todo caso, que uma *representação* seria a forma típica pela qual o objeto se faria presente no ato intencional. Observe-se apenas que a problemática da *intencionalidade* é abordada de forma restrita dentro das ciências da cognição e da Psicologia em geral, num sentido talvez mais próximo da formulação original de Brentano (1874) do que de suas sucessivas elaborações fenomenológicas posteriores. É nesse sentido que essa noção está sendo mencionada aqui, como que reduzida ao que, em inglês, se costuma designar como o “*aboutness*” (ou “*ofness*”) de um estado mental ou intencional. Feita essa ressalva, pode-se dizer, de modo geral, que o *modo* de um estado intencional corresponde ao tipo de processo mental em consideração (um juízo, uma crença, um desejo, etc.), ao passo que o *conteúdo* desse estado refere-se ao objeto ou estado de coisas para o qual se dirige. Embora, como se disse, haja modelos cognitivos da mente que buscam encontrar uma alternativa para o paradigma representacional, a maior parte deles ainda considera que o *conteúdo* de um estado intencional consiste em uma *representação*, isto é, num conjunto de propriedades de um estado mental que corresponde a algo externo ao mesmo, quer esse “algo” esteja no corpo, no mundo ou na própria mente.

Se a intencionalidade e a representacionalidade – e não mais a consciência – passam a ser consideradas como as características distintivas do que se entende por mental, então não parece haver obstáculos para que se conceba que estados mentais possam ser inconscientes

Em suma, representações mentais referem-se a objetos que estão fora

delas mesmas e aparecem assim como dotadas de significado, o que confere plausibilidade à reivindicação de que elas sejam mentais, e a representacionalidade parece ser potencialmente independente da consciência, porque uma estrutura representacional pode ser instanciada no tecido cerebral mesmo quando fora da consciência, assim como ela é instanciada sem consciência em outros tipos de estruturas físicas, tais como uma sentença em um livro ou uma pintura em uma arcada. Se esses argumentos são bem sucedidos, em última instância, eles têm, *prima facie*, um forte apelo e compõem um caso defensável para a possibilidade de haver estados mentais inconscientes, o qual convenceu muitos outros teóricos da intencionalidade (Wakefield, 1992, p. 80).

Observe-se que Wakefield tem em mente aqui, principalmente, a concepção de intencionalidade proposta por Searle (1983), o qual, deliberada e programaticamente, deixa de levar em conta as teorizações anteriores sobre o tema, entre as quais, evidentemente, destaca-se a reflexão fenomenológica. É Searle, sobretudo, quem defende a possibilidade de se falar de intencionalidade com relação a sistemas físicos que cumprem uma função de representação, deixando de lado a questão de se é necessária a intervenção de um intérprete consciente dessas representações para que essa intencionalidade se efetive.

Não é difícil encontrar evidências para a disseminação da ideia de uma mente inconsciente nessa área da investigação psicológica, e cabe apenas mencionar algumas referências típicas a título de exemplo. Para Seager (2001, p. 4), a ideia central da ciência cognitiva moderna é que “a mente é, em essência, um campo de representações (...), algumas conscientes, a maioria inconsciente, sobre as quais opera uma grande variedade de processos cognitivos”. Mandler (1988) considera que a suposição da dominância dos processos inconscientes na explicação do pensamento e da ação é o que distingue a Psicologia cognitiva contemporânea das Psicologias do século 19. Güzeldere (1999) aponta para a existência de um grande volume de pesquisas na Psicologia cognitiva contemporânea voltada para a natureza do inconsciente, ou seja, para os processos mentais subjacentes à cognição que não são

eles mesmos conscientes, de modo que “a classificação dos processos mentais em conscientes versus não-conscientes é útil e não incomum (embora controversa) na prática psicológica” (Güzeldere, 1999, p. 20). Essa partição reaparece sob diversas formas: “inconsciente vs. consciente, processual vs. declarativo, automático vs. controlado, reflexo vs. reflexivo”, etc. (Holyoak & Spellman, citado por Güzeldere 1999, p. 21). Enfim, Johnson-Lair (citado por Güzeldere 1999, p. 18) considera que “a divisão entre processos conscientes e inconscientes é a melhor chave disponível para a estrutura da mente” (ver, ainda, Stein, 1997).

A centralidade que a noção de inconsciente assim adquiriu, porém, acabou, durante certo tempo, por colocar de lado o próprio problema da consciência, como se essa Psicologia naturalizada pudesse se dispensar da abordagem dos aspectos subjetivos e qualitativos do mental – daquilo que, em seu conjunto, podemos denominar a *mente fenomenológica*. A necessidade, a dificuldade e, segundo algumas versões, a impossibilidade de se estabelecer umnexo entre os modelos naturalizados do mental e os dados fenomenológicos foram apontadas por Nagel (1999) e canonicamente designadas por Levine (1983) como o *problema ou argumento da lacuna explicativa (explanatory gap)*: a tese de que há uma lacuna a ser preenchida entre a visão da mente evidenciada pelos dados comportamentais e aquela fornecida pelos dados fenomenológicos da experiência consciente. Em suma, tratava-se de apontar que um projeto de naturalização do mental que deixe de fora a consciência é um projeto incompleto – se provisória ou definitivamente, é uma questão ainda aberta à discussão.

As consequências dessa situação para a reivindicação dos teóricos da cognição de terem oferecido uma solução não-controversa para o problema mente-corpo é exemplarmente sumarizada por Jackendoff (1987). Para ele, três e não dois termos têm que ser levados em conta na relação mente-cérebro: o *cérebro*, a *mente cognitiva* e a *mente fenomenológica*. A conclusão é: mesmo que a ciência cognitiva tenha resolvido satisfatoriamente o problema mente-corpo, se ela deixa de fora a consciência (como afirma o argumento da lacuna explicativa), isso significa que a resolução do problema mente-corpo cognitivo (o da relação entre o cérebro e os modelos cognitivos da mente) deu-se à custa da criação de um novo problema – o da relação entre a mente cognitiva e os aspectos subjetivos e qualitativos do mental, ou seja, a *mente fenomenológica*

O resultado é que a psicologia não tem agora dois domínios a considerar – cérebro e mente –, mas três: o cérebro, a mente computacional e a mente fenomenológica. Conseqüentemente, a formulação cartesiana do problema mente-corpo é dividida em duas questões separadas. O “problema mente-corpo fenomenológico” é: como pode um cérebro ter experiências? O “problema mente-corpo computacional” é: como pode um cérebro raciocinar? Em acréscimo, nós temos o problema mente-*mente*, a saber: qual é a relação entre estados computacionais e experiência? (Jackendoff, 1987, p. 20, grifos do autor)

Uma vez que essas considerações tenham sido estendidas do modelo computacional para todo o conjunto de modelos cognitivos da mente, isso conduz à conclusão geral de que

(...) a emergência desse problema mente-mente necessariamente implica que o problema mente-corpo não foi, de fato, inteiramente resolvido. O que foi resolvido é o problema da relação entre o cérebro e a mente cognitiva tal como a Ciência Cognitiva a vê, mas não como nós a *experienciamos* (Roy et al., 1999, p. 9, grifos do autor).

É como se o problema tivesse sido tão somente deslocado da fronteira entre o cérebro e a mente, onde era anteriormente situado, para a fronteira entre a *mente cognitiva* constituída por processos em si inconscientes (o inconsciente cognitivo de que se falou acima) e a *mente fenomenológica*, ou seja, o domínio do mental tal como ele é conscientemente vivido ou experienciado por um sujeito. É com a finalidade de avançar na resolução desse problema que surge o apelo à fenomenologia, não mais na forma geral como tinha sido o caso até então no campo dos estudos científicos da consciência, mas como um programa sistemático de resgate do pensamento husserliano, de refutação de seus argumentos antinaturalistas e de aclimação do mesmo ao naturalismo psicológico das ciências da cognição. Em suma, num amplo programa de *naturalização da fenomenologia*, tal como enuncia o

título da obra coletiva (Petitot, Varela, Pachoud & Roy, 1999) da qual o ensaio aqui comentado constitui a introdução e exposição programática.

As Críticas ao Programa de Naturalização da Fenomenologia: O Conceito de Natureza

É evidente, contudo, que essa proposta só pode consistir na sugestão de uma via de abordagem do problema da lacuna explicativa, e não numa solução definitiva, principalmente porque a própria possibilidade dessa aproximação entre a abordagem fenomenológica da consciência e o naturalismo psicológico apresenta-se, de saída, como uma questão delicada. É impossível aqui fazer mais do que apontar alguns aspectos dessa problemática. O principal impasse proviria do antinaturalismo estrito e explícito que caracteriza o projeto fenomenológico, desde suas origens no pensamento de Husserl. Nossos autores procuram afastar essa objeção com um argumento que, no geral, pode ser desdobrado da seguinte maneira:

1) Em primeiro lugar, essa objeção resultaria da assimilação do naturalismo científico à atitude natural em oposição à qual a atitude fenomenológica é definida: “Deve ser sublinhado que, aos olhos de Husserl, o naturalismo filosófico deriva sua força de sua continuidade com o senso comum. Em outras palavras, ele é a atitude natural transformada em um dogma” (Roy et al., 1999, p. 39).

2) Em segundo lugar, essa assimilação, por sua vez, teria derivado do estado do desenvolvimento científico e da concepção mesma de ciência natural com a qual Husserl conviveu.

3) Por fim, o naturalismo científico contemporâneo teria evoluído numa direção tal que aquela assimilação não mais pode ser sustentada, o que abriria uma via para a revisão do antinaturalismo originário da fenomenologia, tornando viável, pelo menos em princípio, a proposta de uma naturalização da mesma.

Zahavi (2004, p. 335), no entanto, argumenta muito enfaticamente que, ao contrário do que parecem pensar os autores, as razões científicas não são o principal obstáculo para esse programa de naturalização da fenomenologia, mas sim uma série de razões de ordem filosófica e, mais que isso, transcendental, das quais ele destaca a crítica de Husserl ao objetivismo, além da própria noção de subjetividade transcendental. Essas objeções teriam sido amplamente desconsideradas em Roy et al. (1999).

Seja como for, partindo dessa ideia de que o que se entende contemporaneamente por naturalismo científico não compartilha mais daquela espécie de realismo espontâneo da atitude natural, os autores partem para a consideração das complexas questões *metodológicas*, *epistemológicas* e *ontológicas* envolvidas na proposta de fundamentar o projeto de uma abordagem naturalista da consciência numa releitura da fenomenologia husserliana, ela mesma de inspiração naturalista.

Essa proposta está longe de ser ingênua quanto à gravidade dos problemas filosóficos envolvidos. Contudo, chama a atenção, no exame de seus argumentos, o que pode ser considerado um ponto cego da mesma, que terá que ser alvo de uma consideração mais detalhada, antes que se possa sequer avaliar a possibilidade de que uma estratégia como essa seja aplicável em Psicologia, a saber, *a ausência de uma reflexão sistemática sobre o próprio conceito de natureza*, sem a qual todo encaminhamento dado a esse programa dificilmente escapará a uma reafirmação dogmática da metafísica implícita na epistemologia das ciências naturais, tal como elas se constituíram historicamente a partir da revolução científica da idade moderna.

Com efeito, assim como a filosofia da ciência de inspiração neopositivista acabava por tentar impor à totalidade da prática científica os critérios de uma “concepção recebida” da ciência, que tomava como paradigma a física e as ciências da matéria em geral, pode-se perceber que essa proposta de uma naturalização da fenomenologia opera com uma espécie de “concepção recebida” de *natureza*, que é assumida de forma não-crítica no momento em que se trata de definir o que se entende por “naturalização”. Como observa Zahavi

Para Husserl, a ciência natural é (filosoficamente) ingênua. Seu campo de investigação – a natureza – é simplesmente assumido sem questionamento. Assume-se que a realidade está lá fora, esperando para ser descoberta e investigada. E o objetivo da ciência natural é adquirir conhecimento estrito e objetivamente válido sobre esse reino dado. (Zahavi, 2004, p. 337)

É justamente a superação dessa relativa ingenuidade filosófica que se deveria esperar de um

projeto de integração efetivo entre a fenomenologia e uma Psicologia naturalista. Contudo, no programa proposto, há claros sinais de que pelo menos esse aspecto do problema especificamente relacionado com o conceito de natureza foi passado por alto. Por exemplo, podemos ler já na abertura do referido trabalho, na primeira definição de naturalização ali fornecida: “Por ‘naturalizado’, nós queremos dizer integrado em um quadro de referência explicativo no qual toda propriedade aceitável é tornada contínua com as *propriedades admitidas pelas ciências naturais*” (Roy et al., 1999, p. 2, grifos nossos). Uma afirmação como essa revela como as questões ontológicas envolvidas são reduzidas a um problema epistêmico assumido passivamente: não se pergunta *o que é* uma propriedade ou espécie natural, mas, em vez disso, uma afirmação como esta parece aceitar que *a natureza é, simplesmente, aquilo que as ciências naturais dizem que ela é*.

A assimilação passiva desta “concepção recebida” de natureza transparece mais claramente quando os autores defrontam-se diretamente com a questão *ontológica* implicada nesse programa de naturalização da dimensão fenomenológica da mente, quando então se pode perceber como a discussão sistematicamente desliza de volta do plano ontológico para o epistemológico, onde reencontra, inevitavelmente, a perspectiva das ciências naturais já constituídas e, ao que tudo indica, se contenta com ela

A segunda [questão] é ontológica: é possível transformar propriedades cognitivas mentais em naturais? (...) Nesse contexto, a noção de propriedade natural refere-se, em primeiro lugar, a propriedades neurobiológicas, mas ela deve ser tomada de modo mais amplo, como designando *todo o conjunto de propriedades postuladas pelas ciências da natureza mais fundamentais*, por mais abstratas que essas propriedades possam de fato ser e *seja qual for sua interpretação filosófica*. (Roy et al., 1999, p. 44 - grifos nossos)

E, mais adiante, ainda dentro de uma discussão que se propõe ser a do “problema ontológico da naturalização” que foi mencionado na passagem acima

A característica distintiva da perspectiva naturalista é, ao contrário [da perspectiva cartesiana] tentar transformar essas propriedades em propriedades do corpo *sensu stricto* ou, de modo mais geral, em propriedades de *entidades naturais tais como caracterizadas pelas ciências físicas*. (Roy et al., 1999, p. 45, grifos nossos)

Isso não significa que não exista nenhuma espécie de reconhecimento do problema. Como também aponta Zahavi (2004, p. 343), os autores propõem-se a repensar “o conceito usual de naturalização, a fim de superar suas possíveis limitações e insuficiências” (Roy et al., 1999, p. 46). Poder-se-ia esperar que essa revisão tivesse por objetivo escapar das estratégias reducionistas usuais no campo das ciências naturais. No entanto, as passagens citadas acima dão margem a que se pense que essa diretriz não foi, pelo menos, levada suficientemente longe. A única menção explícita à necessidade de redefinir a própria noção de natureza é feita indiretamente, no comentário às teses de Roger Chambon em *O mundo como realidade e representação*:

A fim de responder essa questão [como o mundo tem que ser para trazer em si a possibilidade de sua própria aparição?], prova-se necessário recolocar a própria idéia de natureza e modificar, de acordo com isso, nossas concepções modernas de objetividade, subjetividade e conhecimento. E a estratégia de Chambon ao tentar realizar essa tarefa filosófica é utilizar os achados da fenomenologia como *limitações (constraints)* agindo sobre o desenvolvimento da noção de natureza. (Roy et al., 1999, p. 54 - grifos dos autores)

A discussão que se segue no texto sobre os diversos modos de naturalização de que se poderiam valer as ciências cognitivas seria talvez a melhor oportunidade para empreender sistematicamente essa reflexão. Aí, embora sejam reconhecidas as dificuldades da estratégia reducionista, ela não chega a ser decididamente recusada, admitindo-se apenas que “pode-se temer, *a priori*, que as dificuldades que se colocam no seu caminho sejam grandes demais para poderem ser superadas” (Roy et al., 1999, p. 65), dando-se a entender que, caso as dificuldades não

fossem tão formidáveis, esse seria um procedimento aceitável. De fato, na própria introdução dessa seção sobre os “modos de naturalização”, pode-se encontrar uma admissão mais ou menos clara da abordagem reducionista usual nas ciências naturais

(...) essa hipótese assume que, *sensu stricto*, o problema de naturalizar uma descrição husserliana equivale a articular sua reconstrução matemática com as ciências naturais de nível mais baixo, as disciplinas neurobiológicas sendo, é claro, de primordial importância (Roy et al., 1999, p. 63)

As estratégias do tipo “como se” – cujo exemplo principal é a concepção de Dennett sobre a relação entre as posições (*stances*) intencional, física e de design – são, por sua vez, criticadas por escamotear o problema ontológico envolvido na questão da naturalização, uma vez que a posição intencional e a de design, definidas apenas em termos instrumentais, podem ser consideradas como níveis ontologicamente neutros de investigação, que são meramente justapostos ao nível físico, o único a ser considerado como efetivamente real. Essa mesma neutralidade ontológica fora apresentada de início na caracterização global do programa de investigação das ciências cognitivas recapitulado acima, onde as propriedades mentais eram objeto de uma definição exclusivamente funcional, cujo objetivo era a resolução do problema mente-corpo, mas à qual se pode objetar que talvez consistisse apenas numa maneira de contorná-lo. Ela retorna na apresentação da estratégia funcionalista de naturalização – em princípio, de vocação antirreducionista – a qual guarda evidente afinidade com o próprio programa delineado em todo esse ensaio

De fato, o principal objetivo do funcionalismo contemporâneo, que se desenvolveu essencialmente como uma reação contra o behaviorismo lógico e a teoria da identidade, é transformar propriedades mentais em propriedades naturais de tipo funcional. Como tais, essas propriedades devem ser distinguidas das propriedades naturais de tipo substancial, porque elas não especificam do que uma entidade é feita, mas sim o

que ela faz, qual a função que ela preenche. (Roy et al., 1999, p. 71)

Enfim, quando se trata de considerar a naturalização como um programa de *ampliação do conceito de natureza* – o mais perto que o texto chega da proposta de uma reflexão sistemática da ideia mesma de natureza, cuja necessidade está sendo aqui apontada –, pode-se perceber, ainda uma vez, que não se trata da *redefinição* desse conceito, mas tão somente de acrescentar-lhe um novo domínio: trata-se, em suma, de “generalizar o conceito de natureza, de tal modo a incluir processos que envolvam a fenomenalização da objetividade física” (Roy et al., 1999, p. 68-9), mas não de pôr em questão o sentido dessa objetividade. Isso atesta a insuficiência dessa proposta, caso se concorde que o sucesso do projeto de *naturalização da fenomenologia* depende, entre outras coisas, da superação da antinomia entre sujeito e natureza e da revisão do sentido de noções tais como as de subjetividade, objetividade e conhecimento, como foi reconhecido acima.

Conclusão

Ora, uma intensa reflexão sobre a ideia de natureza existe, dentro do campo da fenomenologia, na obra de Merleau-Ponty – e pode-se mesmo dizer que, sob certo aspecto, constitui-se numa questão inaugural que alinhava o percurso inteiro de seu pensamento. Zahavi também considera Merleau-Ponty como um interlocutor mais promissor – e, diríamos, até mesmo indispensável – para qualquer projeto de naturalização de fenomenologia, justamente por tratar-se, em seu pensamento, não apenas de justapor dois domínios irreduzivelmente heterogêneos para dar conta de um objeto de investigação complexo e multiforme, mas de fazer com que dialoguem e se modifiquem mutuamente

Por visar um diálogo entre a fenomenologia e a ciência natural (e não meramente entre a fenomenologia e as humanidades/ciências sociais), Merleau-Ponty vai um passo mais longe do que Husserl. O que é interessante e importante, contudo, é que Merleau-Ponty não concebeu a relação entre fenomenologia transcendental e ciência positiva como uma questão de

como aplicar *insights* fenomenológicos já estabelecidos a questões empíricas (...). Ao contrário, a idéia de Merleau-Ponty é que a própria fenomenologia pode ser transformada e modificada através desse diálogo com as disciplinas empíricas. (...) E, vejam só, Merleau-Ponty sustenta esse ponto de vista sem por isso reduzir a fenomenologia a apenas uma outra ciência positiva, sem por isso dispensar sua natureza filosófica transcendental. (Zahavi, 2004, p. 342)

As restrições das dimensões deste trabalho não permitem desenvolver aqui esse tema, e cabe apenas indicá-lo como uma linha de reflexão possível sobre o problema. De fato, se a ausência de uma reflexão sistemática sobre o conceito de natureza no âmbito do programa de naturalização da fenomenologia que estamos discutindo resulta de uma timidez ou de uma percepção insuficiente da dimensão das questões ontológicas envolvidas, pode-se observar que o trabalho do último Merleau-Ponty sobre o conceito de natureza se insere no movimento de reformulação de sua ruptura rumo a uma ontologia, no qual, segundo Barbaras (2001), desempenha um papel primordial. Bernet, por sua vez, já observara que esse movimento não se inicia no curso de 1956, mas faz-se presente desde as considerações sobre o corpo próprio – o corpo vivido – na *Fenomenologia da percepção*, onde já teria ficado claro que “uma natureza, a partir da qual uma forma de vida propriamente humana pode surgir, não pode ser a natureza-em-si-mesma pela qual se interessa a ciência natural” (Bernet, 1993, p. 57). Mas ainda antes, em *A estrutura do comportamento*, quando se pergunta, ao final, se não haveria alguma *verdade do naturalismo*, podemos identificar as primeiras manifestações dessa reflexão, num contexto em que a rejeição do naturalismo encontra-se, para dizer o mínimo, relativizada

Nós fomos levados da idéia de uma natureza como *omnitudo realitatis* para aquela de objetos que não poderiam ser concebidos em si, *partes extra partes*, e que só se definem por uma idéia da qual eles participam, uma significação que se realiza neles. (Merleau-Ponty, 1972, p. 218)

Lembremos que esta mesma obra abre com essa afirmação que, de certa maneira, estabelece o programa de todo seu trabalho filosófico posterior

Nosso objetivo é compreender as relações entre a consciência e a natureza – orgânica, psicológica ou, mesmo, social. *Entende-se aqui por natureza uma multiplicidade de acontecimentos exteriores uns aos outros e ligados por relações de causalidade.* (Merleau-Ponty, 1972, p. 01 - grifos nossos)

Tudo se passa como se o esforço de reflexão do filósofo tivesse, inicialmente, se concentrado no primeiro termo dessa relação – a consciência – e chegado, ao fim e ao cabo, à conclusão de que não se pode avançar na solução desse problema sem considerar também a questão da natureza e sem superar o atomismo e o mecanicismo dessa definição tomada como ponto de partida. Aí residiria o essencial de sua contribuição ao debate em foco

O intenso trabalho realizado depois disso por Merleau-Ponty para dar conta do problema de como um ser natural (um corpo, um cérebro, um animal) pode ser, ao mesmo tempo, um sujeito poderia, se bem sucedido (o que resta ainda a avaliar), realmente dar um novo sentido a um projeto de integração entre a fenomenologia e as ciências naturais e promover uma efetiva “*recategorização de ontologias*” (Roy et al., 1999, p. 46) tal como a preconizada pela proposta de naturalização aqui discutida, mas que, pelo menos pelo que foi visto até agora, espera ainda por ser realizada.

Referências

- Barbaras, R. (2001). Merleau-Ponty and Nature. *Research in Phenomenology*, 31(1), 22-38.
- Bayne, T. (2004). Closing the Gap? Some Questions for Neurophenomenology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3, 349-364.
- Bernet, R. (1993). The Subject in Nature: Reflections on Merleau-Ponty's Phenomenology of Perception. In P. Burke & J. Van der Veken (Orgs.), *Merleau-Ponty in Contemporary Perspective* (pp. 53-68). Amsterdam: Kluwer.

- Brentano, F. (1874). *Psychology from an Empirical Standpoint*. New York: Humanities Press (Original work published 1973).
- Flanagan, O. (1992). *Consciousness Reconsidered*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Güzeldere, G. (1999). The Many Faces of Consciousness: a Field Guide. In N. Block, O. Flanagan, & G. Güzeldere (Orgs.), *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates* (pp. 1-67). Cambridge, MA: MIT Press.
- Jackendoff, R. (1987). *Consciousness and the Computational Mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Levine, J. (1983). Materialism and Qualia: the Explanatory Gap. *Pacific Philosophical Quarterly*, 64, 354-361.
- Mandler, G. (1988). Problems and Directions in the Study of Consciousness. In M. J. Horowitz (Org.), *Psychodynamics and Cognition* (pp. 21-45). Chicago: University of Chicago Press.
- Merleau-Ponty, M. (1972). *La structure du comportement*. Paris: PUF (Trabalho original publicado em 1942).
- Merleau-Ponty, M. (1995). *La nature. Notes. Cours du Collège de France*. Paris: Seuil.
- Nagel, T. (1999). What is Like to Be a Bat? In N. Block, O. Flanagan, & G. Güzeldere (Orgs.), *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates* (pp. 519-527). Cambridge, MA: MIT Press (Original work published 1970).
- Overgaard, M. (2004). On the Naturalising of Phenomenology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3, 365-379.
- Petitot, J., Varela, F., Pachoud, B., & Roy, J.-M. (eds.) (1999). *Naturalizing Phenomenology: Issues in Contemporary Phenomenology and Cognitive Science*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Roy, J.-M., Petitot, J., Pachoud, B., & Varela, F. (1999). Beyond the gap: An introduction to naturalizing phenomenology. In J. Petitot, F. Varela, B. Pachoud, & J.-M. Roy (eds.), *Naturalizing Phenomenology: Issues in contemporary Phenomenology and Cognitive Sciences* (pp.1-82). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Seager, W. (2001). *Theories of Consciousness: an Introduction and Assessment*. London and New York: Routledge.
- Searle, J. (1983). *Intentionality: an Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stein, D. (Org.) (1997). *Cognitive Science and the Unconscious*. Washington: American Psychiatric Press.
- Wakefield, J. (1992). Freud and Cognitive Psychology: the Conceptual Interface. In J. Barron, M. N. Eagle & D. L. Wolitzky (Orgs.), *Interface of Psychoanalysis and Psychology* (pp. 77-98). Washington: American Psychological Association.
- Zahavi, D. (2004). Phenomenology and the Project of Naturalization. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3, 331-347.

Endereço para correspondência:

Departamento de Filosofia e Metodologia da Ciência
 Universidade Federal de São Carlos
 Via Washington Luiz, km 235
 CEP 13565-905 - São Carlos/SP
 E-mail: richardsimanke@uol.com.br

Recebido em Julho de 2011
 Revisto em Setembro de 2011
 Aceito em Outubro de 2011

Saúde Mental e Afastamento do Trabalho em Servidores do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Mental Health and Work Leave in Judiciary Workers in the State of Rio Grande do Sul

Rosália Maria Costa Fonseca^IMary Sandra Carlotto^{II}**Resumo**

O presente estudo buscou identificar a prevalência de afastamentos por Transtornos Mentais e do Comportamento relacionados ao trabalho, bem como avaliar a associação entre variáveis sociodemográficas, laborais e tipo de transtorno com a quantidade de licenças e dias de afastamento em 219 servidores públicos judiciários, no ano de 2009. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial, utilizando-se a prova t de student, ANOVA, Mann-Whitney e Kruskal-Wallis. Resultados evidenciaram maior prevalência de transtornos do humor. Os servidores que trabalhavam na 1ª Instância, na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, que se afastaram por uso de substância psicoativa e transtornos de humor apresentaram maior número de dias de afastamento. Os mesmos resultados foram encontrados com relação às licenças médicas, com exceção da cidade ou região de trabalho do servidor.

Palavras-chave: Transtornos mentais; setor público; saúde do trabalhador; licença médica.

Abstract

This study tried to identify the prevalence of work absence due to Mental and Behavioral Disorders, as well as to evaluate the correlation between type of disorder, socio-demographic and work-related variables and the quantity and duration of absence among 219 court employees in 2009. Data were analyzed through descriptive and inferential statistics using the Student's t-test, ANOVA, Mann-Whitney and Kruskal-Wallis. The results revealed a higher prevalence of Mood Disorders. Judiciary workers from the First Instance Court in Porto Alegre and metropolitan area with work absence due to the use of psychoactive substances and mood disorders presented a higher number of days off. The same results were found for sickness absence, with the exception of the city or region in which the servant worked.

Keywords: Mental disorders; public sector; workers' health; sickness absence.

^I Universidade Luterana do Brasil

^{II} Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Atualmente, já se tem consolidada a concepção de que o absenteísmo é um sério problema para as organizações de trabalho e seus trabalhadores, seja pela interrupção dos processos de trabalho, assim, ocasionando o aumento da carga de trabalho entre os colegas, seja pela perda de produtividade (Böckerman & Laukkanen, 2010; Ybema, Smulders & Bongers, 2010). Seu impacto negativo também pode ser percebido na prestação de serviços e na satisfação dos trabalhadores (Munro, 2007) e a compreensão desse complexo fenômeno é objeto de estudos em vários países (Cunha, 2008). De acordo com Ybema, Smulders e Bonger (2010), frequentes faltas ao trabalho podem significar que um trabalhador precisa de tempo para se recuperar das tensões no trabalho e sua ausência prolongada pode ser um indicador de problemas mais graves.

Apesar da melhoria das condições gerais de saúde da população mundial nos últimos 100 anos, as taxas de afastamento do trabalho por doença têm aumentado nos países industrializados, desde 1951. O aumento do estresse relacionado ao trabalho vem

sendo destacado como uma das importantes causas de Transtornos Mentais, dessa forma, propiciando o aumento do absenteísmo (McDaid, 2008) e acarretando altos custos às economias em todo o mundo (Seligmann-Silva, 2009).

Estudos atuais revelam aumento no número de pessoas que adoecem e se afastam do trabalho pelos mais variados motivos de saúde, porém os Transtornos Mentais e do Comportamento têm sido os mais prevalentes (Cunha, 2008; Seligmann-Silva, 2009) e se constituem uma das maiores causas de afastamento de longo prazo do trabalho (Stansfeld, North, White & Marmot, 1995). Transtornos Mentais e do Comportamento são condições clinicamente significativas, caracterizadas por alterações do modo de pensar e do humor (emoções) ou por comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001).

Estes não ocorrem por fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e aparato psíquico dos trabalhadores. As ações

implicadas no ato de trabalhar podem atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas, também, reações psíquicas às situações de trabalho patogênicas, além de poderem desencadear processos psicopatológicos especificamente relacionados às condições do trabalho desempenhado pelo trabalhador (Brasil, 2001).

No Brasil, os transtornos mentais já ocupam o terceiro lugar entre as causas de concessão de benefícios previdenciários, isso sem considerar os casos não registrados nas estatísticas oficiais, uma vez que não se trata de lesões visíveis ou de processos físicos mensuráveis através de exames objetivos, sendo que, muitas vezes, os portadores não têm seu sofrimento legitimamente reconhecido (Jacques & Amarray, 2006). Nesse sentido, estudos atinentes ao perfil de morbimortalidade dos trabalhadores brasileiros ainda são insuficientes para se conhecer adequadamente as características dessa população em relação ao processo saúde-doença-trabalho (Cunha, Blank & Boing, 2009). Porém, a magnitude do problema pode ser dimensionada a partir dos custos que tais afastamentos representaram para os cofres públicos, como o valor correspondente ao auxílio-doença previdenciário, concedido em 2005, que alcançou R\$1,1 bilhão (Brasil, 2005). De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no serviço público federal, as aposentadorias precoces e os afastamentos do trabalho, em 2005, contabilizaram um custo de R\$300 milhões, conforme referem Cunha, Blank e Boing (2009).

O profissional do setor público, apesar de possuir uma relação de trabalho menos instável, de menor exposição ao risco de demissão, está sujeito a outras formas de instabilidade e precarização do trabalho, tais como privatização de empresas públicas seguida de demissão; terceirização de setores dentro da empresa; deterioração das condições de trabalho e da imagem do trabalhador do serviço público; e responsabilização pelas deficiências dos serviços e por possíveis crises das instituições públicas. Estão, ainda, expostos às instabilidades geradas por oscilações políticas e de planejamento, que ocasionam descontinuidade de ações, alterações na qualidade e quantidade da demanda pelos serviços ofertados; acúmulo de funções, mudanças na organização do trabalho ou na natureza das ações que conflitam com o sentido e as crenças que os trabalhadores têm em relação ao trabalho (Lancman, Sznelwar,

Uchida & Tuacek, 2007). De acordo com Bazzo (1997), a história da saúde mental no universo do funcionalismo público brasileiro, nos últimos trinta anos, tem sido marcada por uma organização do trabalho a serviço do desprazer, da depressão e o adoecimento. Estudo realizado por Nunes e Lins (2009), com o objetivo de identificar possíveis fatores que proporcionam prazer e sofrimento em servidores públicos federais do Tribunal Judiciário, identificou a presença de sofrimento relacionado ao modelo de gestão altamente hierarquizado e tomado pela racionalização burocrática, além do estereótipo do servidor público federal caracterizado pela morosidade, aspectos que terminavam por afetar a saúde do trabalhador.

A Recomendação nº 171 e a Convenção nº 161 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1985) abordam a importância de registrar as causas do absenteísmo a fim de obterem-se dados para a realização de análises que contribuirão para conhecer a dimensão, as determinações e causas do absenteísmo para se pensar em soluções (Mendes, 2003), bem como elaborar políticas de promoção, prevenção e reabilitação da saúde (Cunha, 2008). No entanto, a prevalência de absenteísmo e as suas principais causas ainda permanecem pobremente documentadas, principalmente nos países em desenvolvimento, dessa maneira dificultando a elaboração de programas de prevenção e reabilitação voltados para essa população (Andrade, Souza, Simões & Andrade, 2008).

Pesquisas epidemiológicas sobre o absenteísmo de servidores públicos no Brasil são escassas e os estudos publicados referem-se principalmente a trabalhadores da área da saúde. A escassez e inconsistência das informações sobre a real situação de saúde dos servidores públicos dificultam a definição de prioridades para as políticas públicas, o planejamento e implementação de ações de saúde do trabalhador, além de privar a sociedade de instrumentos importantes para a melhoria das condições de vida e trabalho (Cunha, 2008). A dificuldade de acesso a bancos de dados de empresas e de órgãos públicos tem se configurado um dos grandes limitadores na produção científica desta questão (Silva, Pinheiro & Sakurai, 2008).

Alguns estudos realizados no Brasil (Falavigna, 2010; Gehring Jr, Corrêa Filho, Vieira Neto, Ferreira & Vieira, 2007; Jacques & Amarray, 2006; Nunes

& Lins, 2009) mostram perfis de determinadas categorias de trabalhadores, que se afastam do trabalho por Transtornos Mentais e do Comportamento relacionados ao trabalho, como enfermeiros, professores, servidores públicos federais, mas, na esfera pública judiciária estadual, a literatura nacional ainda carece de estudos relativos ao afastamento das atividades laborais por esses transtornos.

Assim, pelo exposto, este estudo de delineamento transversal buscou identificar a prevalência de afastamento por Transtornos Mentais e do Comportamento relacionados ao trabalho, segundo Capítulo V da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (OMS, 1993), bem como objetivou avaliar a associação entre variáveis sociodemográficas, laborais e tipo de transtorno com a quantidade de licenças e dias de afastamento dos servidores públicos da justiça estadual no ano de 2009.

Método

População em estudo e população-alvo

A população em estudo constituiu-se de 8.185 servidores pertencentes ao quadro funcional em 2009. Os servidores desenvolvem seu trabalho em Comarcas distribuídas em 164 cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Destes, 1.350 (16,5%) foram afastados do trabalho por licença-saúde. Do total de afastamentos, 219 (16,2%) foram por Transtornos Mentais e Comportamentais relacionados ao trabalho (F00-F99), segundo Capítulo V da Classificação Internacional de Doença (CID-10), sendo esta a população-alvo da investigação.

Instrumento e variáveis de estudo

O instrumento de coleta de dados constituiu-se de um protocolo de dados construído pelas autoras de acordo com as variáveis de interesse e informações disponíveis no banco de dados já existente na instituição. O registro das informações no banco de dados é realizado com base em uma ficha médica funcional padronizada preenchida pelos médicos da instituição.

As variáveis de interesse foram distribuídas em três blocos: 1. Dados sociodemográficos (sexo, idade e estado civil); 2. Dados referentes à prática profissional (cargo/função, setor de lotação, tempo na função); 3. Dados sobre a saúde ocupacional (CID, quantidade de licenças, dias de afastamento, data da primeira licença).

Procedimentos

Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Processo nº 2010-248H) da instituição de afiliação da primeira autora, deu-se início à composição do banco de dados, de acordo com as variáveis de interesse no estudo. As informações foram coletadas junto ao Departamento Médico Judiciário – DMJ de Porto Alegre, sede dos prontuários dos servidores, do período de janeiro a dezembro de 2009. O controle de qualidade do banco de dados foi realizado mediante análise descritiva de caráter exploratório para avaliar a existência de casos omissos, identificação de extremos e possíveis erros de digitação.

Após, foi realizada análise descritiva dos dados para descrição da amostra e identificação da prevalência dos afastamentos por Transtornos Mentais e do Comportamento para cada grupo: Grupo 1 - *Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos* (F00-F09); Grupo 2 - *Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substância psicoativa* (F10-F19); Grupo 3 - *Esquizofrenia, Transtornos esquizotípicos e Transtornos delirantes* (F20-F29); Grupo 4 - *Transtornos do humor/afetivos* (F30-F39); Grupo 5 - *Transtornos neuróticos, Transtornos relacionados com o estresse e Transtornos somatoformes* (F40-F48); Grupo 6 - *Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos* (F50-F59); Grupo 7 - *Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto* (F60-F69); Grupo 8 - *Retardo mental* (F70-F79); Grupo 9 - *Transtornos do desenvolvimento psicológico* (F80-F89); Grupo 10 - *Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem, habitualmente, durante a infância ou adolescência* (F90-F98); Grupo 11 - *Transtorno mental não-especificado* (F99). Por fim, foram calculadas as diferenças entre as médias das licenças por meio da prova *t* de *student* e ANOVA; e para os dias de afastamento foram utilizados os testes não-paramétricos Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, adotando-se um nível de significância de 5%.

Resultados

Os resultados evidenciam que a maioria dos 219 servidores investigados pertence ao sexo feminino (68%), é solteiro/separado (57,9%), possui curso superior (69,4%) e tem idade média de 47 anos (\pm 8 anos).

Quanto ao cargo, identifica-se que, na 1ª Instância, a maioria dos servidores (83%) se distribui nas funções de Oficial Escrevente; Oficial de Justiça; Escrivão, Distribuidor-Contador, Oficial Ajudante e Assessor de Juiz, Perito Psicólogo, Perito Assistente Social, Sociólogo, Instrutor Judiciário, Orientador Judiciário. Já na 2ª Instância, 65,6% desenvolvem a função de Oficial Superior Judiciário, Auxiliar (Artífice, Comunicações, Enfermagem, Equipe, Serviços, Técnico, Judiciário), Operador (Terminais, Microinformática, Especial) Programador, Fotogravador, Porteiro e Serviçal; Taquígrafo Forense e Técnico Judiciário; Guarda de Segurança e Oficial de Transportes.

No tocante ao número de licenças, há uma variação de 1 a 9 licenças, em média, 3 licenças (± 2) por servidor, assim, perfazendo um total anual de 621. Observa-se que 38,4% tiveram uma licença ao ano; 30,8% de 2 a 3 ao ano; e 30,8% mais de 4 licenças ao ano. Os dias de afastamento variam de 1 a 365 dias, com uma média de 85 dias/ano (± 100), mediana de 41 dias/ano e moda de 15 dias/ano, totalizando 18.503 dias/ano. Quanto à prevalência, a classificação *Transtornos do humor* (F30-F39) apresentou maior percentual de ocorrência (Tabela 1).

Resultados obtidos revelam que servidores que atuam na 1ª Instância indicam maior número de licenças e dias de afastamento no trabalho. Profissionais de Porto Alegre e região metropolitana apontam maior média de dias de afastamento. Relativamente ao tipo de Transtorno mental, aqueles por uso de substância psicoativa e Transtornos de

humor assinalam médias mais elevadas de licenças e dias de afastamento (Tabela 2).

Discussão

Dentre os 219 servidores afastados por licença para tratamento de saúde no ano de 2009, destaca-se a elevada prevalência de afastamentos por Transtornos de humor (58,4%). Os Transtornos do humor se caracterizam por alterações do afeto que, frequentemente, relacionam-se com situações ou fatos estressantes (OMS, 1993). Este resultado pode estar relacionado aos inúmeros fatores de estresse aos quais estão expostos estes profissionais, como a crescente demanda pelos serviços prestados, com aumento do volume de trabalho de alta complexidade e responsabilidade que, por sua vez, gera pressão pela produtividade e celeridade. A demanda cresce a cada ano, embora o número de servidores não aumente na mesma proporção. A diminuição da capacidade de atender a demanda dificulta o desenvolvimento da atividade dos trabalhadores, por conseguinte, comprometendo a qualidade do atendimento oferecido (Lancman et al., 2007).

O trabalho realizado pela grande maioria destes servidores é de alta complexidade cognitiva exigindo, portanto, um grande dispêndio de energia intelectual que requer diversos conhecimentos técnicos e teóricos. Seligmann-Silva (2009) salienta que o trabalho humano, na atualidade, tornou-se, cada vez mais, um trabalho predominantemente mental e que, quando o trabalho cognitivo é intensivo, o

Tabela 1 - Prevalência de afastamentos para tratamento de saúde por Transtornos Mentais e do Comportamento de servidores públicos, segundo capítulos da CID 10, no período de 2009, Porto Alegre.

CID - Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	f	%
1. Transtornos mentais orgânicos (F00-F09)	3	1,4
2. Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa (F10-F19)	14	6,4
3. Esquizofrenia, transtornos esquizotípico e delirantes (F20-F29)	2	0,9
4. Transtornos do humor/afetivos (F30-F39)	128	58,4
5. Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (F40-F48)	70	32
6. Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos (F50-F59)	1	0,5
11. Transtorno mental não identificado (F99)	1	0,5
Total	219	100

Tabela 2 – Associação entre variáveis sociodemográficas, laborais, CID e número de licenças, dias de afastamentos para tratamento de saúde por Transtornos Mentais e do Comportamento de servidores públicos, no período de 2009, Porto Alegre.

Variáveis	Licenças (n)				Afastamentos (dias)		
	n	M	DP	p	M	DP	p
Sexo							
Feminino	149	2,85	2,06	0,91	86,70	101,89	0,61
Masculino	70	2,81	2,27		79,79	99,27	
Faixa etária							
28 a 40 anos	38	3,34	2,26	0,11	91,05	99,60	0,69
41 a 68 anos	179	2,74	2,09		83,89	101,52	
Estado civil							
Solteiro/separado	127	3,01	2,21	0,19	88,37	98,03	0,15
Casado	90	2,62	2,03		80,30	104,22	
Escolaridade							
Fundamental/médio	67	3,09	2,14	0,24	78,72	89,27	0,95
Superior	152	2,72	2,12		87,03	104,84	
Instância							
1ª Instância	116	3,24	2,35	0,00*	117,14	111,68	0,00*
2ª Instância	103	2,38	1,75		47,72	70,22	
Localidade							
Porto Alegre/região metropolitana	172	2,85	2,18	0,86	76,01	100,07	0,00*
Interior	47	2,79	1,95		115,53	92,35	
CID							
Transtornos mentais por uso de substância psicoativa	14	3,21 ^a	2,15	0,00*	98,86 ^a	93,91	0,00*
Transtornos do humor	128	3,22 ^a	2,27		110,72 ^a	10,19	
Transtornos neuróticos, “stress” e somatoformes	70	2,06 ^b	1,59		34,75 ^b	6,55	

Notas: * diferença significativa ao nível de 5%
Médias seguidas de letras distintas diferem significativamente ao nível de 5%.

espaço da afetividade é comprimido e sacrificado. Alerta a autora para o fato de que o cansaço mental do trabalho intelectual intensificado e a exaustão emocional têm sido ignorados nas reestruturações organizacionais, que se aceleraram a partir dos anos 1980. Jacques e Amazarray (2006) referem que, atualmente, se reconhece uma série de fatores associados ao trabalho como responsável por sofrimentos e alterações na saúde mental, destacando a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho, como o parcelamento de tarefas, o controle sobre o processo de trabalho, as políticas de gestão de recursos humanos, a estrutura

hierárquica, os processos de comunicação, o ritmo e a jornada de trabalho.

É importante destacar a significativa mudança ocorrida, em 2009, com relação à alteração do horário de trabalho na segunda instância. Até então, o horário de trabalho era de sete horas ininterruptas, das 12h às 19h, permitindo aos servidores realizarem outras atividades no turno da manhã. Um novo horário foi instituído, então, passando para oito horas diárias, em dois turnos, manhã e tarde. Essa mudança, de uma realidade de mais de vinte anos, gerou desconfortos na rotina pessoal, familiar e gastos antes inexistentes com deslocamentos e refeições. Estudo realizado

por Böckerman e Laukkanen (2010) verificaram associação entre tempo de trabalho real em horas de trabalho semanais e o desejado, implicando em absenteísmo por adoecimento. Pode-se pensar na mudança na distribuição das horas de trabalho como um importante fator de insatisfação e de estresse que pode ter conduzido a afastamentos por licença-saúde. A satisfação no trabalho tem sido identificada como exercendo influência sobre o estado emocional do indivíduo, sendo este aspecto evidenciado em estudo realizado por Martinez, Paraguay e Latorre (2004). Neste, verifica-se que a satisfação no trabalho está associada à saúde dos trabalhadores nos seus aspectos saúde mental e capacidade para o trabalho, mostrando a importância dos fatores psicossociais em relação à saúde e bem-estar dos trabalhadores. A partir dos seus resultados, os autores reforçam a importância de diretrizes e mudanças na concepção e organização direcionadas para os aspectos psicossociais no trabalho. Estas diretrizes compreendem a prévia conceituação, discussão e consolidação coletivas, em cada organização, sobre as prioridades e conteúdo das mudanças; reformulação nas formas de reconhecimento e valorização dos trabalhadores e de suas funções; mudanças que aumentem a autonomia e controle exercidos pelos trabalhadores sobre seu trabalho, sem geração de sobrecarga; enriquecimento do trabalho, e não apenas das tarefas, mediante capacitação profissional, planejada e reconhecida pelos trabalhadores; possibilidades de desenvolvimento na carreira e de estabilidade no emprego; implemento dos níveis de suporte social; melhorias coletivas no fluxo, suportes e qualidade das informações operacionais e organizacionais, bem como nas condições do ambiente físico de trabalho.

Resultados obtidos, neste estudo, revelam que servidores que atuam na 1ª Instância apresentam significativamente maior número de licenças e dias de afastamento no trabalho. A 1ª Instância, por ser o primeiro grau de recurso, isto é, a porta de entrada para o judiciário, traz, além dos advogados, um grande número de partes envolvidas na busca de soluções para suas demandas. Neste sentido, há um maior número de processos e pessoas envolvidas, o que ocasiona uma maior carga de trabalho. Para evitar acúmulo e atraso no trabalho, o servidor, não raras vezes, utiliza seu tempo de intervalo para o almoço como uma tentativa de atenuar este importante fator de estresse.

Profissionais de Porto Alegre e região metropolitana apresentam maior média de dias de afastamento, possivelmente, por conta da carga de trabalho que, nesta localização geográfica, é superior à média do interior do Estado. Também, há que se considerar que o estresse dos centros urbanos acaba por gerar maior demanda nesse sentido, ao contrário do servidor do interior do Estado, que, em tese, teria uma melhor qualidade de vida. Este trabalhador, geralmente, tem um deslocamento ao trabalho mais fácil, sendo-lhe possível usufruir o intervalo para almoço na própria casa, o que lhe possibilita um maior descanso além de mais tempo para o convívio com a família e lazer.

Em relação ao tipo de Transtorno mental, aqueles por uso de substância psicoativa e Transtornos de humor apresentam médias mais elevadas de número de licenças e dias de afastamento em comparação aos Transtornos neuróticos, Transtornos relacionados com o estresse e Transtornos somatoformes. Este resultado pode estar relacionado às características dos Transtornos de humor, no qual ocorrem episódios de depressão ou elação, que, por sua vez, requerem algum tipo de medicação psicoativa prescrita ou não por um médico (OMS, 1993).

Os resultados deste estudo sinalizam uma elevada prevalência de afastamentos por Transtornos de humor e associação entre a quantidade de licenças e dias de afastamentos com variáveis laborais e tipo de transtorno. A alta prevalência encontrada indica a necessidade de avaliar e acompanhar a incidência desse agravo em estudo de delineamento longitudinal. Já os fatores associados remetem, basicamente, à realização de ações nos aspectos que envolvem o contexto e a organização do trabalho.

De acordo com Cunha (2008), conquanto pareça existir uma negação acerca da realidade de que servidores públicos estão adoecendo por múltiplas causas, incluindo aquelas relacionadas ao trabalho, fazendo com que a administração pública retroalimente o processo de adoecimento-afastamento, os gestores públicos parecem já estar percebendo a necessidade de se estabelecer políticas de melhoria da qualidade de vida e saúde dos servidores. Em respeito a tal conjuntura, resultados e novos estudos devem ser incentivados por parte da comunidade acadêmica e profissional.

Embora o estudo tenha utilizado um delineamento que possui vantagens como baixo custo e rápida execução (Cunha, Blank & Boing, 2009) e ausência de possibilidade do viés de memória, o mesmo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A primeira se refere ao corte transversal, que não permite inferir uma relação de natureza causal entre Transtornos mentais e os fatores associados aos mesmos. A segunda limitação está relacionada à utilização de dados secundários (Palmeira, 2000) comprometendo, por vezes, a precisão e validade das variáveis. Pode-se pensar na ocorrência de subnotificação real dos agravos em consequência da legislação vigente do Conselho Federal de Medicina – artigo 112/Resolução Conselho Federal de Medicina, nº 1.658/2002 (Conselho Federal de Medicina, 2002), pela qual a colocação de CID, em atestado médico, só poderá ser feita mediante dever legal ou autorização expressa do paciente, sob pena do profissional violar o código de ética médica. Também, deve se apontar o desconhecimento médico de determinadas patologias laborais relacionadas aos Transtornos mentais e do comportamento, bem como de seu nexos causal (Carlotto, 2010).

O modelo médico coloca a doença como o resultado da ação de agentes específicos e esta visão obscurece o complexo entendimento da relação entre processo de trabalho e saúde, isto é, uma parte dela é colocada fora do trabalho, como uma “doença geral”; e outra é reconhecida como decorrente do trabalho, mas restringe-se aos riscos físicos, químicos, biológicos ou mecânicos (Laurell & Noriega, 1989). Ainda persiste o hábito de considerarem-se os afastamentos do trabalho como um problema físico, uma vez que estas demandas são mais fáceis de definir e identificar do que as mentais. Embora apresentem alta prevalência, entre a população trabalhadora, os distúrbios psíquicos relacionados ao trabalho, com frequência, não são reconhecidos como tais no momento da avaliação clínica. Essa situação pode estar relacionada às próprias características dos distúrbios psíquicos, regularmente, mascarados por sintomas físicos, bem como pela complexidade inerente à tarefa de definir-se claramente a associação entre tais distúrbios e o trabalho desenvolvido pelo trabalhador (Glina, Rocha, Batista & Mendonça, 2001). Pode-se, também, levantar a possibilidade

do que se denomina, atualmente, presentismo laboral, ou seja, o trabalhador procura manter-se no trabalho mesmo com algum tipo de adoecimento devido ao temor de estratégias de gestão perversas, que entendem o trabalhador doente como indolente, sendo passível de sofrer algum tipo de assédio moral (Johns, 2010).

Referências

- Andrade, T. B.; Souza, M. G. C.; Simões, M. P. C., & Andrade, F. B. (2008). Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Medica*, 18(4), 166-171.
- Bazzo, E. F. (1997). Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(1), 41-44.
- Böckerman, P., & Laukkanen, E. (2010). Predictors of sickness absence and presenteeism: does the pattern differ by a respondent's health? *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 52(3), 332-335.
- Brasil, Ministério da Previdência Social. (2005). *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Acesso em 15 de janeiro de 2011, em http://www.mpas.gov.br/aeps2005/14_01_02_01.asp
- Brasil, Ministério da Saúde. (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Carlotto, M. S. (2010). O papel do psicólogo frente ao adoecimento e sofrimento ocupacional. *Pessoas e Sintomas*, 11, 49-54.
- Conselho Federal de Medicina. (2002). *Lei nº 1.658/2002*. [on line]. Acesso em 12 de setembro de 2010, em <http://www.cremers.com.br>
- Cunha, J. B., Blank, V. L. G., & Boing, A. F. (2009). Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 12(2), 226-36.
- Cunha, J. C. C. B. (2008). *A análise estatística dos afastamentos por problemas de saúde de servidores*

- públicos: ferramenta para a gestão da área de saúde de servidores públicos.* Acesso em 17 de Novembro de 2009, em <http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000053.pdf>
- Falavigna, A. (2010). *Prevalência e tendência temporal de afastamento do trabalho por transtornos mentais e do comportamento em enfermeiros de um hospital geral (1998-2008)*. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Luterana do Brasil, RS.
- Gehring Junior, G., Corrêa Filho, H. R., Vieira Neto, J. D., Ferreira, N. A., & Vieira, S. V. R. (2007). Absenteísmo-doença entre profissionais de enfermagem da rede básica do SUS. Campinas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(3), 401-9.
- Glina, D. M. R., Rocha, L. E., Batista, M. L., & Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(3), 607-16.
- Jacques, M. G. C., & Amazarray, M. R. (2006). Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. *Boletim da Saúde*, 20(1). Acesso em 18 de abril 2009, em http://www.esp.rs.gov.br/img2/v20n1_09TrabBancario.pdf
- Johns, G. (2010). Presenteeism in the workplace: a review and research agenda. *Journal of Organizational Behavior*, 31, 519-542.
- Lancman, S., Sznalwar, L. I., Uchida, S., & Tuacek, T. A. (2007). O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. *Interface*, 11 (21), 79-92.
- Laurell A. C., & Noriega M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Martinez, M. C., Paraguay, A. I. B. B., & Latorre, M. do R. D. O. (2004). Relação entre satisfação com aspectos psicossociais e saúde dos trabalhadores. *Revista de Saúde Pública*, 38(1), 55-61.
- McDaid, D. (2008). *Mental health in workplace settings*. Luxembourg: European Commission.
- Mendes, R. (2003). *Patologia do trabalho: atualizada e ampliada* (2ª ed). São Paulo: Atheneu.
- Munro, L. (2007). Absenteeism and presenteeism: possible causes and solutions. *The South African Radiographer*, 45(1), 21-23.
- Nunes, A. V. L., & Lins, S. L. B. (2009). Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. *Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho*, 9(1), 51-67.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento: CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Organização Mundial da Saúde [OMS] (2001). Organização Panamericana da Saúde. *Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental - nova concepção, nova esperança*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Organização Internacional do Trabalho [OIT] (1985). *Recomendação nº 171 e a Convenção nº 161*. Genebra. Acesso em 13 de outubro de 2009, em <http://www.ilo.org/ilolex/spanish/recdisp1.htm>
- Palmeira, G. (2000). Epidemiologia. In S. Rozenfeld (Org.), *Fundamentos da Vigilância Sanitária* (pp.15-48). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Seligmann-Silva, S. E. (2009). *Saúde mental no trabalho contemporâneo*. In Anais do 9º Congresso Internacional de Stress da ISMA-BR. Porto Alegre/RS.
- Silva, L. S., Pinheiro, T. M. M., & Sakurai, E. (2008). Perfil do absenteísmo em um banco estatal em Minas Gerais: análise no período de 1998 a 2003. *Ciência e Saúde Coletiva*, 13 (suppl.2), 2049-2058.
- Stansfeld, S. A., North, F. M., White, I., & Marmot, M. G. (1995). Work characteristics and psychiatric disorder in civil servants in London. *Journal Epidemiology Community Health*, 49, 48-53.
- Ybema, J. F., Smulders, P. G. W. & Bongers P. M. (2010). Antecedents and consequences of

employee absenteeism: A longitudinal perspective on the role of job satisfaction and burnout. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 19(1), 102-124.

Endereço para correspondência:

Rosália Maria Costa Fonseca
Rua João Berutti, 470
CEP 91330-370 - Porto Alegre/RS
E-mail: rosaliafonseca@tj.rs.gov.br /
romacf@gmail.com

Recebido em Janeiro de 2011

Revisto em Maio de 2011

Aceito em Agosto de 2011

Treinamento de Pais na Terapia Cognitivo-Comportamental para Crianças com Transtornos Externalizantes

Parent Training in Cognitive-Behavioral Therapy for Children with Externalizing Disorders

Beatriz de Oliveira Meneguelo Lobo¹

Katherine Flach¹

Ilana Andretta¹

Resumo

A interação entre pais e filhos apresenta importante papel no desenvolvimento das crianças, de forma que dificuldades nessa relação apresentam associação com comportamentos disfuncionais e transtornos psiquiátricos. Nesse contexto, o presente artigo apresenta uma revisão da literatura acerca da inter-relação entre pais, filhos e problemas externalizantes infantis, bem como a importância do engajamento dos pais para a psicoterapia com crianças. O artigo enfatiza o treinamento de pais, estratégia incluída na terapia cognitivo-comportamental, que tem por fim instruir os pais acerca de práticas parentais que visam a diminuir comportamentos desadaptativos e incentivar comportamentos pró-sociais das crianças. Por fim, considera-se a relevância da implementação desse programa de tratamento em contextos clínicos, escolares e hospitalares como forma de prevenção e promoção de saúde.

Palavras-chave: Treinamento de pais; práticas de criação infantil; terapia cognitivo-comportamental.

Abstract

The interaction between parents and children has an important role in the development of children, so that relationship difficulties are associated with dysfunctional behaviors and psychiatric disorders. In this context, this article presents a literature review about the inter-relation between parents, children and externalizing problems, as well as the importance of parents' engagement for children psychotherapy. It emphasizes the parental training, technique included in the cognitive-behavior therapy, which aims at educating parents about practices that are intended to reduce maladaptive behavior and promote social interaction. Finally, the relevance of the implementation of this treatment program in clinical, school, and hospital settings, as means of prevention and health promotion, is considered.

Keywords: Parent training; childrearing practices; cognitive-behavioral therapy.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Pais e crianças influenciam-se uns aos outros mutuamente e essa interação apresenta importante papel no desenvolvimento das crianças (Bolsoni-Silva & Marturano, 2006; Cia, Pamplin & Del Prette, 2006; Denham, Workman, Cole, Weissbrod, Kendziora & Zahn-Waxler, 2000). Existe ainda uma importante relação entre as características dos pais, o tempo despendido com seus filhos, as práticas parentais adotadas e o posterior desenvolvimento de psicopatologias e dificuldades de comportamento (Salvo, Silveiras & Toni, 2005; McDowell, Parke & Spitzer, 2002).

Assim sendo, a literatura destaca que o engajamento dos pais na psicoterapia infantil traz grandes benefícios e aumenta a eficácia do tratamento (Eyberg, Nelson, & Boggs, 2008; Friedberg & McClure, 2004; Kendall, 2006; Pearl, 2009). Além disso, crianças que apresentam alta demanda de atendimento psiquiátrico e/ou psicológico, quando atendidas precocemente, passam a ter uma atenção que pode atuar como fator preventivo de transtornos psiquiátricos graves na vida adulta (Ialongo et al,

2006). As taxas de psicopatologia tendem a aumentar com a idade, quando não há intervenção precoce eficaz: crianças pré-escolares apresentam 8% de propensão ao desenvolvimento de psicopatologias, pré-adolescentes apresentam 12% e adolescentes chegam a ter 15% de chances de apresentar um transtorno psiquiátrico (Roberts, Attkisson & Rosenblatt, 1998).

Cabe esclarecer que as dimensões de psicopatologia infantil são categorizadas em transtornos externalizantes e transtornos internalizantes. Os primeiros referem-se a problemas direcionados ao ambiente ou a outras pessoas, como transtornos disruptivos, hiperatividade, agressividade e comportamentos antissociais. Os transtornos internalizantes, por sua vez, caracterizam problemas direcionados à experiência interior, como a ansiedade, isolamento e depressão (Kazdin, 2005). As taxas de prevalência de psicopatologia em crianças de 9 a 13 anos da população geral norte-americana apontam que 13,3% apresentam algum transtorno psiquiátrico

nessa faixa etária. Os transtornos externalizantes são os mais prevalentes, com taxas de 7% (Costello, Mustillo, Erkanly, Keeler & Angold, 2003). Dados epidemiológicos nacionais são consonantes com esses resultados, demonstrando taxas de 10 a 12,7% de ao menos um diagnóstico psiquiátrico em crianças e adolescentes, com maior prevalência entre os transtornos externalizantes opostos e de conduta, apresentando taxas de 7 a 4,4% (Anselmi, Fleitlich-Bilyk, Menezes, Araújo & Luis, 2010; Fleitlich-Bilyk & Goodman, 2004).

Tomando as dimensões da psicopatologia infantil, a alta prevalência de transtornos externalizantes nessa população e a relação dos pais e filhos no desenvolvimento e tratamento de psicopatologias infantis, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma revisão da literatura acerca dos benefícios da participação dos pais nas mudanças de comportamentos externalizantes em crianças, através do treinamento de pais, dentro da abordagem cognitivo-comportamental.

Ambiente Familiar Inadequado e suas Consequências no Comportamento Infantil

A qualidade da relação entre pais e filhos exerce grande influência no desenvolvimento infantil. Sabe-se que alguns fatores como instabilidade familiar, vivência de adversidades nos primeiros anos de vida, práticas parentais coercitivas, histórico de psicopatologia parental, entre outros, estão associados ao aumento do risco de dificuldades emocionais e comportamentais em crianças (Green et al., 2010; Price et al., 2008; Velasquez, Souza, Adjuto, Muñoz & Silveira, 2010; White, McNally & Cartwright-Hatton, 2003; Koenen, Moffitt, Poulton, Martin & Caspi, 2007).

Crianças expostas à instabilidade familiar e experiências traumáticas têm maiores riscos para apresentarem comportamentos mal-adaptativos (Price et al., 2008). A vivência de adversidades nos primeiros anos de vida apresenta forte associação com o desenvolvimento de transtornos com início na infância, com predição de 44,6%, e de 32,4% quanto ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos na idade adulta. Ainda, os transtornos disruptivos são os que mais fortemente apresentam relação com vivências infantis adversas, com 41,2% de predição (Green et al., 2010). Paralelamente, práticas

parentais coercitivas, incoerentes e ineficazes são mais frequentemente observáveis em famílias com crianças com transtornos de conduta, por exemplo (White, McNally & Cartwright-Hatton, 2003). Pais que batem em seus filhos os tornam mais agressivos e, além disso, viabilizam que os mesmos aprendam a valorizar a força e o poder nos relacionamentos, ocasionando às crianças dificuldades interpessoais e comportamentais. Assim elas tendem a reproduzir o comportamento de seus pais, sendo menos capazes de compartilhar e de se expressar verbalmente de maneira assertiva (Velasquez, Souza, Adjuto, Muñoz & Silveira, 2010).

Ademais, filhos de pais com indicativos de psicopatologia têm risco aumentado para o desenvolvimento de futuras dificuldades emocionais e comportamentais. Sintomas depressivos em mães e/ou pais são relacionados a conflitos conjugais, distanciamento entre pais e filhos, ajustamento infantil pobre, exclusão pelos pares, problemas internalizantes e externalizantes (Cummings, Keller & Davies, 2005; Hammen & Brennan, 2003). Além disso, essas crianças são expostas a mais eventos traumáticos, por causa dos comportamentos de risco ou abusivos de seus pais (Koenen, Moffitt, Poulton, Martin & Caspi, 2007). Nesse sentido, um estudo demonstrou que indivíduos que tinham membros da família com transtornos psiquiátricos receberam apoio social inadequado, vivenciaram mais estresse e apresentaram dificuldades de buscar ou usar de forma efetiva fontes potenciais de apoio em suas vidas (Inslicht et al., 2010). De forma paralela, a psicopatologia infantil também causa efeitos no sistema familiar. Famílias de crianças com comportamentos externalizantes apresentam maiores disfunções familiares, sentem-se incompetentes como pais, as mães apresentaram altos escores de depressão, e são pouco assertivas ao manejar os filhos (Cunningham & Boyle, 2002). De forma paralela, a psicopatologia infantil também causa efeitos no sistema familiar. Famílias de crianças com comportamentos externalizantes apresentam maiores disfunções familiares, sentem-se incompetentes como pais, as mães apresentaram altos escores de depressão, e são pouco assertivas ao manejar os filhos (Cunningham & Boyle, 2002).

Sendo assim, o emprego de abordagens que enfatizam comportamentos parentais funcionais, como o treinamento de pais, fornecem melhoras às

práticas educativas utilizadas pelos pais e contribuem para a adequação comportamental da criança. Além disso, ao praticarem comportamentos pró-sociais, as crianças podem influenciar a conduta dos pais, alimentando uma cadeia de atitudes mais adequadas no contexto intrafamiliar. Ou seja, à medida que os pais sentem-se mais seguros e competentes, empregam práticas parentais mais eficazes, proporcionando aos seus filhos mais afeto, apoio e cuidados, imprescindíveis para seu desenvolvimento (DeGarmo, Patterson, & Forgatch, 2004).

Proporcionar tratamento adequado e atenção às crianças que apresentam problemas comportamentais e indicativos de psicopatologia torna-se essencial, já que sabe-se que a maioria delas não recebe a devida atenção e tratamento (Reinecke, Dattilio, & Freeman, 2006). Além disso, devido à direta associação entre práticas e ajustamento emocional parental e a saúde mental dos filhos, atenta-se para intervenções que insiram o sistema familiar (Cruvinel & Boruchovitch, 2009), já que fornecer apoio e orientações aos pais atua na prevenção e na redução de quadros disfuncionais infantis, que representam um grave problema de saúde pública (Dishion et al., 2008).

Abordagens Cognitivo-Comportamentais com Crianças

As abordagens cognitivo-comportamentais vêm recebendo considerável atenção clínica e empírica nos últimos anos. São aplicadas com sucesso em uma ampla gama de problemas clínicos apresentados por crianças e adolescentes, incluindo depressão, ansiedade, agressividade, comportamentos disruptivos, transtornos alimentares, dificuldades de aprendizagem e autismo (Reinecke, Dattilio & Freeman 2006).

A perspectiva das terapias cognitivo-comportamentais (TCCs) com crianças e adolescentes enfatiza os processos de aprendizagem e a influência dos modelos no ambiente social, ressaltando a centralidade do estilo de processamento da informação e o estilo de experiência emocional do indivíduo (Kendall, 2006). É uma abordagem ativa, diretiva, colaborativa, estruturada e de prazo limitado, com o objetivo de ajudar o indivíduo a reconhecer e modificar padrões de pensamentos distorcidos e comportamentos disfuncionais (Beck, 1976; Reinecke, Dattilio & Freeman, 2006). Uma vez que os padrões comportamentais e as interpretações cognitivas

perpassam os contextos sociais e interpessoais, esses são fatores cruciais para a concepção de estratégias de tratamento na TCC com crianças (Kendall, 2006).

Dentre as características comuns às TCCs empiricamente embasadas, encontra-se a ênfase em um tratamento participativo entre o paciente e sua família, no qual o terapeuta tem o papel de facilitador ao estimular os pais ao emprego de práticas educativas adequadas às necessidades dos filhos. Além disso, o terapeuta, ao compartilhar com a família a o entendimento das dificuldades e problemas pelos quais estão passando, propicia o surgimento de sentimentos de compreensão e esperança nos pais e na criança. Esse ponto torna-se extremamente relevante na medida em que, em muitos casos, a família se vê impotente frente às dificuldades da criança, muitas vezes vistas como incorrigíveis, para então serem encorajados, em terapia, a tomar uma posição cada vez mais ativa no processo de educação de seus filhos, fazendo com que a criança e seus pais sejam agentes de sua própria mudança. (Reinecke, Dattilio & Freeman, 2006).

De acordo com esse pressuposto teórico, na TCC com crianças, os pais estão regularmente envolvidos nos programas de tratamento (Friedberg & McClure, 2004; Reinecke, Dattilio & Freeman, 2006). Há embasado suporte empírico de que a inclusão dos pais no tratamento de crianças com problemas comportamentais e emocionais aumenta os benefícios obtidos pelo tratamento (Eyberg, Nelson & Boggs, 2008; Pearl, 2009). Dessa forma, os pais podem participar da psicoterapia de seus filhos de diferentes formas, seja no papel de consultores ou de colaboradores no processo terapêutico. Como consultores, os pais fornecem subsídios para a determinação da natureza do problema da criança. Ao atuarem atuam como colaboradores, envolvem-se na implementação dos programas de tratamento (Kendall, 2006). O envolvimento dos pais e as subsequentes alterações no sistema familiar devem ser utilizadas em conjunto com a natureza do tratamento e as necessidades da criança (Kendall, 2006; Lochman, Powell, Whidby, & Fitzgerald, 2006).

Treinamento de Pais

O treinamento de pais é apontado, por estudos de metanálise, como a modalidade de tratamento melhor estabelecida para o tratamento de transtornos disruptivos em crianças (Brestan & Eyberg, 1998; Eyberg, Nelson & Boggs, 2008; Gardner, Shaw,

Dishion, Burton & Supplee, 2007), sendo amplamente utilizada para o tratamento de Transtorno de Conduta (Dretzke et al., 2009), Transtorno Desafiador Opositivo (Costin & Chambers, 2007) entre outros. Consiste em uma intervenção em que os pais são instruídos sobre técnicas de aprendizagem social, visando modificar o relacionamento com seus filhos, diminuir os comportamentos desadaptativos e incentivar os comportamentos pró-sociais de suas crianças (Kazdin, 2005; Labbadia & Castro, 2008; McMahon, 1996). Abrange a faixa etária de 3 a 12 anos e é aplicado entre 10 e 17 sessões (Eyberg, Nelson & Boggs, 2008). O treinamento de pais foi testado ainda em parentes próximos e com pais adotivos, com bons resultados (Chamberlain, Price, Reid, & Landsverk, 2008; Price et al., 2008).

Em revisão de estudos, Eyberg, Nelson e Boggs (2008) investigaram modelos de tratamento baseados em evidências para crianças com comportamentos disruptivos, e, baseados no predomínio de dados empiricamente suportados, concluíram que as abordagens envolvendo o treinamento de pais encontram-se na primeira linha de tratamento para crianças pequenas (de 2 a 5 anos) com transtornos disruptivos. Os treinos focados nas crianças são eficazes, aparecendo na segunda linha de escolha, e direcionados para crianças de até 11 anos (Eyberg, Nelson & Boggs, 2008). O programa *Incredible Years*, que utiliza vídeos nas sessões de terapia em grupo com os pais, apresentou, em estudos de metanálise, eficácia levemente superior aos outros tipos de treinamento de pais, possivelmente por haver menos críticas por parte dos pais, comandos mais efetivos, habilidades de resolução de problemas paternos, entre outros (Brestan & Eyberg, 1998; Eyberg, Nelson & Boggs, 2008; Pheula & Isolan, 2007; Webster-Stratton, 1994).

O treinamento de pais em crianças com Transtorno Desafiador Opositivo e com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) indicou redução nos problemas de comportamento infantil e aumento da parentalidade funcional, com resultados mantidos após *follow-up* de um ano (Hautmann et al., 2009).

O treinamento de pais foi efetivo ainda em crianças pré-escolares que apresentavam associação entre sintomas de TDAH e de Transtorno de Conduta. Ao controlar os problemas de conduta, a abordagem manteve efeito significativo sobre os sintomas de TDAH, demonstrando eficaz intervenção nos

sintomas iniciais de TDAH (Jones, Daley, Hutchings, Bywater & Eames, 2007). Em relação aos Transtornos de Conduta, uma revisão sistemática da literatura observou que o treinamento de pais é um modelo de tratamento efetivo, além de haver consistência entre estudos ao demonstrar os benefícios dos programas de tratamento, com melhoras estatisticamente significativas (Dretzke et al., 2009).

No treinamento de pais, a tentativa é de substituir estilos de disciplina permissivos, punitivos e incoerentes para estratégias de manejo comportamental efetivas. Ou seja, estratégias que envolvam disciplina e firmeza associadas a um contexto de relações calorosas e de aceitação, já que crianças apreciam interações com mães que se comprometem com a obediência dos filhos e que não precisam usar afirmação de poder (Kochanska, Forman, Aksan & Dunbar, 2005). Assim, a coerção é possivelmente responsável pela manutenção e desenvolvimento de problemas de comportamento, já que, frequentemente, pais e filhos são reforçados negativamente quando se comportam de maneira coercitiva, incetivando os pais a realizarem comportamentos agressivos, e servindo de modelo para a criança (McMahon, 1996).

Uma das primeiras fases do treinamento de pais é a definição dos problemas apresentados pela criança. É importante discriminar os contingentes de reforço ou punição na emissão dos comportamentos, além de avaliar a frequência, a intensidade e a duração do problema atual (Friedberg & McClure, 2004). O conteúdo do treinamento envolve basicamente técnicas de condicionamento operante e aprendizagem social (Kazdin, 2005; Pheula & Isolan, 2007). Estimula-se os pais a utilizarem, primordialmente, reforçamento positivo para aumentar o comportamento pró-social, através de elogios e brincadeiras, o que é altamente eficaz, já que assim a criança sente-se valorizada, levando a maior obediência, que se generaliza a outras situações (Friedberg & McClure, 2004). Nessa etapa, são dadas instruções sobre as características dos pais e das crianças que modulam o comportamento mutuamente, e sobre como aumentar e melhorar a qualidade do tempo e atenção dispensados à criança com medidas específicas (Serra-Pinheiro, Guimarães & Serrano, 2005). A economia de fichas, uma intervenção comportamental baseada em contingências, também pode ser empregada. Consiste em um sistema de reforçamento que ocorre quando o indivíduo produz comportamentos desejados, no

qual se administram fichas como reforço imediato que são trocadas posteriormente por reforços mais valiosos, mas que são retiradas quando ocorrem comportamentos inadequados (Barkley, 1998; Patterson, 1996). Portanto, para a implementação dessa técnica, é fundamental escolher com a criança e os responsáveis recompensas variadas e que se enquadrem em categorias pequeno, médio e grande. Assim, para cada recompensa determinada, é necessário alcançar o número de pontos necessários (Rhode, Knapp, Lykowski & Carmim, 2004).

Ainda, procedimentos envolvendo o processo de extinção e punição leve devem ser empregadas (McMahon, 1996). O emprego de estratégias mais efetivas aos pais para dar ordens e instruções diminui o número e a frequência das ordens, o que aumenta as taxas de obediência das crianças (Friedberg & McClure, 2004). O *time-out* é uma técnica que remove a criança de uma situação reforçadora, de maneira temporária e planejada, com o fim de servir como um instrumento de aprendizagem (Bor, Sanders, & Markie-Dadds, 2002; Hupp, Reitman, Forde, Shriver & Kelley, 2008). Técnicas como ignorar comportamentos indesejáveis também são empregadas (Kazdin, 2005).

Outra grande vantagem do treinamento de pais é a possibilidade de generalização de seus efeitos na criança em outros contextos, não se mantendo apenas no *setting* terapêutico (McMahon, 1996). Estudos demonstram que os comportamentos problemáticos mantêm-se estáveis depois de 1 ano a 2 anos e meio após o término do programa de intervenção (Hautmann et al., 2009; Gardner, Burton, & Klimes, 2006; DeGarmo, Patterson & Forgatch, 2004). A generalização dos manejos de comportamento dos pais aos outros filhos ocorre igualmente, e atua como forma de prevenção da ocorrência de problemas futuros na própria criança e nos irmãos (Hautmann et al., 2010). Ainda, o treinamento de pais apresenta boa relação custo-benefício, principalmente quando empregado em crianças pequenas, à medida que previne o investimento em outros tratamentos futuros (Pearl, 2009), porém, não há estudos brasileiros que analisem esses custos.

A eficácia demonstrada nos estudos empregando o treinamento de pais em transtornos disruptivos em crianças pequenas indica que o envolvimento parental nos programas de tratamento não deve ser opcional (Pearl, 2009; Sanders, 1999). Entretanto, apesar da alta eficácia da abordagem, aproximadamente 35%

das famílias não melhoram significativamente (White, McNally & Cartwright-Hatton, 2003). Um estudo de metanálise identificou que os principais preditores de resultados do treino de pais para transtornos externalizantes foram baixa renda familiar, baixa escolaridade e/ou desemprego e depressão materna (Reyno & McGrath, 2006). Outros fatores que dificultam os resultados positivos desse modelo de tratamento e que levam a altas taxas de desistência incluem a baixa motivação dos pais, estresse parental materno, incapacidade de aplicar as técnicas, o processamento cognitivo dos pais e as cognições envolvidas no processo (Werba, Eyberg, Boggs & Algina, 2006; White, McNally & Cartwright-Hatton, 2003). Em contrapartida, um estudo de metanálise verificou que programas que incluíram aumento da interação positiva entre pais e filhos, habilidades de comunicação emocional, uso do *time out*, enfatizaram a importância da coerência dos pais e exigiram dos pais a prática de novas habilidades com seus filhos durante as sessões de treinamento de pais, obtiveram efeitos significativos nos resultados do tratamento (Kaminski, Valle, Filene, & Boyle, 2008).

Considerações Finais

Com a realização do presente estudo, foi possível observar que a complexidade da interação entre os pais e os seus filhos atinge a esfera familiar e individual, podendo contribuir ou prevenir a ocorrência de comportamentos disfuncionais, dificuldades de relacionamento e até mesmo o desenvolvimento ou agravamento de transtornos psiquiátricos em crianças. Nesse sentido, as práticas parentais têm papel fundamental no comportamento infantil, já que a intervenção nas práticas adotadas pelos pais pode trazer melhoras significativas para os comportamentos infantis.

Aponta-se o treinamento de pais como uma possibilidade bastante eficaz para problemas de relacionamento entre pais e filhos. Uma questão inicial é a definição dos problemas apresentados pela criança, sendo extremamente importante avaliar alguns pontos como os contingentes de reforço ou punição na emissão dos comportamentos, a frequência, a intensidade e a duração do problema atual (Friedberg & McClure, 2004). Cabe aqui ressaltar a importância do estabelecimento de expectativas realistas em relação aos resultados que os pais desejam aos seus filhos, sendo este fator crucial para a adesão ao processo.

O treinamento de pais mostra-se efetivo para diversos transtornos, assim como para uma ampla gama de dificuldades de relacionamento entre pais e filhos (Brestan & Eyberg, 1998; Costin & Chambers, 2007; Dretzke et al., 2009; Eyberg, Nelson & Boggs, 2008; Gardner, Shaw, Dishion, Burton & Supplee, 2007; Hautmann et al., 2009). De maneira geral, é incentivado o uso de reforçadores positivos na conduta dos pais, abandonando a coerção, através de elogios e brincadeiras que valorizem a criança (Friedberg & McClure, 2004; McMahon, 1996).

Dessa forma o treinamento de pais contribui para a adequação no comportamento das crianças e na relação pais e filhos, sendo aproveitado para a dinâmica familiar como um todo. Nessa perspectiva, é possível pensar-se na generalização do adequado manejo dos pais para com os filhos para outros contextos além do *setting* terapêutico, o que pode ter papel preventivo para futuros problemas em relação à própria criança, e até mesmo com seus irmãos (Hautmann et al., 2010; McMahon, 1996). Assim pode-se assegurar que o processo de treinamento de pais, no qual o psicólogo atua como um facilitador, se faz uma alternativa competente, já que pais poderão ser adequadamente orientados e incentivados a estabelecerem práticas eficazes na educação de seus filhos. De tal modo, proporciona-se que criança e seus pais tornem-se agentes de sua própria mudança. (Reinecke, Dattilio & Freeman, 2006).

Referências

- Anselmi, L., Fleitlich-Bilyk, B., Menezes, A. M. B., Araújo, C. L., & Luis, A. (2010). Prevalence of psychiatric disorders in a Brazilian birth cohort of 11-year-olds. *Soc Psychiat Epidemiol*, 45, 135-142.
- Barkley, R. A. (1998). *Attention deficit hiperactivity disorder: A handbook of diagnosis and treatment*. New York: Guilford.
- Beck, A. T. (1976). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. New York: New American Library.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2006). A qualidade da interação pais e filhos e sua relação com problemas de comportamento de pré escolares. In M. Bandeira, Z. A. P., Del Prette & A. Del Prette (Eds), *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 89-104). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bor, W., Sanders, M. R., & Markie-Dadds, C. (2002). The effects of the Triple P-Positive Parenting Program on preschool children with co-occurring disruptive behavior and attentional/hyperactive difficulties. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 30, 571-587.
- Brestan, E., V. & Eyberg, S. M. (1998). Effective psychosocial treatments of conduct-disordered children and adolescents: 28 years, 82 studies, and 5272 kids. *Journal of Clinical Child Psychology*, 27, 180-189.
- Cia, F., Pamplin, R. C. O., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: Correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia*, 16, 395-406.
- Chamberlain, P., Price, J., Reid, J., & Landsverk, J. (2008). Cascading implementation of a foster and kinship parent intervention. *Child Welfare*, 87, 27-48.
- Costello, E. J., Mustillo, S., Erkanly, A., Keeler, G., & Angold, A. (2003). Prevalence and development of psychiatric disorders in childhood and adolescence. *Archives of General Psychiatry*, 60, 837-844.
- Costello, E. J., Foley, D. L., & Angold, A. (2006). 10-year research update review: The epidemiology of child and adolescent psychiatric disorders: II developmental epidemiology. *J. Am. Acad. Child Adolesc. Psychiatry*, 45, 8-25.
- Costin, J., & Chambers, S. M. (2007). Disorder referred to a mental health clinic parent management training as a treatment for children with Oppositional Defiant Disorder referred to a mental health clinic. *Clin. Child Psychol. Psychiatry*, 12, 511-524.
- Cruvinel, M., & Boruchovitch, E. (2009). Sintomas de depressão infantil e ambiente familiar. *Psicologia em Pesquisa*, 3(1), 87-100.

- Cummings, E. M., Keller, P. S., & Davies, P. T. (2005). Towards a family process model of maternal and paternal depressive symptoms: Exploring multiple relations with child and family functioning. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46, 479-489.
- Cunningham, C. E., & Boyle M. H. (2002). Preschoolers at risk for attention-deficit hyperactivity disorder and oppositional defiant disorder: Family, parenting, and behavioral correlates. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 30, 555-569.
- DeGarmo, D. S., Patterson, G. R., & Forgatch, M. S. (2004). How do outcomes in a specified parent training intervention maintain or wane over time? *Prevention Science*, 5, 73-89.
- Denham, S. A., Workman, E., Cole, P. M., Weissbrod, C., Kendziora, K. T., & Zahn-Waxler, C. (2000). Prediction of externalizing behavior problems from early to middle childhood: The role of parental socialization and emotion expression. *Development and Psychopathology*, 12, 23-45.
- Dishion, T. J., Shaw D., Connell, A., Gardner, F., Weaver, C., & Wilson, M. (2008). The family check-up with high-risk indigent families: Outcomes of positive parenting and problem behavior from ages 2 through 4 years. *Child Development*, 79, 1395-1414.
- Dretzke, J., Davenport, C., Frew, E., Barlow, J., Stewart-Brown, S., Bayliss, S., et al. (2009). The clinical effectiveness of different parenting programmes for children with conduct problems: A systematic review of randomized controlled trials. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 3(7), 3-10.
- Eyberg, S. M., Nelson, M. M., & Boggs, S. R. (2008). Evidence-based psychosocial treatments for children and adolescents with disruptive behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 37, 215-237.
- Fleitlich-Bilyk, B., & Goodman, R. (2004) Prevalence of child and adolescent psychiatric disorders in southeast Brazil. *J. Am. Acad. Child Adolesc. Psychiatry*, 43, 727-734.
- Friedberg, R., & McClure, J. (2004). *A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Gardner, F., Burton, J., & Klimes, I. (2006). Randomised controlled trial of a parenting intervention in the voluntary sector for reducing child conduct problems: Outcomes and mechanisms of change. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 1123-1132.
- Gardner, F., Shaw, D. S., Dishion, T. J., Burton, J., & Supplee, L. (2007). Randomized prevention trial for early conduct problems: Effects on proactive parenting and links to toddler disruptive behavior. *Journal of Family Psychology*, 21, 398-406.
- Green, J. G., McLaughlin, J. A., Berglund, P. A., Gruber, M. J., Sampson, N. A., Zaslavsky, A. M., et al. (2010). Childhood adversities and adult psychopathology in the National Comorbidity Survey Replication (NCS-R) I: Associations with first onset of DSM-IV disorders. *Arch. Gen. Psychiatry*, 67, 113-121.
- Hammen, C., & Brennan, P. A. (2003). Severity, chronicity, and timing of maternal depression and risk for adolescent offspring diagnoses in a community sample. *Arch. Gen. Psychiatry*, 60, 253-258.
- Hautmann, C., Hoijtink, H., Eichelberger, I., Hanisch, C., Pluck, J., Walter D., et al. (2009). One-year follow-up of a parent management training for children with externalizing behaviour problems in the real world. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 37, 379-396.
- Hautmann, C., Eichelberger, I., Hanisch, C., Plück, J., Walter, D., & Döpfner, M. (2010). The severely impaired do profit most: Short-term and long-term predictors of therapeutic change for a parent management training under routine care conditions for children with externalizing problem behavior. *Eur. Child Adolesc. Psychiatry*, 19, 419-430.
- Hupp, S. D. A., Reitman, D., Forde, D. A., Shriver, M. D., & Kelley, M. L. (2008). Advancing the assessment of parent-child interactions:

- Development of the parent instruction-giving game with youngsters. *Behavior Therapy*, 39, 91-106.
- Ialongo, N. S., Rogosh, F. A., Cicchetti, D., Toth, S. L., Buckley, J., Petras, H., et al. (2006). A developmental psychopathology approach to the prevention of mental health disorders. In D. Cicchetti & D. J. Cohen. (Eds), *Developmental Psychopathology* (Vol 1, 2nd ed., pp. 968-1010). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Inslicht, S. S., McCaslin, S. E., Metzler, T. J., Henn-Haase, C., Hart, S. L., & Maguen, S. (2010). Family psychiatric history, peritraumatic reactivity, and posttraumatic stress symptoms: A prospective study of police. *Journal of Psychiatric Research*, 44, 22-31.
- Jones, K., Daley, D., Hutchings, J., Bywater, T., & Eames, C. (2007). Efficacy of the Incredible Years Basic parent training programme as an early intervention for children with conduct problems and ADHD. *Child: Care, health and development*, 33, 749-756.
- Kaminski, J. W., Valle, L. A., Filene, J. H., & Boyle, C. L. (2008). A meta-analytic review of components associated with parent training program effectiveness. *J. Abnorm. Child Psychol.*, 36, 567-589.
- Kazdin, A. E. (2005). *Parent management training: Treatment for oppositional, aggressive, and antisocial behavior in children and adolescents*. New York: Oxford University Press.
- Kendall, P. C. (2006). Guiding theory for therapy with children and adolescents. In P. C. Kendall (Ed), *Child and adolescent therapy: Cognitive-Behavioral procedures* (pp. 3-30). New York: The Guilford Press.
- Kochanska, G., Forman, D. R., Aksan, N., & Dunbar, S. B. (2005). Pathways to conscience: Early mother-child mutually responsive orientation and children's moral emotion, conduct, and cognition. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46, 19-34.
- Koenen, K. C., Moffitt, T. E., Poulton, R., Martin, J., & Caspi, A. (2007). Early childhood factors associated with the development of post-traumatic stress disorder: Results from a longitudinal birth cohort. *Psychological Medicine*, 37, 181-92.
- Labbadia, E. M., & Castro, L. L. (2008). Intervenções para pais de crianças e adolescentes em terapia cognitivo-comportamental. In A. V. Cordioli (Org), *Psicoterapias: Abordagens atuais* (pp. 745-759). Porto Alegre: Artmed.
- Lochman, J. E., Powell, N. R., Whidby, J. M., & Fitzgerald, D. P. (2006). Aggressive children cognitive-behavioral assessment and treatment. In P. C. Kendall (Ed), *Child and adolescent therapy: Cognitive-Behavioral procedures* (pp. 33-81). New York: The Guilford Press.
- McDowell, D. J., Parke, R. D., & Spitzer, S. (2002). Parent and child cognitive representations of social situations and children's social competence. *Social Development*, 11, 469-486.
- McMahon, R. J. (1996). Treinamento de Pais. In V. E. Caballo (Ed.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 399-422). Espanha: Editora Santos.
- Morawska, A., & Sanders, M. R. (2007). Concurrent predictors of dysfunctional parenting and maternal confidence: Implications for parenting interventions. *Child: care, health and development*, 33, 757-767.
- Patterson, R. (1996). A economia de fichas. In V. E. Caballo (Ed.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 297-312). São Paulo: Santos.
- Pearl, E. S. (2009). Parent management training for reducing oppositional and aggressive behavior in preschoolers. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 295-305.
- Pheula, G., & Isolan, L. (2007). Psicoterapia baseada em evidências em crianças e adolescentes. *Rev. Psiq. Clín.*, 34, 74-83.
- Price, J. M., Chamberlain, P., Landsverk, J., Reid, J., Leve, L., & Laurent, H. (2008). Effects of a foster

- parent training intervention on placement changes of children in foster care. *Child Maltreat*, 13, 64-75.
- Reinecke, M. A., Dattilio, F. M., & Freeman, A. (2006). What makes for an effective treatment? In M. A. Reinecke, F. M. Dattilio, & A. Freeman (Eds), *Cognitive therapy with children and adolescents: A casebook for clinical practice* (2nd ed., pp. 1-18). New York: The Guildford Press.
- Reyno, S. M., & McGrath, P. J. (2006). Predictors of parent training efficacy for child externalizing behavior problems – a meta-analytic review. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 99-111.
- Roberts, R. E., Attkisson, C. C., & Rosenblatt, A. (1998). Prevalence of psychopathology among children and adolescents. *Am. J. Psychiatry*, 155, 715-725.
- Rhode, L. A., Knapp, P., Lykowski, L., & Carmim, D. (2004). Crianças e adolescentes com déficit de atenção/hiperatividade. In P. Knapp (Org), *Terapia cognitivo-comportamental na prática clínica* (pp. 358-373). Porto Alegre: Artmed.
- Salvo, C. G., Silveiras, E. F. M., & Toni, P. M. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22, 187-195.
- Sanders, M. R. (1999). Triple P-Positive Parenting Program: Towards an empirically validated multilevel parenting and family support strategy for the prevention of behavior and emotional problems in children. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2, 71-90.
- Serra-Pinheiro, M., Guimarães, M., & Serrano, M. (2005). A eficácia de treinamento de pais em grupo para pacientes com transtorno desafiador de oposição: Um estudo piloto. *Rev. Psiq. Clín.*, 32, 68-72.
- Velasquez, R., Souza, S. D., Adjuto, I., Muñoz, L. M., & Silveira, J. C. C. (2010). O treinamento de pais e cuidadores: Ensinando a educar e promovendo a saúde mental. *Rev. Med. Minas Gerais*, 20, 182-188.
- Webster-Stratton, C. (1994). Advancing videotape parent training: A comparison study. *J. Consult. Clin. Psychol.*, 62, 583-593.
- Werba, B. E., Eyberg, S. M., Boggs, S. R., & Algina, J. (2006). Predicting outcome in parent-child interaction therapy: Success and attrition. *Behav. Modif*, 30, 618-646.
- White, C., McNally, D., & Cartwright-Hatton, S. (2003). Cognitively enhanced parent training. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 31, 99-102.

Endereço para correspondência:

Beatriz de Oliveira Meneguêlo Lobo
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia
 Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 Av. Ipiranga, 6681, Prédio 11, Sala 933.
 CEP 90619-900 - Porto Alegre/RS
 E-mail: beatrizlobo.m@gmail.com

Recebido em Fevereiro de 2011

Revisto em Setembro de 2011

Aceito em Outubro de 2011

Psicologia Social em Minas: Contexto Sociopolítico de Produção na *Psicologia & Sociedade**

Social Psychology in Minas: Social-political context of production in *Psicologia & Sociedade*

Claudia Mayorga¹

Adriano Roberto Afonso do Nascimento¹

Geíse Pinheiro Pinto¹

Tatiana Pedrozo de Souza Pinto¹

Resumo

Apresentamos um mapeamento da produção da psicologia social em Minas Gerais tomando como referência o periódico *Psicologia & Sociedade*. Buscamos explorar as articulações teóricas e práticas dessa produção com seu contexto sócio-político mais imediato. Realizamos um estudo documental e o corpus construído foi composto pelos 10 primeiros números desse Periódico (entre 1986 e 1992). Como resultado, identificamos que 83,74% da produção de Minas Gerais nesse período apresentava como vínculo institucional a UFMG. Em relação à temática, houve a predominância de *psicologia comunitária e análise institucional* (19,7%) e *gênero e sexualidade* (13,1%). A forma como foram abordadas revela uma preocupação com as dimensões ética e política da psicologia social, interesse pelas minorias sociais, pela transformação de relações de opressão e com novos lugares do psicólogo.

Palavras-chave: Psicologia social; produção científica; Minas Gerais.

Abstract

We present a production mapping of social psychology in the state of Minas Gerais with reference to the journal *Psicologia & Sociedade*. We sought to explore the theoretical and practical articulations of this production and its more immediate socio-political context. A documentary study based upon the Journal's first ten issues (from 1986 to 1992) was performed. The results showed that 83.74% of the state's production had an institutional link with the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Regarding the thematic areas, there was a predominance of community psychology and institutional analysis (19.7%), and gender and sexuality (13.1%). These studies were mostly concerned with the ethical and political dimensions of social psychology, the interest in social minorities, the transformation of oppression relationships, and the new roles for psychologists.

Keywords: Social psychology; scientific production; Minas Gerais.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

É tendência relativamente recente o investimento mais sistemático na produção de informações sobre a constituição do campo de estudos psicossociais no Brasil (Jacó-Vilela, 2007; Sass, 2007; Bomfim, 2003; Spink e Spink, 2006). Reconhece-se nessa produção a admissão da necessidade de trabalhos que busquem investigar os contextos de emergência e de consolidação desse campo em seus aspectos sociopolíticos mais imediatos. Mais do que um conjunto não problematizado de informações sobre o passado de um campo científico específico, esses estudos têm constituído um espaço oportuno para avaliar criticamente as diretrizes da produção psicológica em uma abordagem mais complexa das relações entre passado, presente e seus possíveis desdobramentos futuros (Farr, 1998).

No caso específico da Psicologia Social no Brasil, alvo do presente relato e uma das áreas que mais têm investido nessa discussão, a produção tem se fundamentado predominantemente na utilização exclusiva de uma de duas fontes,

realmente nem sempre conciliáveis, quais sejam, os documentos, menos frequentemente, e os relatos memorialísticos. Reconhece-se que concorrem para tal fato dois elementos: a) a dificuldade de acesso à documentação pertinente (pela dispersão de fontes, pela destruição de documentos por armazenagem inadequada ou por entraves administrativos para a consulta); b) a constituição e a consolidação recentes do campo no Brasil, o que permite a consulta a vários atores diretamente envolvidos nas últimas décadas nesse processo de consolidação. Aliam-se a esses dois elementos, em geral, a pouca familiaridade dos psicólogos com a pesquisa documental e a maior proximidade que possuem com a produção de relatos biográficos orais (Souza & Menandro, 2007). Tal situação tem produzido um conjunto ainda quantitativamente tímido de investigações baseadas em fontes documentais, sobretudo se considerarmos a necessidade da produção de relatos que tenham como objetivo fornecer elementos mais localizados para a composição de um panorama mais abrangente sobre a emergência e consolidação

Tabela 1 - Instituições em Minas Gerais dos autores que publicaram na Revista *Psicologia & Sociedade* (1986-1992).

Instituição	Numero de trabalhos	%
UFMG	103	83,74
PUC-MG	10	8,13
FUN-REI (UFSJ)	4	3,25
Prefeituras Municipais	3	2,44
Outras faculdades	3	2,44
Total	123	100,00

do campo da Psicologia Social no país que certamente também deve ser composto por relatos memorialísticos, a fim de que não produzamos uma “história total” dessa área.

Nesse contexto, ganham importância as fontes documentais de mais ampla circulação, como livros, revistas e boletins institucionais, ainda facilmente encontráveis. Publicação que começa a circular no ano de 1986, a *Psicologia & Sociedade*, particularmente em seu primeiro período de publicação (1986 a 1992), pode se mostrar uma fonte relevante para a investigação da produção em Psicologia Social no Estado de Minas Gerais durante esse período. Caracterizando-se por compor um movimento mais amplo de emergência e consolidação no Brasil da chamada Psicologia Social Abrapsiana (Molon, 2001), que institucionalmente toma forma no ano de 1980, com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social¹, ela dá acesso à produção de um grupo de psicólogos atuantes em Minas Gerais naquele período, seja pelo fato desses psicólogos assumirem cargos relevantes nessa nova Associação, seja por assumirem a editoria do periódico nessa primeira fase de publicação (Bomfim, 2004).

No presente relato, apresentaremos um primeiro mapeamento da produção da Psicologia Social em Minas Gerais no período entre 1986 e 1992, tendo como referência o periódico *Psicologia & Sociedade*. Nosso objetivo é o de também procurar

explorar alguns aspectos dessa produção em suas articulações teóricas e práticas com o seu contexto sociopolítico mais imediato.

Método

O *corpus* construído para esse relato foi composto pelos 10 primeiros números do Periódico *Psicologia & Sociedade*, publicados entre 1986 e 1992. Nesse período o Periódico em questão concentrou-se na publicação de trabalhos apresentados nos encontros da ABRAPSO – encontros regionais de Minas Gerais e nacionais. Após a leitura de todo o corpus, utilizamos, para uma primeira organização desse material, a ficha de coleta desenvolvida por Cruz (2008), contendo os seguintes itens: título dos artigos, número da revista, ano de publicação, tipo de produção (relato teórico, de pesquisa ou de experiência), autores, vínculo institucional dos autores e tema.

Realizamos, com o objetivo de caracterizar, em termos de vinculação institucional, a produção do período analisado, uma primeira contagem mais geral das instituições às quais estavam vinculados os autores, para, em seguida, nos determos mais especificamente nas instituições localizadas em Minas Gerais. Uma contagem também geral foi realizada com os dados do tipo de produção dos psicólogos vinculados a instituições do Estado de Minas Gerais. Por fim, considerando os temas sobre os quais versavam esses artigos, os submetemos à Análise de Conteúdo (Franco, 2003; Bardin, 2003). São esses dados os que apresentaremos a seguir.

Resultados

Identificamos, em um total de 280 artigos publicados nos 10 primeiros volumes do periódico, 123 artigos com um ou mais autores vinculados a

¹ Em um contexto marcado pelo abrandamento progressivo dos mecanismos de repressão característicos do regime de exceção no Brasil, em vigência entre 1964 e 1985, “a ABRAPSO nasceu da insatisfação com a psicologia européia e americana. Os problemas de nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria, não encontravam soluções na psicologia social importada como um saber universal dos países do Primeiro Mundo. Era imperioso rever, criticamente, o conhecimento científico enquanto práxis, ou seja, a unidade entre saber e fazer” (Lane e Bock, 2003, p. 149).

Tabela 2 - *Temas dos artigos publicados na Revista Psicologia & Sociedade, produzidos em Minas Gerais (1986-1992)*

Categoria	Numero	%
Psicologia Comunitária e Análise Institucional	22	17,88
Gênero e Sexualidade	17	13,82
Saúde Pública e Mental	11	8,94
Grupos	11	8,94
Psicologia, Arte e literatura	10	8,13
História	10	8,13
Psicologia e Educação	4	3,25
Psicologia Social e Psicanálise	4	3,25
Lazer	4	3,25
Formação	3	2,44
Psicologia e Comunicação	3	2,44
Reflexões Sobre a Ciência	3	2,44
Movimentos Sociais	3	2,44
Identidade	2	1,63
Imaginário Social	2	1,63
Linguagem	2	1,63
Outros	12	9,76
Total	123	100,00

instituições de Minas Gerais (Tabela 01) Nessa mesma tabela podemos identificar uma participação significativa da UFMG, participação esta já apontada em outros trabalhos que se referem ao Setor de Psicologia Social da UFMG no momento denominado de crise da psicologia social brasileira (Bomfim 1989a, 1989-90, 2003; Campos, 1992; Deslandes, 1989-90; Zanella, 1994).

Na sequência, esses 123 artigos foram agrupados de acordo com seus temas principais (Tabela 02). Tal procedimento de agrupamento baseou-se nos trabalhos de Cruz (2008) e Bomfim (1989/1990). Também foi levado em consideração o agrupamento temático proposto em vários números da própria revista.

Chama a atenção, como resultado da categorização feita, o grande número de artigos nas categorias *Psicologia Comunitária e Análise Institucional* (17,88%) e *Gênero e sexualidade* (13,82%), que por apresentarem maior frequência, serão foco de nossas análises neste trabalho. A seguir buscaremos analisar alguns aspectos do **contexto sociopolítico** das produções em Psicologia social em Minas Gerais, que, no período de 1986 a 1992, levaram ao destaque especificamente essas duas temáticas.

Discussão

Psicologia Comunitária e Análise Institucional

A junção dos temas Psicologia Comunitária e Análise Institucional em uma única categoria analítica deveu-se ao fato de percebermos nos artigos analisados ser a segunda a base teórica para a primeira. Identificamos que, nos primórdios da Psicologia Comunitária em Minas Gerais, esse campo de conhecimento estava fortemente relacionado aos lugares de atuação e intervenção do psicólogo e destacamos que a Psicologia Comunitária se desenvolveu a partir de duas influências principais: a perspectiva latino-americana e o movimento institucionalista que, a partir dos pressupostos da psicanálise, propunha um paradigma para as práticas comunitárias (Prado, 1994).

No contexto de Minas Gerais, o setor de Psicologia Social da UFMG, ao qual se vinculam um numero significativo dos trabalhos aqui analisados, manteve, entre as décadas de 1960 e 1970, uma relação bastante estreita com pensadores de referência da Análise Institucional. Entre esses, segundo Machado (2004), a maior influência foi a de George

Lapassade (em 1972), um dos criadores, junto com René Lourau, da Análise Institucional. “Essa teoria e sua prática inspiraram inúmeros trabalhos entre nós e os principais conteúdos lecionados até meados dos anos 80, na disciplina intervenção psicossociológica” (Machado, 2004, p. 51). Essa mesma autora também explica o investimento nessa teoria que permitia a análise das próprias *mazelas da instituição* através de uma abordagem que se baseava na dialética hegeliana e tentava articular Freud e Marx (Machado, 2004).

Destacamos a seguir, da leitura e análise dos artigos agrupados em Psicologia Comunitária e Análise Institucional mais três aspectos relacionados ao contexto sociopolítico daquela época como apontados a seguir.

Reflexão acerca do papel do psicólogo nos processos de intervenção institucional e comunitária e consequente revisão teórica:

Não são poucas as referências ao período dos anos 1960 e 1970 no Brasil quando se pretende discutir a história da Psicologia Social. Tal período, marcado por questionamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos nessa área do conhecimento, com seus desdobramentos de cunho ético e político, foi denominado como um momento de *crise da psicologia social*. A partir da crítica à pouca operacionalidade e relevância social das teorias europeias e norte-americanas para explicar a realidade latino-americana e a presença de regimes ditatoriais naquele momento, questionava-se a utilização acrítica das lógicas coloniais e autoritárias que, nos moldes do que ocorreu na história de formação desses países, também marcava e determinava as posturas em relação a nossa produção de conhecimento. As críticas formuladas nesse momento, como conhecido, sofreram uma forte influência das perspectivas marxistas. Essa influência se faz notar em vários pontos, como na utilização de autores compatíveis com a teoria de classes, como é o caso de Gramsci e Freire. Nesse sentido, é significativo o fato de, nos artigos analisados, se fazerem quase sempre escolhas de públicos-alvo identificados como minorias: os moradores de favelas e as crianças em situação de rua, entre outros. Por exemplo, no trabalho “O psicólogo na comunidade” (Bomfim, 1989b) a referência à teoria marxista é clara e a autora nos diz que o psicólogo comunitário

tem que estar preparado para lidar com a falta de condições materiais, pois elas podem influenciar na *psique* dos sujeitos.

Embora o trabalho com as comunidades *carentes* estivesse marcado pelas perspectivas marxistas (muitas vezes romantizadas) dos militantes de esquerda (Prado, 2002a) que pressupunham sólidos laços de solidariedade entre moradores de vilas e favelas, o que facilitaria a revolta do proletariado contra a burguesia diante de condições materiais desumanizantes e insuportáveis para a tomada do poder, as produções em Psicologia social apontavam outros aspectos. Havia trabalhos na revista analisada que se propunham a compreender a repetição das relações de subordinação dentro das comunidades. A dificuldade parecia ser da própria teoria, da existência de uma “lacuna entre as explicações relativas à estrutura e as relativas à agência” (Prado, 2002b, p. 62).

As dificuldades na utilização da teoria marxista para entender o funcionamento dessas comunidades são apontadas, por exemplo, por Machado (1988a) que, em seu artigo “Mudanças em comunidades, pesquisa e intervenção”, narra a preponderância, na favela Acaba Mundo, de uma certa cultura da pobreza, que aparece nos discursos quando a população é pesquisada através de questionários. Tal cultura, segundo a autora, parecia ser estável e permanente e caracterizaria uma certa apatia. Entretanto, essa primeira escuta foi problematizada, já que “os moradores se organizaram com rapidez e eficiência não apenas para reivindicações de direitos junto aos órgãos públicos, mas também em campanha eleitoral para mudança da presidência da associação de moradores com a participação de praticamente todos os moradores” (Machado, 1988-89, p.45).

Existe, portanto, uma prevalência para explicar a mobilização popular através da exigência de conquista de condições materiais mais dignas. A conclusão que resta à autora é que existe um ganho secundário em adotar certa cultura de pobreza (Machado, 1988-89). Assim sendo, se tais comunidades assumiam periodicamente tal posição, seria em resposta a atitudes paternalistas de certas instituições de ajuda à comunidade. Assim, identificamos nas análises algumas críticas à teoria marxista que, depois desse período, vão ganhar ainda mais espaço, focando, como dito anteriormente, a relação entre estrutura e agência.

Também na análise institucional a teoria marxista fazia notar sua presença, já que a corrente dialético-materialista teve considerável influência,

assim como a psicanálise, sobre os teóricos franceses que trabalhavam nessa perspectiva. A Análise Institucional se caracterizava, nos artigos analisados, pela ênfase na descrição de elementos sócio-históricos constitutivos da realidade dos moradores dos conglomerados estudados. Essa ênfase está presente em 09 dos 17 trabalhos de intervenção em grupos ditos *carentes* (Almeida, 1988; Baeta, 1988-1989; Bomfim, 1990-91a; Machado & Queiróz, 1988; Machado; Lima; Bomfim, 1987; Machado, 1988a, 1988-89; Moreira et al, 1989-90; Queiróz, 1989-1990). Um exemplo dessa perspectiva é o artigo “Estudo do Favelário Belorizontino” (Queiroz 1989-1990). Nele, a favela é pensada como instituição e analisada nos três níveis propostos pela análise institucional (universalidade, particularidade e singularidade), o que permitiria uma análise sócio-histórica. Analisam-se também as relações de dentro e de fora desta instituição, já que as relações de exploração, segundo o texto, se repetem nas relações entre os moradores.

Outro elemento que caracteriza o momento sociopolítico do período e a sua produção é a preocupação com o lugar do cientista/psicólogo nos processos da Psicologia comunitária e da análise institucional e na produção do conhecimento deles resultante. Alguns dos trabalhos por nós analisados propunham essa discussão, que ganhava abrangência no contexto da América Latina (Martin-Baró, 1997). Defendia-se que essa produção de conhecimento devia considerar que o cientista/psicólogo não é isento do seu lugar social, abalando, dessa forma, a perspectiva dicotômica sobre a relação entre sujeito e objeto e a perspectiva da neutralidade (Montero, 2000).

Preocupação com os processos da Psicologia comunitária e da análise institucional:

A Psicologia comunitária, como descrita por Montero (2004), possui alguns processos básicos subjacentes que pudemos, sem dificuldade, encontrar como elementos de estudo nos trabalhos analisados. Mesmo com denominações distintas, todos os artigos baseavam-se na ideia de um processo de habituação e normalização vivenciado por populações excluídas, favelados ou minorias sociais (Baeta, 1988-1989; Machado & Queiróz, 1988; Machado, 1988, 1988-1989; Moreira et al, 1989-1990; Queiróz, 1989-1990). Isso era identificado pelos autores no fato das realidades difíceis, narradas pelos grupos pesquisados, serem

integradas no campo perceptivo dos moradores, o que as tornava familiares, gerando o efeito de propiciar baixa expectativa quanto à sua mudança (Bomfim, 1988).

Também foi significativo o número de trabalhos inspirados na teoria freiriana. De forma geral, propunha-se intervir junto às lideranças comunitárias de modo a criar grupos onde outros processos típicos da Psicologia comunitária pudessem ter lugar. Em muitos dos relatos de experiência, identifica-se nos grupos a tentativa de problematização catalisada pelos psicólogos. É o que se vê, por exemplo, em Bomfim e Machado (1988).

Um objetivo frequente era o de possibilitar que fossem vistas certas contradições, relações de causa e efeito e a conjunção de interesses presentes em certas situações, ou seja, seu caráter explicitamente sociopolítico. Também seguindo o pensamento de Freire, eram feitas, com frequência, hierarquias de necessidades nas comunidades a fim de criar mobilizações para alcançar a resolução das mesmas (Baeta 1988-1989; Machado 1988-1989; Moreira et al, 1989-1990; Queiroz, 1989-1990).

Foi possível identificar uma prática em consonância com a psicologia comunitária daquele momento, prática esta compatível com variadas teorias psicossociológicas de entendimento das relações sociais: os processos de conscientização e problematização propostos pelos psicólogos são feitos não sem a adoção desta ou daquela linha de investigação do mundo, o que fará com que o profissional enxergue a realidade de uma forma diferente se comparada aos moradores das comunidades por ele atendidas. (Bomfim, 1989b; Queiróz, 1989-1990).

O contexto institucional do Departamento de Psicologia da UFMG:

Outros elementos nos levam a compreender a presença forte de publicações sobre Psicologia comunitária e análise institucional no material analisado, considerando-se que grande parte dos artigos analisados indicavam a UFMG como vínculo institucional, como apontado anteriormente na Tabela 01. Um dos primeiros artigos publicados com esse tema (Machado, 1987) nos informa que, a partir de 1985, a UFMG recebeu uma demanda do Ministério de Urbanização e Meio Ambiente para desenvolver um projeto de urbanização de favelas e se propôs a intervir na Favela Acaba Mundo, no

Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG. As propostas de intervenção produzidas pela Universidade eram variadas, baseando-se na concepção de que esta poderia colaborar emprestando o seu saber ou na concepção de que, em conjunto com a Universidade, a própria comunidade poderia construir um saber que serviria aos seus propósitos (Moreira et al, 1989-1990; Queiróz, 1989-1990, Machado, 1988a, 1988-1989; Franco, 1988). Assim sendo, as intervenções do Setor de Psicologia Social responderam, em parte, a uma demanda externa e foram realizadas como atividades da disciplina do Curso de Graduação “Psicologia Comunitária e Ecologia Humana”.

Resultantes desse processo são publicados, em 1988, outros 06 trabalhos exclusivamente sobre a favela do Acaba Mundo, ou conjuntamente com a análise de outras favelas (Arantes, 1988; Almeida, 1988; Machado, Bomfim & Lima, 1987; Bomfim, 1988; Machado & Queiroz, 1988; Queiroz, 1989-1990). Até as edições dos anos de 1990 e 1991 a existência de trabalhos que tratavam de favelas foi recorrente, tendo sido substituídos, a partir daí, pela temática dos “meninos de rua”, utilizando-se da metodologia que caracterizou a Psicologia comunitária naquele momento (Bomfim, Watanabe & Nascimento, 1989-1990; Bomfim, 1990-1991; Bomfim et al, 1990-1991; Issa, 1990-91, 1992).

Nos artigos também encontramos explicações dos próprios autores acerca das posturas políticas e teóricas que diferenciavam grupos no Setor de Psicologia Social da UFMG, fazendo referência, portanto, aos contextos institucionais de suas produções. Nesse sentido, parece ter realmente deixado marcas a vinda de G. Lapassade em 1972 a Minas Gerais. É conhecida sua avaliação de que o Setor de Psicologia Social da UFMG estaria dividido em duas linhas: uma “branca” e uma “negra” (Cunha, Dorna & Rodrigues, 2006, p. 07). Nas palavras de Machado (1986),

Branca a elite que ia estudar em Paris, detinha conta bancária, as chefias e decidia as diferentes questões. Negra a ralé instituinte que passava a se autogestionar, visava os terreiros de macumba e levava a autogestão à Universidade Católica, FUMEC, DA-FAFICH, DCE, centros, hospitais e cursos. Pretos também os homossexuais que se liberavam (p. 39).

Parece-nos que tal percepção acirrou divergências já existentes entre os psicólogos sociais do Departamento de Psicologia da UFMG, o que pôde ser identificado nos artigos analisados.

Gênero e Sexualidade

Passamos à análise dos trabalhos denominados aqui como pertencentes à temática *gênero e sexualidade*.

O feminismo, enquanto teoria e movimento social, problematizou as relações de gênero, principalmente a partir do questionamento dos rígidos e quase *naturais* limites entre público e privado nas sociedades modernas apontando para a necessidade de mudanças nas relações de gênero e no acesso das mulheres ao campo da educação, do trabalho, da vivência da sexualidade, da política. Tal problematização chegou a ser chamada de hermenêutica da suspeita, já que a partir de teorias sociais propôs olhares analíticos sobre a sociedade a partir do lugar das mulheres (Amorós, 1991).

Naquela época, o alcance do feminismo no Brasil, considerando sua dinâmica própria estreitamente relacionada ao contexto político do país e ao fato de ter se fortalecido inicialmente em grande medida entre mulheres da academia, se sustentou fundamentalmente em processos de “reflexão coletiva sobre a experiência de ser mulher sob o sistema patriarcal” (Camurça, 2007, p. 13) e sob o regime militar brasileiro. As mulheres atuaram fortemente na luta pela redemocratização do Brasil e, quando começou a abertura política no país, os movimentos sociais retomaram suas lutas específicas com mais ênfase.

A UFMG não ficou alheia a esse movimento e grupos de mulheres investiram na discussão acerca dos seus lugares e papéis dentro da sociedade. Tal postura vai refletir na preocupação com temas relacionados à condição/situação vivida pela mulher. Um ponto que indica este cenário é a criação, na universidade, do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) em 1984, que em sua origem levou os questionamentos realizados pelo movimento feminista para dentro da academia e elaborou tantos outros. As primeiras investigações deste núcleo referiam-se a temas como violência contra a mulher, delegacias da mulher, violência conjugal e doméstica e a relação entre agredidas e agressores.

Fator importante a ressaltar em relação à pressão exercida pelo movimento feminista e que pode nos ajudar a entender o grande número de trabalhos sobre o tema é o surgimento de delegacias para mulheres em 1985. A criação destas Delegacias foi uma resposta do poder público frente às lutas do movimento feminista em suas pautas de fim da violência contra a mulher e da violência doméstica. Antes destas delegacias também existia em Belo Horizonte, numa parceria com a faculdade de direito da UFMG, o Centro de Defesa da Mulher, que surgiu em 1980.

A produção acadêmica do Setor de Psicologia Social da UFMG também fez parte desse cenário, o que não se deu sem conflitos e resistências. Destacamos abaixo como alguns dos trabalhos por nós analisados giravam em torno de temáticas sobre o contexto da Delegacia de Mulheres, a violência sofrida pelas mulheres e também sobre a introdução dessa temática no próprio Setor de Psicologia Social.

Produzidos, em sua maioria, por autoras feministas, os artigos sobre a temática das mulheres e seus direitos apresentavam um olhar acerca das relações de gênero que privilegiava o uso dessa categoria como importante para a análise das relações de poder entre homens e mulheres.

Sobre a introdução da temática relativa à mulher no Setor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da UFMG deve-se observar que em 1978 foi criada uma disciplina chamada *Psicossociologia da Mulher*, o que não aconteceu sem um debate intenso sobre as justificativas para a sua implementação (Machado, 1988b).

As importantes tensões entre universalidade e particularidade e igualdade e diferença se constituem como objetos de várias reflexões na teoria feminista (Scott, 2000; Anzaldúa, 1987; Hooks, 1989; Witting, 1992) e também estavam presentes nas produções analisadas. Tais reflexões se caracterizam pela problematização do fato de a ciência se referir ao homem como sinônimo de humano explicitando o caráter sexista e, portanto, excludente e não universal de tal concepção (Machado, 1988b, por exemplo).

Outro tema bastante recorrente nessa produção é o da violência, frequentemente associado à discussão sobre estratégias institucionais de combate à mesma, como no debate sobre as delegacias de mulheres. Karin Ellen Von Smigay, declarada feminista militante, será responsável pela autoria de 6 dos 16 artigos categorizados na temática de gênero e sexualidade. Tais

produções refletem debates bastante característicos dos primórdios do feminismo na academia brasileira e demonstram uma forte articulação com as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil. Um desses debates girava em torno do alcance transformador das delegacias de mulheres no enfrentamento à violência de gênero (Smigay, 1988).

Mesmo com o reconhecimento da importância das delegacias de mulheres como conquista das mulheres, alguns artigos vão mostrar também que esses locais não estão alheios às lógicas da sociedade patriarcal e vão se dedicar ao estudo dos tipos de crime “recebidos” nessas delegacias: sedução, estupro, lesão corporal e ameaça (Smigay, 1987, 1989; Smigay, Souza & Rubinger, 1988/1989; Moreira, 1989; Hollanda et al, 1988).

O tema “sujeito da ação feminista” também será abordado nas produções analisadas; tema este fundamental na teoria feminista da segunda onda que repercutirá nas produções sobre ação política. Smigay (1987) perguntará se é necessário que o grupo minoritário sustente a identidade pela qual é discriminado de modo a criar um espaço para si, criar uma visibilidade como movimento de modo a modificar a concepção que a sociedade tem deste grupo e reivindicar sua inclusão. A autora reflete sobre a eficácia da criação de espaços prioritários para as mulheres já que o que se quer é prescindir desse espaço prioritário; isso porque toda a sociedade deveria defender os direitos da mulher.

Outro debate recorrente nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil se refere aos limites da análise social a partir das relações de classe e da divisão de trabalho entre os sexos, já que estas não explicariam totalmente a desigualdade entre homens e mulheres. Qual a principal opressão a ser enfrentada nas lutas sociais: a de gênero ou a de classe? Essa pergunta norteará grande parte da produção feminista dessa época e os artigos analisados fazem parte desse contexto. O debate instaurado naquele momento era entre feminismo e marxismo

Compreendemos que a divisão sexual do trabalho não se fazia apenas através do capital, mas da dominação patriarcal, entendida como o poder simbólico do pai. Nesse momento definimos a cultura como política e mostramos como o patriarcado, enquanto cultura e relações

sociais prendem a sexualidade da mulher e controlam sua capacidade reprodutiva (Smigay, 1989, p. 12).

Percebemos que as estudiosas que se debruçaram sobre a questão de gênero, em especial a questão feminista em Minas Gerais, levantaram problemas essenciais do ponto de vista das discussões acerca da democratização da sociedade brasileira, questão de grande proeminência naquela ocasião. As tensões entre academia e militância e entre ciência e política norteavam grande parte das produções sobre as temáticas de gênero e dos debates que a própria produção dos artigos promovia.

Considerações Finais

Buscamos, através deste trabalho, contribuir com a produção de informações sobre a constituição do campo de estudos psicossociais no Brasil. A análise da produção de Minas Gerais difundida na Revista *Psicologia & Sociedade* no período de 1986 a 1992 permitiu comprovar a preocupação já identificada em outros trabalhos em promover uma Psicologia social interessada nos problemas da sociedade brasileira, com especial atenção às minorias sociais e que pudesse interferir nessa mesma sociedade. Ao mesmo tempo em que a Psicologia social em Minas Gerais sofreu influências de discussões que estavam acontecendo em outros contextos, pode também contribuir e interferir para a constituição de uma perspectiva em Psicologia social que marcou e se caracterizou como o movimento de uma época. É inegável a importância desse movimento que conseguiu pautar, em suas preocupações acadêmicas e políticas, as minorias sociais e as dinâmicas da exclusão características da sociedade brasileira. Hoje, com outros contornos e características, tais questões continuam sendo atuais e relevantes.

Vimos a influência do referencial marxista para análise nos trabalhos de campo, que conformavam a maior parte dos textos publicados e que explicitavam a tensão entre estrutura e agência, preocupação recorrente da Psicologia social. Ao mesmo tempo, foram identificadas produções acerca da temática de gênero, que deslocavam a análise das relações sociais das questões exclusivamente econômicas que não se constituíam, necessariamente, como a principal geradora de mobilização. Identificamos também as

questões político-institucionais do Setor de Psicologia Social da UFMG interferindo e ao mesmo tempo sendo marcadas pelos debates dessa Psicologia social que estava emergindo.

A produção científica é marcada pelos elementos de sua época, mas a ciência também determina e institui novos olhares e interesses para essa mesma época. A produção de Minas Gerais na Revista *Psicologia & Sociedade* no período analisado deve ser compreendida através dessas lentes. A crise da Psicologia social caracterizada como o grande marco da virada ético-política desse campo de conhecimento possui dinâmicas locais e nacionais complexas que merecem ser aprofundadas.

Referências

- Almeida, M. R. G. (1988). Interferências no campo da intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 4, 41-43.
- Amorós, C. (1991). *Hacia una crítica de la razón patriarcal* (2ª ed.). Barcelona: Anthropos.
- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Press.
- Arantes, A. M. C. (1988). Acaba Mundo. *Psicologia & Sociedade*, 4, 47-49.
- Baeta, A. M. (1988-1989). Favelas em Belo Horizonte: Uma realidade que desafia. *Psicologia & Sociedade*, 6, 117-129.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: PUF.
- Bomfim, E. M. (1988). Acaba mundo, Bairro Sion: Cenas do Cotidiano? *Psicologia & Sociedade*, 4, 50-53.
- Bomfim, E. M. (1989a). Abrapso em Minas: Um Movimento Social, uma Gestão. *Psicologia & Sociedade*, 7, 169-179.
- Bomfim, E. M. (1989b). O psicólogo na comunidade. *Psicologia & Sociedade*, 7, 119-124.

- Bomfim, E. M. (1989- 1990). A Psicologia Social da ABRAPSO. *Psicologia & Sociedade*, 8, 49-63.
- Bomfim, E. M. (1990-1991). Meninas de Rua, uma abordagem psicossocial. *Psicologia & Sociedade*, 9, 43-47.
- Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Bomfim, E. M. (2004). Psicologia Social no Brasil: memórias. In E. M. Bomfim., I. F. Passos, C. J. van Sralen, & M. Vieira-Silva (Orgs.), *Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho* (pp. 33-48). São João del-Rei: UFSJ; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG e ABRAPSO Regional Minas.
- Bomfim, E. M., & Machado, M. N. M. (1988). Psicologia Comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 4, 13-16.
- Bomfim, E. M., Oliveira, A. C., Watanabe, M. M., Nascimento, M. C., Afonso, M., & Parreira, S. M. (1990-1991). Meninos de Rua, a ótica institucional. *Psicologia & Sociedade*, 9, 160-182.
- Bomfim, E. M.; Watanabe, M. M., & Nascimento, M. C. (1989- 1990). Meninas de rua: o cotidiano e a lei. *Psicologia & Sociedade*, 8, 49-63.
- Campos, R. H. F. (1992). Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. In R. H. F. Campos, G. A. V. Silva, M. A. Belisário, M. H. C. Moreira, C. R. Darwin, E. D. Gontijo, & J. M. Pinto (Orgs.), *Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres* (pp. 11-64). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 4a Região.
- Camurça, S. (2007). “Nós Mulheres” e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, 1 (0), 12-23.
- Cruz, R. N. (2008). *A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/ exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Cunha, A. A. G., Dorna, L. B. H., & Rodrigues, H. B. C. (2006). Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. *Mnemosine*, 2(1), 2-11.
- Deslandes, K. (1989-90). Mudança, Intervenção psicossociológica, autogestão: aproximações teórico-práticas. *Psicologia & Sociedade*, 8, 43-47.
- Farr, R. (1998). *As Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)*. (P. A. Guareschi & P. V. Maya, trads.). Petrópolis: Vozes.
- Franco, J. A. (1988). Conversa vai, conversa vem. *Psicologia & Sociedade*, 4, 115-120.
- Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise do Conteúdo*. Brasília: Plano.
- Hollanda, M. C. P. et. al (1988). Notas sobre o centro de defesa de direitos da mulher. *Psicologia & Sociedade*, 4, 162–165.
- Hooks, B. (1989). *Talking black: thinking feminist, thinking Black*. Boston: South End Press.
- Issa, M. G. V. N. (1990-1991). A formação da identidade social em meninos carentes. *Psicologia & Sociedade*, 9, 120-128.
- Issa, M. G. V. N. (1992). A Formação da Identidade Social nos Meninos Carentes: Pesquisa realizada a partir dos meninos da ASAM- Associação Sanjoanense de Assistência ao Menor. *Psicologia & Sociedade*, 10, 24-29.
- Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social – Contribuições da história da psicologia social. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 37-54). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lane, S. T. M., & Bock, A. M. B. (2003). Abrapso – Uma história da psicologia social enquanto práxis. In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha, & D. Mancebo (Orgs.). *Psicologia Social: relatos na América Latina* (pp. 145-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Machado, M. N. M. (1986) Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. *Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social* (pp. 36-43). Belo Horizonte: ABRAPSO.
- Machado, M. N. M. (1987). Sexualidade e instituições. *Psicologia & Sociedade*, 4, 15-18.
- Machado, M. N. M. (1988a) Mudança em comunidades: pesquisa e intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 4, 36-40.
- Machado, M. N. M. (1988b). A Questão da Mulher como Tema da Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 4, 36-40.
- Machado, M. N. M. (1988-1989). Elementos para uma teoria de intervenção psicossociológica em favelas. *Psicologia & Sociedade*, 6, 32-46.
- Machado, M. N. M. (2004) *Práticas Psicossociais, pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Machado, M. N. M., Bomfim, E. M., & Lima, M. E. T. (1987). Acaba Mundo, da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana na favela. *Psicologia & Sociedade*, 3, 57-80.
- Machado, M. N. M., & Queiroz, L. A. A. (1988). Acaba Mundo: estudo de uma comunidade favelada. *Psicologia & Sociedade*, 5, 86-101.
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7-27.
- Molon, S. I. (2001). A psicologia Social abrapiana: apontamentos históricos. Interações. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 6 (12), 41-68.
- Montero, M. (2000). Contrucción, desconstrucción, y crítica: teoria y sentido de la psicología social comunitaria en America Latina. In R. H. F. Campos, & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social* (pp.70-87). Petrópolis: Vozes.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós: Buenos Aires.
- Moreira, M. I. C. (1989). Delegacia de Mulheres: Relato de uma experiência em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 7, 19-29.
- Moreira, I. C. Lemos, J. F., Peloso, L. R., Casimiro, L., Leite, N. S., Santos, R. R., & Lustosa, S. K. C. (1989-1990). Fundos do cemitério velho – uma passagem por outras gentes do sol de minas. *Psicologia & Sociedade*, 8, 127-132.
- Prado, M. A. M. (1994). *A Consciência e a Construção de Valores Comunitários: um estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Prado, M. A. M. (2002a). A Psicologia Comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 15 (1), 201-211.
- Prado, M. A. M. (2002b). Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8 (11), 59-71,
- Queiroz, L. A. A. (1989-1990). Estudo do favelário Belo-Horizontino: Reflexões de um trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8, 119-126.
- Sass, O. (2007). Notas sobre psicologia social e política no Brasil. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 19-36). Belo Horizonte: Autêntica.
- Scott J. (2000). Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista* (Cidadania e Feminismo), nº especial, 203-222.
- Smigay, K. E. V. (1987). Delegacia de Mulheres: Visibilidade para a violência sobre a mulher. *Psicologia & Sociedade*, 3, 34-37.
- Smigay, K. E. V. (1988). A Constituição de um Grupo para Mulheres na Instituição Universitária: Desventuras de quem a viveu. *Psicologia & Sociedade*, 5, 103-113.

Smigay, K. E. V. (1989). Mulheres: (RE) Partidas e Excluídas. *Psicologia & Sociedade*, 7, 11-18.

Smigay, K. E. V., Souza, A. L., & Rubinger, M. C. (1988/89). Itinerários da Violência contra a Mulher ou: O que dizer da sedução. *Psicologia & Sociedade*, 6, 130-140.

Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2007). Pesquisa documental em psicologia: a máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues, & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia* (pp. 151-174). Vitória: GM Gráfica Editora.

Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2006). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 565-585). Rio de Janeiro: Nau.

Wittig, M. (1992) *El pensamiento heterosexual* (P. Vidarte e J. Sáez, trads.). Madrid: Egales Editorial.

Zanella, A. V. (1994). Os 15 anos da ABRAPSO - Contribuições à produção e à divulgação do conhecimento científico em psicologia. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP* (vol. 2, pp. 29-36). Belo Horizonte: ANPEPP.

Endereço para correspondência:

Claudia Mayorga

Departamento de Psicologia/FAFICH.

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha/UFMG

CEP 31270-901 - Belo Horizonte/MG.

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Recebido em Julho de 2010

Revisto em Outubro de 2010 e Maio 2011

Aceito em Junho de 2011

*Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG e Pró-Reitoria de Graduação/UFMG.

Revisão Sistemática sobre Fatores de Risco Associados à Depressão Pós-Parto*

A Systematic Review on Risk Factors Associated to Postpartum Depression

Poliana Patrício Aliane¹

Marli Vilela Mamede¹

Erikson Felipe Furtado¹

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar fatores de risco relacionados à depressão pós-parto. Foi realizada uma revisão sistemática nas bases PubMed, Scielo e Lilacs. Descritores: *postpartum depression*, *risk factors*, *epidemiological studies*. Critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos cinco anos, idiomas inglês, português ou espanhol, amostra de mulheres acima de 18 anos, avaliação da depressão pós-parto realizada, no mínimo, 15 dias pós-parto. Foram selecionados 35 artigos e encontrados 70 fatores de risco para depressão pós-parto. Os fatores de risco mais frequentemente citados pertenciam ao agrupamento de fatores psicológicos/psiquiátricos. A evolução das investigações sobre depressão pós-parto tem privilegiado o estudo dos fatores psicossociais. Fatores hormonais/genéticos aparecem com baixa representatividade nesses estudos. Mulheres em situação de risco podem ser identificadas nas consultas pré-natais permitindo ações preventivas para a depressão pós-parto.

Palavras-chave: Depressão pós-parto; fatores de risco; revisão; saúde da mulher.

Abstract

This study sought to investigate risk factors associated to postpartum depression. A systematic review of the literature was conducted on the databases PubMed, Scielo and Lilacs, with the keywords *postpartum depression*, *risk factors* and *epidemiological studies*. Inclusion criteria: articles published in the last five years in the following languages: English, Portuguese or Spanish; the sampling consisted of women above 18 years of age, with the postpartum depression assessment undertaken at least fifteen days after birth. There were 35 articles selected. From those, 70 risk factors were associated to postpartum depression. The risk factors that appear more frequently were psychological/psychiatric ones. The development of the investigations about postpartum depression has privileged the knowledge about psychosocial risk factors. A low frequency of hormonal/genetic factors appeared in these studies. The conclusion points out to the need of pregnant women in risk situation to be identified in the prenatal care in order to allow preventive actions for postpartum depression.

Keywords: Postpartum depression; risk factors; review; women's health.

¹ Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto/SP.

A caracterização da depressão pós-parto (DPP) enquanto descrição de um transtorno psiquiátrico não recebe ainda uma diferenciação nosológica do transtorno depressivo descrito no DSM-IV, senão pelo especificador “com início no pós-parto” (quatro semanas após o parto) (American Psychiatric Association, 1994). Entretanto, tanto os sintomas quanto os fatores de risco da DPP podem apresentar algumas diferenciações e peculiaridades em relação ao transtorno depressivo.

Há uma hipótese de base endócrina para a depressão em mulheres que diz respeito às alterações hormonais. Isto explicaria porque as mulheres estão mais propensas à depressão no período pré-menstrual, pós-parto e menopausa. Contudo, estudos científicos não conseguiram provar diferenças nos índices hormonais entre puerperas com e sem diagnóstico de DPP (Noelen-Hoeksema, 1995). Além disso, um estudo de revisão sistemática concluiu que não há suporte científico definitivo ou evidências de relações diretas entre transtornos

endócrinos específicos do puerpério e depressão puerperal, e que os resultados nesse sentido são frequentemente inconclusivos ou contraditórios (Schmidek & Furtado, 1999). Há ainda evidências de que muitas mulheres que apresentam DPP já estavam deprimidas durante a gestação, período em que os índices hormonais são diferentes do período puerperal (Noelen-Hoeksema, 1995).

Por outro lado, é importante considerar os fatores psicossociais e sociodemográficos que aumentam a vulnerabilidade para DPP, tais como: estresse durante a gestação, episódios depressivos passados, relações conflituosas com o parceiro e a família, baixa renda familiar, estado civil, dentre outros (Zinga, Phillips & Born, 2005). O'Hara e Swain (1991) descrevem o modelo de vulnerabilidade-estresse, no qual, em pessoas vulneráveis à depressão, os eventos de vida estressantes podem desencadear o transtorno. Para este modelo são consideradas vulneráveis à depressão pessoas que já tiveram depressão na vida, depressão na gestação ou

mesmo pessoas com auto-esquemas depressivos. Entre as mulheres com esta vulnerabilidade, a gestação, o parto, os cuidados com o bebê, entre outros, poderiam atuar como fatores estressores e desencadear o transtorno depressivo.

Sendo assim, pode-se afirmar que a etiologia da DPP ainda não é totalmente conhecida. Além dos fatores hormonais, psicossociais e sociodemográficos, anteriormente citados, fatores hereditários, obstétricos e de saúde da gestante podem estar envolvidos numa manifestação depressiva no pós-parto (Zinga, Phillips & Born, 2005).

Alguns estudos realizados no Brasil descreveram a prevalência de depressão pós-parto variando de 12% a 19% entre as puérperas entrevistadas (Da-Silva, Moraes-Santos, Carvalho, Martins & Teixeira, 1998; Moraes *et al*, 2006). Apesar de esses índices serem elevados, observa-se que, clinicamente, a realização de uma investigação do estado emocional em gestantes e das mulheres pós-parto não tem recebido a devida importância, bem como, poucas são as mulheres que procuram por tratamento quando acometidas pela depressão neste período. Em geral, existem algumas dificuldades diagnósticas, como o subdiagnóstico do transtorno e a sobreposição e/ou associação com sintomas psicóticos, além de dificuldades terapêuticas como o risco de suicídio ou filicídio, dificuldade farmacoterápica devido à amamentação e risco à saúde do lactente e incerteza da resposta terapêutica em função das variações hormonais do puerpério (Furtado, 2000).

É sabido que a DPP pode, além de afetar os cuidados maternos, ter implicações negativas na interação mãe-bebê e afetar o desenvolvimento da criança (Ramos & Furtado, 2007; Medeiros & Furtado, 2004).

Inicialmente, essas implicações podem se expressar no recém-nascido em forma de choro, irritabilidade ou apatia e, futuramente, contribuir como um fator de risco para o desenvolvimento de distúrbios afetivos na idade adulta (Dodge, 1990; Gross, 1989).

Um episódio de depressão pós-parto também pode ter consequências prejudiciais para a família e para o relacionamento conjugal. Além disso, a depressão pós-parto leva ao aumento da utilização de recursos dos serviços de saúde, podendo levar até ao suicídio (Chaudron & Pies, 2003, Chew-Graham, Sharp, Chamberlain, Folkes & Turner, 2009).

Assim, identificar os fatores de risco, os métodos e instrumentos utilizados na investigação da DPP, como objetivo proposto por esta revisão sistemática, pode permitir um olhar mais atento para o reconhecimento da DPP e uma avaliação clínica mais adequada de gestantes e puérperas, bem como prevenir os problemas relacionados para a mulher, seus relacionamentos interpessoais e sua prole.

Método

A revisão sistemática é um estudo secundário que reúne, de forma organizada, grande quantidade de resultados de pesquisas e auxilia na explicação de diferenças encontradas entre estudos primários que investigam a mesma questão. A revisão sistemática responde a uma pergunta de pesquisa e utiliza métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes. Nas revisões sistemáticas, a unidade de análise são os estudos primários selecionados através de método sistemático e pré-definido (Castro, Saconato, Guidugli & Clark, 2002).

Foi realizada uma revisão sistemática nos seguintes indexadores eletrônicos: Pubmed, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

Numa primeira etapa foram pesquisados os termos *postpartum depression, risk factors e epidemiological studies* como palavras-chave na base de dados Pubmed. Nas bases Scielo e Lilacs foi utilizada somente a palavra-chave depressão pós-parto, já que nenhum registro foi encontrado no cruzamento das três palavras-chave supracitadas. A escolha destas palavras-chave justifica-se por estarem relacionadas ao objeto de estudo e por pertencerem ao catálogo de descritores do PubMed (*MESH terms*).

Foram aceitos para esta revisão bibliográfica somente os trabalhos publicados nos últimos cinco anos, publicados em português, inglês ou espanhol, com amostra composta por mulheres acima de 18 anos, cuja variável de desfecho estudada era a DPP ou sintomas de DPP avaliadas, no mínimo, após 15 dias do parto, e que tinham dentre os objetivos a análise de um ou mais fatores associados à DPP. Foram excluídos desta revisão bibliográfica artigos não empíricos.

Como segunda etapa foi feita a leitura sistemática dos resumos gerados pela busca realizada na data 03/02/10 a fim de verificar quais estudos eram pertinentes ao objetivo deste trabalho.

A seleção dos resumos foi realizada pelo autor principal. Nos casos em que houve dúvida em relação à inclusão ou não do artigo, foi realizada a análise pelos demais autores e a leitura completa do artigo.

A Figura 1 descreve as estratégias utilizadas para a busca nas bases de dados referidas, bem como o número de artigos encontrados e aceitos de acordo com os critérios pré-definidos para esta revisão sistemática. Ao todo, foram incluídos 35 artigos.

Na terceira etapa, os artigos selecionados foram lidos e tabulados de acordo com os critérios: idioma de publicação, instrumento utilizado para rastreamento ou diagnóstico de depressão pós-parto, instrumento utilizado para identificação dos fatores de risco, delineamento metodológico do estudo, fatores de risco associados à DPP.

Os fatores de risco listados pelos artigos foram agrupados em categorias de fatores para melhor compreensão e descrição das análises. Desta forma as categorias criadas foram: psicológico/psiquiátrico (exemplo: ter tido episódio de depressão passada, estresse, baixa autoestima, etc.), socioeconômico/

cultural (exemplo: etnia, renda familiar, estado civil, idade, etc.), suporte social/relações interpessoais (exemplo: insatisfação conjugal, suporte social, violência, etc.), hormonal (exemplo: transtorno disfórico pré-menstrual), obstétricos (exemplo: dor no corte da episiotomia, multiparidade), saúde da mãe (exemplo: uso de tabaco, psicofármacos, não amamentar no seio, etc.), saúde do bebê (exemplo: hospitalização do recém-nascido, problemas de saúde no bebê, etc.), genético (exemplo: gene TPH2).

Por fim foram realizadas as análises dos dados com relação ao objetivo proposto para esta revisão sistemática.

Resultados

Os artigos selecionados para esta pesquisa são, em sua maioria, publicados em língua inglesa (30 artigos), havendo três publicações em língua espanhola e duas em português. Quanto ao instrumento utilizado para rastrear a depressão pós-parto ou para medir a presença e intensidade de sintomas depressivos, destaca-se a maior prevalência da Escala de Depressão Pós-parto de Edinburgh (EPDS) que foi utilizado em vinte e cinco dos trinta e cinco estudos analisados. Em seguida, o inventário BDI (*Beck Depression Inventory*)

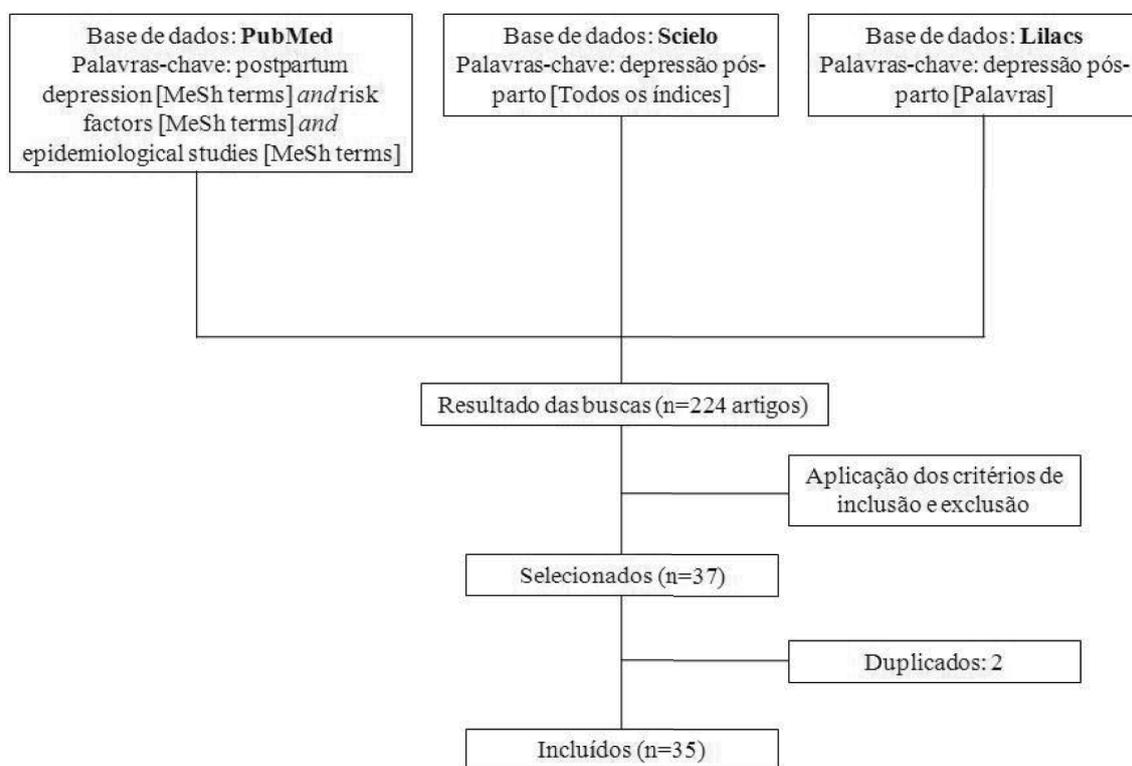


Figura 1 – Número de artigos selecionados e excluídos nas bases de dados Pubmed, Lilacs e Scielo

foi utilizado em três estudos. Os demais instrumentos utilizados foram a escala Hamilton, a escala CES-D (*Center for Epidemiologic Studies-Depression Scale*), a escala PDSS (*Postpartum Depression Screening Scale*), a PDSS (*Postpartum Depression Scanning Scale*) e o GHQ-12 (*General Health Questionnaire*).

Entrevistas diagnósticas foram utilizadas em oito artigos. Dentre as entrevistas diagnósticas semi-estruturadas o *Structured Interview for DSM-IV*, não-paciente (SCID-IV) e o *Schedule for Affective Disorders* (SADS-C) foram usados em um artigo cada.

Resumindo, vinte e sete artigos utilizaram somente instrumentos de rastreamento/intensidade de sintomas depressivos, quatro utilizaram somente critérios diagnósticos, e quatro estudos utilizaram critérios de rastreamento e diagnóstico.

Para investigação dos fatores de risco, as formas mais comumente utilizadas foram: uso de instrumentos validados para verificação de um fator de risco específico como ansiedade, depressão passada, eventos de vida, suporte social, estresse, entre outros (dezenove estudos) e o uso de questionários desenvolvidos pelo autor (dezessete estudos). Outras formas de investigação de fatores de risco foram através de instrumentos em validação (um estudo), critérios diagnósticos (um estudo) e procedimentos com análise laboratorial/ medidores fisiológicos (dois estudos). Alguns estudos utilizaram mais de um instrumento validado e/ou mais de uma forma de investigação dos fatores de risco.

Quanto ao delineamento metodológico, observou-se que vinte e três estudos utilizaram delineamento longitudinal e doze realizaram delineamentos transversais. Dentre os estudos longitudinais, a maioria (treze estudos) realizou duas observações. Cinco estudos relataram três momentos de observação; quatro estudos fizeram quatro observações; e um estudo realizou seis observações. O tempo de observação mínimo foi de duas semanas após o parto, e o máximo de um ano após o parto.

Quanto aos fatores de risco descritos pelos artigos selecionados, foram listados setenta (70) fatores, os quais foram agrupados em oito categorias, como descritas anteriormente, a saber: genéticos (um fator), hormonais (um fator), obstétricos (dois fatores), psicológicos/psiquiátricos (vinte e cinco fatores), saúde do bebê (três fatores), saúde materna (nove fatores), socioeconômico/cultural (quinze fatores), e suporte social/relações interpessoais (quatorze fatores).

A Tabela 1 caracteriza o total de artigos desta revisão em relação ao delineamento metodológico, instrumento usado para avaliação da depressão pós-parto e os agrupamentos de fatores de risco investigados.

Alguns fatores de risco se destacaram pela frequência em que foram citados. Ter tido depressão anterior e depressão durante a gestação foram fatores associados à DPP em oito artigos, cada um. Baixo suporte social apareceu em seis artigos. Já insatisfação com o marido ou com o relacionamento conjugal e ansiedade durante a gestação apareceram em cinco estudos cada.

Outros fatores de risco foram citados mais de uma vez. Ansiedade e gênero do bebê foram fatores de risco em quatro artigos cada. Renda familiar, insatisfação com a gestação, baixa autoestima, estresse, humor irritável antes da menstruação, multiparidade, eventos de vida e ser ou ter sido vítima de violência foram fatores de risco em três artigos cada um. Escolaridade, sintomas depressivos nas primeiras semanas pós-parto (*maternity blues*), experiência negativa do parto e tabagismo foram citados duas vezes cada.

O agrupamento de fatores de risco psicológicos/psiquiátricos foi o mais frequentemente associado à DPP, seguido dos fatores socioeconômico/culturais e de suporte social/relações interpessoais.

Discussão

Nesta revisão da literatura científica, ter tido depressão na vida ou depressão durante a gestação aumenta as chances para depressão no período do pós-parto. Este dado confirma a observação clínica já descrita na literatura científica em que algumas mulheres com depressão pós-parto já estavam deprimidas na gestação (Noelen-Hoeksema, 1995). Outro fator também bastante estudado e frequentemente associado à depressão pós-parto foi o suporte social.

Embora os objetivos desta revisão sistemática não tenham se detido especificamente na análise de fatores de risco de cunho biológico, observou-se uma pequena representação desses fatores nos estudos encontrados. Em contrapartida, os fatores psicossociais, tiveram uma alta frequência de associação com a depressão pós-parto. Este resultado, aliado aos resultados inconclusivos e contraditórios da literatura sobre a teoria hormonal

Tabela 1 – Caracterização dos artigos quanto ao delineamento, instrumentos de avaliação e agrupamento de fatores de risco.

Autores	Delineamento	Instrumento	Fatores de risco (agrupamento)
Abbott & Williams (2006)	Transversal	EPDS	P/P; SB; SE/C; SS/RI
Adewuya, Fatoye, Ola, Ijaodola & Ibigbami (2005)	Longitudinal	EPDS	P/P
Akyus, Seven, Devran & Demiralp (2010)	Longitudinal	PDSS	O; P/P; SE/C; SM
Austin, Tully & Parker (2007)	Longitudinal	EPDS	P/P
Bilszta, Gu, Meyer & Buist (2008)	Longitudinal	EPDS	P/P; SE/C
Costa, Pacheco & Figueiredo (2007)	Longitudinal	EPDS	P/P
Escobar, Pacora, Custodio & Villar (2009)	Transversal	EPDS	P/P; SS/RI
Garcia-Esteve et al. (2008)	Transversal	EPDS e Entrevista psiquiátrica	H; P/P; SS/RI
Grussu, Quatraro (2009)	Longitudinal	EPDS e GHQ-12	P/P
Ho-Yen, Bondevik, Eberhard-Gran & Bjorvatn (2007)	Transversal	EPDS	O; P/P; SE/C; SM; SS/RI
Kara, Unalan, Cifçili, Cebeci & Sarper (2008)	Transversal	BDI	H; P/P
Kitamura et al. (2006)	Longitudinal	Entrevista psiquiátrica	P/P; SE/C; SS/RI
Latorre-Latorre, Contreras-Pezzotti & Herran-Falla (2006)	Longitudinal	EPDS e Entrevista psiquiátrica	P/P; SB; SE/C; SM; SS/RI
Liabsuetrakul, Vittayanont & Pitanupong (2007)	Longitudinal	Entrevista psiquiátrica	P/P; SS/RI
Limlomwongse & Liabsuetrakul (2006)	Longitudinal	EPDS	H; O; P/P; SE/C
Lin, Ko, Chang, Yeh & Sun (2009)	Longitudinal	Entrevista psiquiátrica - SADS	G
Mann, McKeown, Bacon, Vesselinov & Bush (2008)	Longitudinal	EPDS	SE/C
Mayberry, Horowitz & Declercq (2007)	Transversal	EPDS	O; SE/C
McCoy, Beal, Shipman, Payton & Watson (2006)	Transversal	EPDS	P/P; SM
Milgrom et al. (2008)	Longitudinal	EPDS	P/P, SS/RI
Moraes et al. (2006)	Longitudinal	HAM-D	P/P; SE/C
Moss, Skouteris, Wertheim, Paxton & Milgrom (2009)	Longitudinal	BDI	P/P
Panhang, West, Savoy-Moore, Geeta & Reickert (2009)	Transversal	EPDS	P/P; SE/C; SS/RI
Pérez et al. (2007)	Transversal	EPDS	Nenhum foi associado
Posmontier (2008)	Transversal	PDSS e Entrevista psiquiátrica	SM
Rambelli et al. (2010)	Longitudinal	EPDS e Entrevista psiquiátrica (SCID)	P/P
Records & Rice (2009)	Longitudinal	EPDS e CES-D	SS/RI
Robrecht, Millegan, Leventis, Crescitelli & McLay (2008)	Transversal	EPDS	SS/RI
Söderquist, Wijma, Thorbert & Wijma (2009)	Longitudinal	BDI	P/P

Tabela 1 – Caracterização dos artigos quanto ao delineamento, instrumentos de avaliação e agrupamento de fatores de risco (continuação).

Uguz, Akman, Sahingoz, Kaya & Kucur (2009)	Longitudinal	EPDS	P/P
Vliegen & Luyten (2009)	Transversal	Entrevista psiquiátrica	P/P
Xie, He, Koszycki, Walker & Wen (2009a)	Longitudinal	EPDS	SE/C; SS/RI
Xie, He, Koszycki, Walker & Wen (2009b)	Longitudinal	EPDS	SS/RI
Zaers, Waschke & Ehlert (2008)	Longitudinal	EPDS	P/P; SS/RI
Zelkowitz et al. (2008)	Longitudinal	EPDS	P/P; SS/RI

Legenda: G – genético; H – hormonal; O – obstétrico; P/P - psicológico/psiquiátrico; SB - saúde do bebê; SE/C - sócio-econômico/cultural; SM – saúde materna; SS/RI - suporte social/relações interpessoais.

(Da-Silva et al, 1998) nos faz pensar que os fatores de risco psicossociais tenham mais relevância no desenvolvimento da depressão pós-parto.

Quanto à investigação dos fatores de risco, destaca-se uma grande variedade de métodos e instrumentos utilizados, bem como um elevado número de fatores considerados de risco para depressão pós-parto (70 fatores), que têm sido investigados na literatura nestes últimos cinco anos. Além disso, alguns instrumentos específicos para avaliação de fatores de risco para depressão pós-parto têm sido desenvolvidos e validados (Liabsuetrakul, Vittayanont & Pitanupong, 2007; Austin, Hadzi-Pavlovic, Saint & Parker, 2005).

Já com relação aos instrumentos utilizados para rastreamento e medida de intensidade de depressão pós-parto, observa-se que a *Edinburgh Postnatal Depression Scale* (EPDS) foi a escala mais utilizada. A EPDS é uma escala curta, de rápida aplicação, fácil compreensão, e fácil preenchimento e pontuação. Pode ser utilizada por profissionais não especializados em saúde mental e é bastante utilizada e aceita em diversos países/culturas (Cox, Holden & Sagovsky, 1987).

Os estudos longitudinais foram os mais frequentes nesta revisão. Há de se considerar a importância dos delineamentos longitudinais para o estudo de fatores de risco, uma vez que existe a influência do tempo sobre o fenômeno estudado. Neste sentido, alguns fatores de risco podem se associar à DPP em estudos transversais, porém avaliações prospectivas não manteriam essa associação. Desta forma, verificamos a importância deste delineamento,

bem como a contribuição de vários momentos de avaliação a fim de identificar quais variáveis mantêm-se associadas ao fenômeno estudado.

Este estudo apresenta seus limites uma vez que retrata a publicação de artigos sobre fatores de risco à DPP nos últimos cinco anos, utilizando como fonte de informações somente as bases de dados citadas e com amostra de mulheres acima de 18 anos; o que pode restringir o escopo dos problemas associados à DPP descritos neste artigo.

Conclusão

Nos últimos cinco anos, a evolução das investigações sobre fatores de risco para a depressão pós-parto tem privilegiado o estudo dos fatores psicossociais, enquanto os fatores hormonais e genéticos aparecem com baixa representatividade nesses estudos. Talvez, os resultados inconclusivos e contraditórios sobre as hipóteses de base endócrina (Schmidek & Furtado, 1999), aliados às muitas evidências de fatores psicossociais associados à depressão pós-parto (como visto nos resultados), venham ditando as pesquisas na área.

Ressalta-se que nenhum dos fatores ou agrupamento de fatores de risco aqui representados, por si só, são capazes de explicar a complexidade da depressão pós-parto, dada a sua multicausalidade. Além disso, há de se ter cuidado ao afirmar o risco de cada um desses fatores para o desenvolvimento da depressão pós-parto, uma vez considerado o problema da multicolinearidade das variáveis de risco que podem se confundir na explicação do fenômeno estudado.

Sendo assim, destaca-se a importância de estudos que privilegiem delineamentos longitudinais e análises multifatoriais que levem em consideração os efeitos cruzados dos fatores de risco investigados.

Destaca-se a importância do papel do profissional de saúde que presta atendimento pré-natal à gestante, uma vez que alguns fatores de risco (como, por exemplo, a depressão na gestação) presentes neste período podem indicar a necessidade de um cuidado especial à saúde mental destas mulheres. Além disso, a identificação precoce dos riscos pode auxiliar na prevenção de um transtorno depressivo no pós-parto e das consequências clínicas apresentadas (Zinga, Phillips & Born, 2005).

O desenvolvimento e validação de instrumentos no Brasil que visem a avaliação de fatores de risco para depressão pós-parto também tem muito a contribuir, podendo servir como ferramenta de trabalho para os profissionais que atuam nessa área.

Além disso, pesquisas delineadas para avaliar fatores de proteção para depressão pós-parto teriam muito a acrescentar, uma vez que auxiliariam na elaboração de estratégias de prevenção para este transtorno.

Referências

- Abbott, M. W., & Williams, M. M. (2006). Postnatal depressive symptoms among Pacific mothers in Auckland: prevalence and risk factors. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 40 (3), 230-238.
- Adewuya, A. O., Fatoye, F. O., Ola, B. A., Ijaodola, O. R., & Ibigbami, S. M. (2005). Sociodemographic and obstetric risk factors for postpartum depressive symptoms in Nigerian women. *Journal of Psychiatric Practice*, 11 (5), 353-358.
- Akyuz, A., Seven, M., Devran, A., & Demiralp, M. (2010). Infertility history: is it a risk factor for postpartum depression in Turkish women? *Journal of Perinatal and Neonatal Nursing*, 24 (2), 137-145.
- American Psychiatric Association (1994). *DSM-IV, Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th Rev. Ed.). Washington, DC.
- Austin, M. P., Tully, L., & Parker, G. (2007). Examining the relationship between antenatal anxiety and postnatal depression. *Journal of Affective Disorders*, 101 (1-3), 169-174.
- Austin, M. P., Hadzi-Pavlovic, D., Saint, K., & Parker, G. (2005). Antenatal screening for the prediction of postnatal depression: validation of a psychosocial Pregnancy Risk Questionnaire. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 112 (4), 310-317.
- Bilszta, J. L., Gu, Y. Z., Meyer, D., & Buist, A. E. (2008) A geographic comparison of the prevalence and risk factors for postnatal depression in an Australian population. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 32 (5), 424-430.
- Castro, A. A., Saconato, H., Guidugli, F., & Clark, O.A.C. (2002) *Curso de revisão sistemática e metanálise* [Online]. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP. Acesso em 09 de outubro de 2011, em <http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>
- Chaudron, L. H., & Pies, R. W. (2003) The relationship between postpartum psychosis and bipolar disorder: a review. *Journal of Clinical Psychiatric*, 64, 1284-92.
- Chew-Graham, C.A., Sharp, D., Chamberlain, E., Folkes, L., & Turner, K.M. (2009) Disclosure of symptoms of postnatal depression, the perspectives of health professionals and women: a qualitative study. *BMC Family Practice*, 10 (7), 1-9.
- Costa, R., Pacheco, A., & Figueiredo, B. (2007). Prevalência e preditores de sintomatologia depressiva após o parto. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34 (4), 157-165.
- Cox, J. L., Holden, J. M., & Sagovsky, R. (1987). Detection of Postnatal depression: Development of the 10-item Edinburgh Postnatal Depression Scale. *The British Journal of Psychiatry*, 150, 782-786.
- Da-Silva, V. A., Moraes-Santos, A. R., Carvalho, M. S., Martins, M. L. P., & Teixeira, N. A. (1998). Prenatal and postnatal depression among low income Brazilian women. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 31, 799-804.

- Dodge, K. A. (1990). Developmental Psychopathology in Children of Depressed Mothers. *Developmental Psychology*, 26 (1), 3-6.
- Escobar, J., Pacora, P., Custodio, N., & Villar, W. (2009). Depresión posparto: se encuentra asociada a la violencia basada em género? *Anales de la Facultad de Medicina*, 70 (2), 115-118.
- Furtado, E. F. (2000). Abordagem clínica e terapêutica da depressão puerperal: conceitos atuais. *Anais do III Fórum de Psiquiatria do Interior Paulista* (pp. 55-60). Águas de Lindóia, SP.
- Garcia-Esteve, L., Navarro, P., Ascaso, C., Torres, A., Aguado, J., Gelabert, E., & Martín-Santos, R. (2008). Family caregiver role and premenstrual syndrome as associated factors for postnatal depression. *Archives of Women's Mental Health*, 11 (3), 193-200.
- Gross, D. (1989). Implications of Maternal Depression for the Development of Young Children. *Image: Journal for Nursing Scholarship*, 21, 103-107.
- Grussu, P., & Quatraro, R. M. (2009). Prevalence and risk factors for a high level of postnatal depression symptomatology in Italian women: a sample drawn from ante-natal classes. *European Psychiatry*, 24 (5), 327-333.
- Ho-Yen, S. D., Bondevik, G. T., Eberhard-Gran, M., & Bjorvatn, B. (2007). Factors associated with depressive symptoms among postnatal women in Nepal. *Acta Obstetrica et Gynecologica Scandinavica*, 86 (3), 291-297.
- Kara, B., Unalan, P., Cifçili, S., Cebeci, D. S., & Sarper, N. (2008). Is there a role for the family and close community to help reduce the risk of postpartum depression in new mothers? A cross-sectional study of Turkish women. *Maternal and Child Health Journal*, 12 (2), 155-161.
- Kitamura, T., Yoshida, K., Okano, T., Kinoshita, K., Hayashi, M., Toyoda, N. et al. (2006). Multicentre prospective study of perinatal depression in Japan: incidence and correlates of antenatal and postnatal depression. *Archives of Women's Mental Health*, 9 (3), 121-130.
- Latorre-Latorre, J. F., Contreras-Pezzotti, L. M., & Herran-Falla, O. F. (2006). Postnatal depression in a Colombian city. Risk factors. *Atención Primaria*, 37 (6), 332-338.
- Liabsuetrakul, T., Vittayanont, A., & Pitanupong, J. (2007). Clinical applications of anxiety, social support, stressors, and self-esteem measured during pregnancy and postpartum for screening postpartum depression in Thai women. *The Journal of Obstetrics and Gynaecology Research*, 33 (3), 333-40.
- Limlomwongse, N., & Liabsuetrakul, T. (2006). Cohort study of depressive moods in Thai women during late pregnancy and 6-8 weeks of postpartum using the Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS). *Archives of Women's Mental Health*, 9 (3), 131-138.
- Lin, Y. M., Ko, H. C., Chang, F. M., Yeh, T. L., & Sun, H. S. (2009). Population-specific functional variant of the TPH2 gene 2755C. A polymorphism contributes risk association to major depression and anxiety in Chinese peripartum women. *Archives of Women's Mental Health*, 12 (6), 401-408.
- Mann, J. R., McKeown, R. E., Bacon, J., Vesselinov, R., & Bush, F. (2008). Do antenatal religious and spiritual factors impact the risk of postpartum depressive symptoms? *Journal of Women's Health (Larchmt)*, 17 (5), 745-755.
- Mayberry, L. J., Horowitz, J. A., & Declercq, E. (2007). Depression symptom prevalence and demographic risk factors among U.S. women during the first 2 years postpartum. *Journal of Obstetric, Gynecologic, & Neonatal Nursing*, 36 (6), 542-549.
- McCoy, S. J., Beal, J. M., Shipman, S. B., Payton, M. E., & Watson, G. H. (2006). Risk factors for postpartum depression: a retrospective investigation at 4-weeks postnatal and a review of the literature. *The Journal of the American Osteopathic Association*, 106 (4), 193-198.
- Medeiros, P. P. V., & Furtado, E. F. (2004). Perfil dos cuidados maternos em mães deprimidas e não deprimidas no período puerperal. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 53 (4), 227-234.

- Milgrom, J., Gemmill, A. W., Bilszta, J. L., Hayes, B., Barnett, B., Brooks, J., et al. (2008). Antenatal risk factors for postnatal depression: a large prospective study. *Journal of Affective Disorders*, 108 (1-2), 147-57.
- Moraes, I. G. S., Pinheiro, R. T., Silva, R. A., Horta, B. L., Souza, P. L. R., & Faria A. D. (2006). Prevalência da depressão pós-parto e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 40 (1), 65-70.
- Moss, K. M., Skouteris, H., Wertheim, E. H., Paxton, S. J., & Milgrom, J. (2009). Depressive and anxiety symptoms through late pregnancy and the first year post birth: an examination of prospective relationships. *Archives of Women's Mental Health*, 12 (5), 345-349.
- Noelen-Hoeksema, S. (1995). Epidemiology and Theories of Gender Differences in Unipolar Depression. In M. V. Seeman (Ed.), *Gender and Psychopathology* (pp. 63-87). London: American Psychiatric Press Inc.
- O'Hara, M. W., & Swain, A. M. (1996). Rates and risk of postpartum depression: a meta-analysis. *International Review of Psychiatry*, 8, 37-54.
- Panthangi, V., West, P., Savoy-Moore, R. T., Geeta, M., & Reickert, E. (2009). Is seasonal variation another risk factor for postpartum depression? *Journal of the American Board of Family Medicine*, 22 (5), 492-497.
- Pérez, R. V., Carrillo, K. S., Barra, L. A., Acosta, V. A., Ulloa, I. B., & Reyes, J. C. (2007). Variables posiblemente asociadas a depresión posparto, según escala Edimburgo. *Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela*, 67 (3), 187-191.
- Posmontier, B. (2008). Sleep quality in women with and without postpartum depression. *Journal of Obstetric, Gynecologic, & Neonatal Nursing*, 37 (6), 722-735.
- Rambelli, C., Montagnani, M. S., Oppo, A., Banti, S., Borri, C., Cortopassi, C. et al. (2010). Panic disorder as a risk factor for post-partum depression: Results from the Perinatal Depression-Research & Screening Unit (PND-ReScU) study. *Journal of Affective Disorders*, 122 (1-2), 139-143.
- Ramos, S. H. A. S., & Furtado, E. F. (2007). Depressão puerperal e interação mãe-bebê: um estudo piloto. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 1 (1), 20-28.
- Records, K., & Rice, M. J. (2009). Lifetime physical and sexual abuse and the risk for depression symptoms in the first 8 months after birth. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*, 30 (3), 181-190.
- Robrecht, D. T., Millegan, J., Leventis, L. L., Crescitelli, J. B., & McLay, R. N. (2008). Spousal military deployment as a risk factor for postpartum depression. *The Journal of Reproductive Medicine*, 53 (11), 860-864.
- Schmidek, C. M., & Furtado, E. F. (1999). Depressão Puerperal: Condicionantes Hormonais. *Medicina*, 32 (Suppl 1), 72-73.
- Söderquist, J., Wijma, B., Thorbert, G., & Wijma, K. (2009). Risk factors in pregnancy for post-traumatic stress and depression after childbirth. *BJOG An International Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 116 (5), 672-680.
- Uguz, F., Akman, C., Sahingoz, M., Kaya, N., & Kucur, R. (2009). One year follow-up of postpartum-onset depression: the role of depressive symptom severity and personality disorders. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*, 30 (2), 141-145.
- Vliegen, N., & Luyten, P. (2009). Dependency and self-criticism in post-partum depression and anxiety: a case control study. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 16 (1), 22-32.
- Xie, R. H., He, G., Koszycki, D., Walker, M., & Wen, S. W. (2009a). Fetal sex, social support, and postpartum depression. *Canadian Journal of Psychiatry*, 54 (11), 750-756.
- Xie, R. H., He, G., Koszycki, D., Walker, M., & Wen, S. W. (2009b). Prenatal social support, postnatal social support, and postpartum depression. *Annals of Epidemiology*, 19 (9), 637-643.

Zaers, S., Waschke, M., & Ehlert, U. (2008). Depressive symptoms and symptoms of post-traumatic stress disorder in women after childbirth. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*, 29 (1), 61-71.

Zelkowitz, P., Saucier, J. F., Wang, T., Katofsky, L., Valenzuela, M., & Westreich, R. (2008). Stability and change in depressive symptoms from pregnancy to two months postpartum in childbearing immigrant women. *Archives of Women's Mental Health*, 11 (1), 1-11.

Zinga, D., Phillips, S.D., & Born, L. (2005). Postpartum depression: we know the risks, can it be prevented? *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 27 (Suppl II), 56-64.

Endereço para correspondência:

Poliana Patrício Aliane
Hospital das Clínicas
Av. dos Bandeirantes, 3900, sala 333
Ribeirão Preto/SP
E-mail: poliana_aliane@yahoo.com.br

Recebido em Fevereiro de 2011

Revisto em Outubro de 2011

Aceito em Novembro de 2011

*Auxílio Financeiro: Bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo número 06/58381-6

Análise de Artigos sobre Avaliação Psicológica no Contexto do Trabalho: Revisão Sistemática

Analysis of Articles on Psychological Assessment in the Work Context: A Systematic Review

Makilim Nunes Baptista^I
 Fabián Javier Marín Rueda^I
 Nelimar Ribeiro de Castro^{II}
 Juliana Oliveira Gomes^I
 Marlene Alves da Silva^I

Resumo

Este estudo teve por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura da área da avaliação psicológica no trabalho na base de dados PePSIC entre 2000 e 2009, utilizando as palavras-chave “Psicologia do trabalho”, “Psicologia organizacional” e “Avaliação psicológica”. A maioria dos artigos empíricos encontrados se concentrou em 2007, de autoria múltipla, com temas relacionados à saúde do trabalhador e aspectos organizacionais. Somente um dos instrumentos versava sobre um teste psicológico específico da área do trabalho, embora tenham sido encontrados ao todo 14 instrumentos psicológicos. A análise dos resultados demonstrou que embora tenha sido verificado um aumento de artigos envolvendo a avaliação psicológica no contexto do trabalho no período estudado, ainda é evidente a carência de produção em relação ao tema, sendo necessários outros artigos que possam suprir as necessidades ainda vigentes. Espera-se que este estudo possa fomentar novas pesquisas dentro do contexto da avaliação psicológica voltada ao trabalho, preenchendo as lacunas observadas.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; psicologia organizacional; revisão sistemática.

Abstract

This study sought to conduct a systematic review of the literature on psychological assessment in the work context in the database PePSIC between 2000 and 2009, using the keywords “Psychology of work”, “Organizational Psychology” and “Psychological assessment”. Most empirical articles were found in 2007, with multiple authors, and topics relating to worker’s health and organizational factors. Only one of the instruments was about a specific work psychological test, although there were found a total of 14 psychological instruments. The results showed that although it was verified an increase in articles about psychological assessment in the workplace during that period, the lack of production in the area it is still evident, and other studies are necessary to supply the present needs. It is hoped that this paper may encourage further research on the context of work psychological assessment in order to fill the current gaps.

Keywords: Psychological assessment; organizational psychology; systematic review.

^I Universidade São Francisco

^{II} Universidade Tiradentes

O interesse pela área de avaliação nas organizações confunde-se com o surgimento da própria Psicologia no final do século XIX, com os estudos de Wundt e alguns de seus alunos, como Münsterberg. De fato, coube a Münsterberg, em 1913, com a publicação do *Psychology and Industrial Efficiency*, iniciar a chamada Psicologia industrial, primeira proposta sistemática da Psicologia para o estudo do trabalho (Cruz, 2002). Atribui-se, ainda, ao próprio Münsterberg, as primeiras experiências na utilização de testes psicológicos para a seleção de pessoal, no caso, trabalhadores de linhas ferroviárias, no período de 1903 a 1916, nos EUA, além de contribuições relevantes para a classificação de recrutas durante a 1ª Guerra Mundial (Landy, 1997).

A inserção de testes psicológicos no processo de avaliação psicológica em organizações foi um dos primeiros frutos da nascente psicotécnica, movimento

iniciado por Cattell, na Inglaterra, e Binet, na França, no final do século XIX. Tal movimento teve por finalidade desenvolver os testes para a seleção e orientação profissional (Cruz, 2002). Contudo foi a Psicologia estadunidense que impulsionou o uso dos instrumentos psicológicos, conferindo-lhes prestígio junto à sociedade, a partir da década de 1930, por meio do uso dos testes de inteligência Army Alfa e Army Beta, desenvolvidos a partir da escala de Binet, e testes de aptidão utilizados nas empresas com a finalidade diagnóstica e preditiva (Baumgartl & Primi, 2006; Cruz, 2002).

De fato, a Psicologia industrial foi uma das grandes responsáveis pelo sucesso da utilização de testes psicológicos, sendo a principal organizadora dos fundamentos básicos da então chamada psicotécnica em torno dos procedimentos de descrição e interpretação do comportamento humano

e sua relação com o trabalho. Em contrapartida, a psicotécnica tornou-se o principal método de trabalho da Psicologia industrial na seleção, treinamento de habilidades e atribuição de tarefas mais ou menos complexas para o trabalhador (Cruz, 2002).

No Brasil, as primeiras experiências de aplicação da Psicologia ao trabalho ocorreram na década de 1920, mas foi durante a década de 1930 que sua prática se intensificou. Assim como nos EUA, o desenvolvimento da Psicologia industrial no Brasil esteve amplamente relacionado ao uso de testes, principalmente para a seleção de pessoal e orientação profissional (Cruz, 2002; Hoffmann & Cruz, 2003). Foi nesse período, mais precisamente em 1934, que teve início a formação de psicotécnicos no Brasil. Esses profissionais eram qualificados como especialistas em Psicologia aplicada e atuavam empregando os conhecimentos da Psicologia ao trabalho (Zanelli & Bastos, 2004).

Posteriormente, em 1962, quando foi regulamentada a profissão de Psicólogo no Brasil (Brasil, 1962), uma das funções descritas para o novo profissional foi o uso de métodos e técnicas psicológicas para a orientação e seleção profissional, juntamente com o diagnóstico psicológico, a orientação psicopedagógica e a solução de problemas de ajustamento (Silva & Merlo, 2007). O uso dos testes psicológicos, no psicodiagnóstico, educação, saúde e trabalho foram decisivos para a construção da Psicologia no Brasil, e refletiam a principal identidade do psicólogo nesse período (Hoffmann & Cruz, 2003).

Justamente nessa década, iniciou-se um processo de questionamento e desvalorização do uso de sistemas de métricas e de testes na prática da Psicologia, sustentados por um contexto sociocultural e ideológico desfavorável, fruto de uma formação deficitária em avaliação psicológica, do crescimento de paradigmas refratários ao uso da testagem, além da comercialização e uso indiscriminado de instrumentos com baixa qualidade técnica e/ou normalmente destinados a outras culturas. Assim, a utilização de instrumentos passou a ter uma considerável restrição (Custódio, 2007).

A utilização desses instrumentos no processo de avaliação psicológica no contexto organizacional ainda é contestada, conforme apontado por Pereira, Primi e Cobêro (2003), tendo em vista que grande parte dos psicólogos que utilizam instrumentos tem dificuldade em compreender se as propriedades psicométricas do

teste utilizado são adequadas ou não. Tal afirmação é complementada por Pasquali (1999) ao afirmar sobre a falta de instrumentos específicos para o contexto organizacional e do trabalho, com propriedades psicométricas adequadas. Entretanto, apesar dessas críticas, o uso de testes psicológicos se manteve, e na área da seleção de pessoal tem sido apontado como ferramenta auxiliar para o processo classificatório ou de exclusão de candidatos a postos de trabalho (Oliveira & Mourão, 2009).

Além de tais conjunturas, a Psicologia organizacional e, mais especificamente, a avaliação psicológica nesse contexto, sofreu um relativo esquecimento em decorrência do quadro de ostracismo vivenciado durante a segunda metade do século XX, tal como relatado por Sisto, Sbardelini e Primi (2001), fazendo com que a produção científica na área descaísse. Todavia, a partir do final da década de 1990, observou-se renovado interesse e investimento nessa área (Sisto, Sbardelini & Primi, 2001). Esse movimento foi fruto de um esforço coletivo para sua revalorização, com destaque para a Resolução nº 025/2001 do Conselho Federal de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2001), posteriormente revogada e substituída pela Resolução nº 002/2003 que regulamentou o uso, elaboração e comercialização de testes psicológicos no Brasil (CFP, 2003). Tal resolução determinou, entre outras coisas, critérios psicométricos mínimos para que um teste psicológico possa ser utilizado na prática profissional, e criou uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica que passou a realizar a avaliação dos instrumentos de avaliação submetidos ao CFP. Atualmente, os pareceres, favoráveis ou não, encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, SATEPSI (CFP, 2009). Chiodi e Wechsler (2008) afirmaram que o momento atual da avaliação psicológica no Brasil centraliza-se na discussão sobre a necessidade de instrumentos válidos, confiáveis e atualizados com destaque para a questão da validade e construção de instrumentos nacionais.

Nesse contexto, alguns autores mostraram o interesse e a necessidade de avaliar a produção nacional sobre avaliação psicológica em trabalhos de revisão sistemática. Assim, Barroso (2010) realizou um estudo metacientífico de artigos relacionados à avaliação psicológica nas bases de dados SciELO e BVS-PSI, tendo encontrado 65 periódicos com publicações direcionadas ao tema. Foram avaliados 333 trabalhos. A região Sudeste foi a que mais demonstrou registro

de publicações, com 58,5% dos artigos, ao passo que a região Sul foi a que mais concentrou publicações individuais. O autor percebeu um aumento ao longo dos anos no número de publicações, com destaque para o ano de 2007. Souza Filho, Belo e Gouveia (2006) verificaram a produção de artigos sobre avaliação psicológica no portal Periódicos CAPES no período de 2000 à 2004. Do total de 1.182 artigos encontrados, apenas 230 (19,50%) consideravam testes psicológicos em seu corpo. Desses, 85,50% eram de natureza empírica, e 49,10% tinham como foco a temática dos testes, como estudos que tratam de validade e construção. Quanto à origem dos autores, 47,51% eram do sudeste, concentrando-se em São Paulo, seguido de autores estrangeiros (14,94%), Região Centro-Oeste (12,26%), Sul (11,88%), Nordeste (11,49%), e, por fim, Região Norte (1,92%).

Suehiro e Rueda (2009) analisaram 100 artigos publicados em 12 volumes da Revista Avaliação Psicológica no período de 2002 e 2007. A maior quantidade de artigos foi publicada em 2006 (N=19), e na região sudeste (N=51). Também prevaleceram estudos produzidos por mais de um autor (N=88) e relatos de pesquisa (N=83). Destes, a maioria utilizou testes ou escalas (N=50), seguidos daqueles que utilizaram outro tipo de material (N=26) e ambos (N=7). Quanto ao tipo de referência consultada, os artigos científicos apresentaram em maior número que outros tipos, como teses e livros, correspondendo a mais de 50% de todos os artigos analisados.

Trabalho semelhante foi realizado por Suehiro, Cunha, Oliveira e Pacanaro (2007) na produção da *Revista Psico-USF* no período entre 1996 e 2006. As autoras analisaram 22 números dessa revista, totalizando 188 artigos. Encontrou-se um aumento na publicação a partir de 2001, com o ano de 2006 apresentando o maior número de artigos (N=25; 12,5%). A maior parte referia-se à pesquisa de campo (N=130; 69,16%), seguidos pelos teóricos (N=50; 26,59%) e relatos de pesquisa documental (N=8; 4,25%). Também nessa revisão a região sudeste contribuiu com o maior número de trabalhos (N=92; 48,94%). Dos temas estudados, 33,51% (N=63) referiam-se aos fundamentos e medidas da Psicologia, sendo o tema que apresentou maior frequência, seguida da Psicologia do ensino e aprendizagem com 12,76% (N=24), Psicologia do desenvolvimento com 7,45% (N=14), Psicologia organizacional e do trabalho, tratamento e prevenção psicológico e artigos

com temáticas múltiplas e outros com 6,38% (N=12) cada, e, por fim, Psicologia experimental com 5,32% (N=10). O tamanho das amostras variou de um a mais de 1.000, mas com predominância daqueles estudos entre 51 e 400 (N=75; 57,69%) indivíduos, com nível de escolaridade da pré-escola à pós-graduação, sendo que em 37 (28,46%) artigos os participantes eram universitários. Destaca-se que 27 (20,77%) trabalhos não detalharam essa característica de sua amostra.

Em outra frente de análise da área de avaliação psicológica produziram-se estudos interessados no uso dos testes psicológicos e no conhecimento dos psicólogos sobre conceitos básicos de psicometria. Nessa perspectiva de investigação, Pereira, Primi e Cobêro (2003) examinaram o conhecimento de psicólogos sobre os conceitos psicométricos básicos, e sua influência nas técnicas e instrumentos utilizados em seleção de pessoal. Eles inquiriram psicólogos que atuavam em 34 empresas nacionais e multinacionais sobre o uso de testes e outras técnicas de avaliação psicológica. Além disso, investigaram as concepções desses profissionais sobre o conceito de validade.

Os testes psicológicos mais citados foram os relacionados à avaliação da inteligência, às medidas de aptidões específicas e à personalidade. Ressalta-se que os profissionais entrevistados trabalhavam especialmente em seleção de pessoal. Especificamente, o Teste Wartegg, dinâmicas de grupo, entrevista estruturada, grafologia e o Teste Palográfico foram os instrumentos mais utilizados no processo de avaliação psicológica. A justificativa oferecida pelos profissionais para o seu uso foi o conhecimento da validade desses instrumentos. Contudo, os autores salientaram que mesmo os dois testes psicológicos citados, Wartegg e Palográfico, careciam de estudos de validade, e que estudos avaliando a grafologia apresentaram resultados desfavoráveis. Os autores concluíram que os psicólogos organizacionais desconheciam o conceito de validade e que isso interferia negativamente na escolha de instrumentos de avaliação (Pereira, Primi & Cobêro, 2003).

Por sua vez, Noronha, Primi e Alchieri (2005) questionaram a 304 psicólogos e estudantes de Psicologia sobre os testes que conheciam e utilizavam. Foi-lhes apresentada uma lista com 145 instrumentos psicológicos comercializados no momento em que foi realizada a pesquisa. Nessa lista os participantes deveriam indicar qual dos testes eles conheciam e usavam. Dentre os instrumentos mais presentes

destacaram-se os que avaliavam personalidade e inteligência representando, respectivamente, 43,75% e 31,25% dos testes analisados. Muitos não eram conhecidos em alguns estados, sendo que alguns, como o Teste de Prontidão Horizontes e Conceitos Básicos de Bohem, eram sistematicamente desconhecidos. Os autores destacaram a tendência dos psicólogos para utilizarem os instrumentos de avaliação psicológica que conheceram durante a graduação, e a necessidade de atualização dos profissionais.

De fato, assim como a avaliação psicológica, de maneira geral, passou por alterações, como visto anteriormente, a Psicologia aplicada ao trabalho também tem vivenciado mudanças. Em seu caso, as transformações direcionam-se num esforço por ampliar a atuação de pesquisadores e, principalmente, para novas temáticas de interesse além do papel de recrutamento e seleção, tradicionalmente relacionado à área, mais próximas às relações de trabalho e saúde do trabalhador (Cruz, 2002; Silva & Merlo, 2007).

Em consonância com essas preocupações, Borges-Andrade et al. (1997, citado por Toneto, Amazarray, Koller & Gomes, 2008) revisaram a temática da análise do comportamento organizacional em teses e dissertações de Psicologia e administração, defendidas entre 1980 e 1995, disponíveis no portal da CAPES. Os autores analisaram 186 resumos, dentre os quais 55 eram de Psicologia. Os temas com maior frequência foram sobre a saúde do trabalhador (N=22), percepção e comunicação (N=8), comprometimento (N=7), desempenho profissional (N=7), comportamento gerencial (N=7) e a organização em si (N=6).

Toneto et al. (2008), por sua vez, realizaram um levantamento da produção científica em Psicologia organizacional e do trabalho, nas revistas brasileiras do período entre 2001 a 2005 disponíveis no Portal SciELO (<http://www.scielo.br>) e da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho. Dos 1105 artigos publicados, apenas 178 foram em Psicologia organizacional e do trabalho. Dos artigos analisados, verificaram que 51 foram publicados em revista especializada. As temáticas foram agrupadas em nove categorias, comportamento organizacional (20%), avaliação e medida (19%), trabalho, identidade e subjetivação (16%), trabalho e saúde (16%), e outras temáticas como trabalho infantojuvenil, formação e atuação profissional, além de trabalho e gênero que agregaram 15% da produção avaliada. Do total, 70% eram teórico-empíricos e 30%, teóricos.

Dentre os teóricos-empíricos, 46,8% apresentaram uma abordagem quantitativa, 37,3% abordagem qualitativa, e 16,6% ambas as abordagens. A região do Centro-oeste foi a que contribuiu com o maior número de publicações, 33 artigos.

Esse movimento atenta para uma mudança de paradigma dentro da Psicologia aplicado ao trabalho, na qual, os termos Psicologia do trabalho e organizações coexistem na expectativa de contemplar dois grandes eixos de fenômenos envolvendo aspectos psicossociais. De um lado encontram-se as organizações, como ferramenta social formadora de coletivos humanos, e de outro, o trabalho, atividade básica do ser humano, reprodutora de sua própria existência e da sociedade (Bastos, 2003). A partir disso, observam-se diferenças nas perspectivas na abordagem do fenômeno do trabalho e das relações, nos temas de investigação e na metodologia utilizada, contudo, a título desse trabalho essas diferenciações não serão pormenorizadas.

Diante desse contexto de revalorização da avaliação psicológica, e de renovação na Psicologia aplicada ao trabalho, torna-se importante identificar a produção atual nessas áreas com o objetivo de indicar lacunas e carências, assim como verificar o estado da arte nessa área da Psicologia. Além disso, como apontam Sampaio e Mancini (2007), as revisões sistemáticas de literatura podem nortear o desenvolvimento de projetos e futuras investigações pela caracterização metódica de artigos na área. Assim, o presente trabalho, de caráter descritivo, teve como objetivo avaliar a produção científica que abordava a avaliação psicológica no contexto do trabalho disponível na base de dados PEPSIC. Tal escolha justifica-se pelo fato de tal base de dados ser exclusiva de revistas da ciência psicológica, contendo 84 periódicos.

Método

Instrumento

A presente revisão sistemática de literatura constituída por artigos de periódicos disponíveis na base de dados PePSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi), uma base de dados gratuita contendo publicações específicas na área de Psicologia, tanto de circulação nacional quanto internacional. A pesquisa foi realizada na primeira quinzena de setembro de 2009, tendo sido investigados artigos completos.

Procedimento

Inicialmente, para a presente pesquisa, realizada em 4 de Setembro de 2009, listou-se a produção disponível na base de dados de acordo com as palavras-chave Avaliação psicológica ou Psicologia do trabalho ou Psicologia organizacional, por serem as expressões-chave que mais se direcionam às áreas de interesse deste estudo. As palavras de pesquisas foram inseridas no campo de pesquisa assunto. Foram pesquisados somente artigos publicados entre os anos 2000 e 2009.

Assim sendo, foram encontrados 171 artigos, os quais foram submetidos a dois critérios de inclusão. O primeiro foi abordar uma temática da Psicologia aplicada ao trabalho e, o segundo, adotar método de pesquisa empírico, com o uso de testes psicológicos. Em seguida, os artigos que atenderam a esses dois critérios foram avaliados e classificados segundo quinze categorias, a saber: 1) desenho metodológico; 2) autoria única ou múltipla; 3) ano de publicação; 4) nacionalidade da revista; 5) região dos autores; 6) se inter ou intrainstitucional; 7) tema do artigo; 8) tipo de amostra; 9) idade da amostra; 10) tipo de empresa; 11) se o artigo era de caráter qualitativo ou quantitativo; 12) tipo de instrumento; 13) teste psicológico utilizado; 14) presença de dados psicométricos e, por fim, 15) tipo de referências utilizadas pelos autores. Posteriormente, foram realizadas análises descritivas por categoria.

Resultados

Dos 171 artigos encontrados, 14 (8,2%) se relacionavam com Orientação Profissional, enquanto 124 (72,5%), à avaliação psicológica, de maneira geral, e 33 (19,3%) à área de Psicologia do trabalho e das organizações. Desses, 24 eram artigos de campo, enquanto nove se referiam à revisão de literatura. Dessa forma, foram avaliados e categorizados os 24 artigos empíricos, relacionados à área de Psicologia do trabalho e das organizações, atendendo aos dois critérios de inclusão demarcados para a pesquisa.

Em relação ao desenho metodológico, buscou-se categorizar os artigos de acordo com a apresentação de seus resultados, tendo sido encontrados 20 artigos de desenho descritivo e quatro correlacional. Vale ressaltar que, dentre os artigos descritivos, um deles possuía caráter longitudinal. No que diz respeito ao

Tabela 1 - Frequência de Publicações por ano.

Ano	f	%
2000	0	0
2001	0	0
2002	1	4,2
2003	2	8,3
2004	0	0
2005	4	16,7
2006	2	8,3
2007	10	41,7
2008	4	16,7
2009	1	4,2
Total	24	100,0

ano de publicação dos artigos, verificou-se uma alta concentração nas edições de 2007, embora tenham sido encontrados trabalhos entre os anos 2002 e 2009, exceto em 2004 (Tabela 1).

Foram encontrados também oito artigos de periódicos internacionais vinculados ao PePSCIC, sendo sete deles publicados na revista *Universitas Psychologica*, de Bogotá e um pela revista *Psicologia para América Latina*, México. Nas publicações nacionais, *Psicologia: Teoria e Prática*, *Avaliação Psicológica*, *Psicologia: Ciência e Profissão* e *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* apresentaram três artigos cada, dois artigos na *Revista Psico-USF*, e na *Revista Aletheia* e *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas* um artigo em cada.

Dos 16 artigos publicados em periódicos nacionais, buscou-se verificar de quais regiões brasileiras eram os autores, tendo sido observada uma alta concentração de trabalhos na região sudeste, sendo 11 (61,1%) especificamente de São Paulo. Encontraram-se dois artigos de Santa Catarina, enquanto os estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, apresentaram apenas um artigo cada.

Considerando o critério número de autores, observou-se que apenas dois artigos eram de autoria única. Dos 22 artigos de autoria múltipla, a maioria (N=19; 63,6%) eram intra-institucionais, ou seja, autores atuando em uma mesma instituição, enquanto que três (36,4%) eram interinstitucionais, isto é, realizado por autores de diferentes instituições.

Outro critério classificatório utilizado no presente estudo envolveu os temas estudados pelos 24 artigos selecionados. Tais temas foram arranjados em

Tabela 2 - Frequência de grupo temático e temas separadamente.

Grupo temático	Tema	F		%
Aspectos organizacionais	Cultura organizacional	2		
	Relações de trabalho/relações de poder	2		
	Desenvolvimento comunitário/ cooperativismo	1		
	Percepção dos estudantes de Psicologia sobre Psicologia organizacional	1	9	27,3
	Desempenho no trabalho	1		
	Satisfação do cliente	1		
Saúde do trabalhador	Afeto no trabalho	1		
	Sufrimento psíquico/ sofrimento/ sofrimento psicológico	3		
	Estresse	2	9	27,3
	Estresse laboral	2		
	Saúde/doença	1		
Processo de Avaliação Psicológica	Comportamentos anti-sociais	1		
	Avaliação psicológica	1		
	Correlação de instrumentos psicológicos de personalidade	1		
	Pesquisa em Psicologia organizacional	1	7	21,2
	Qualidades psicométricas	3		
Processos psicológicos básicos	Validade de testes usados em seleção de pessoal	1		
	Raciocínio inferencial	1		
	Personalidade	1	4	12,1
	Inteligência	1		
Empregabilidade/desemprego	Inteligência emocional	1		
	Desemprego	2		
	Empregabilidade	1	4	12,1
Total	Percepção do desemprego	1		
			33	100,0

cinco grupos de acordo com as semelhanças temáticas (Tabela 2) por meio de consenso entre os autores. O grupo temático Processo de Avaliação Psicológica, que apresentou a maior frequência, foi abordado em 21,22% (N=7) dos artigos, enquanto os grupos Saúde do trabalhador e Aspectos Organizacionais em 27,27% (N=9) cada, seguidos da categoria Processos psicológicos básicos e Empregabilidade/desemprego, que foram investigados em 12,12% (N=4) dos artigos, cada grupo, apresentando a menor frequência.

Ressalta-se que foram mantidas as nomenclaturas utilizadas pelos autores, por exemplo, no grupo Processos psicológicos básicos, os temas inteligência e raciocínio inferencial foram contabilizados separadamente. Em especial, vale destacar os temas qualidades psicométricas e validade de testes usados em seleção de pessoal do grupo temático Processos de avaliação psicológica. Em qualidades psicométricas foram incluídos estudos que avaliaram as qualidades psicométricas dos testes, enquanto validade de testes usados em seleção de pessoal refere-se a um estudo

Tabela 3 - Frequência de amostras nos artigos publicados.

Grupos	Tipo de amostra	f		%
Funcionários de empresas	Chão de fábrica	1	6	22,30
	Funcionários	3		
	Funcionários sem cargo de chefia	1		
	Funcionários de empresa	1		
Universitário	Universitários	3	5	18,50
	Universitários que trabalham	1		
	Estudantes de pós-graduação	1		
Psicólogos	Psicólogos	3	5	18,50
	Pesquisadores da área de Psicologia	1		
	Docentes em Psicologia	1		
Policiais	Corporação policial militar	1	3	11,1
	Guardas municipais	1		
	Servidores da polícia federal	1		
Clientes/pacientes	Usuários de clínica escola	1	2	7,4
	Clientes	1		
Profissional autônomo	Vendedoras	1	2	7,4
	Trabalhador rural	1		
Desempregados	Candidatos a empregos	1	2	7,4
	Desempregados	1		
Médicos	Profissionais do setor de pediatria	1	1	3,7
Documental	Documental	1	1	3,7
Total			27	100,0

que investigou o conhecimento de psicólogos que atuavam em seleção de pessoal sobre o conceito de validade e a interferência desse conceito na escolha dos testes utilizados por esses profissionais. Além disso, como os artigos poderiam abordar mais de um tema simultaneamente o número de temas encontrados foi superior ao número de artigos.

Uma vez abordando somente os artigos relacionados a trabalhos empíricos, foi vislumbrado também o tipo de amostra estudada, isto é, se clientes de empresas, estudantes universitários, funcionários com ou sem cargos de chefia, tendo sido utilizada a mesma nomenclatura que os autores. Esses resultados foram reunidos em nove grupos, de acordo com as funcionalidades das profissões. Cabe destacar que somente um estudo ressaltou a amostra de universitários como “universitários que trabalham”, não tendo sido observada essa diferenciação nos outros três artigos que utilizaram amostra de estudantes. Além disso, funcionários de empresas foi o grupo presente em maior número de artigos representando

22,30% (N=6) dos artigos analisados. Alguns artigos trabalharam com mais de um tipo de público, assim, o número contabilizado nesse tópico é superior ao número de artigos analisados. Estes resultados podem ser visualizados na Tabela 3.

Em relação ao critério “idade da amostra”, foram encontradas as mais variadas faixas etárias, sendo que, no geral, a idade mínima foi de 16 e a máxima, de 70 anos, considerando todos os 10 artigos cujos autores apresentaram esta informação, uma vez que 14 trabalhos (58,3%) não a especificaram. No que diz respeito ao tipo de empresa, procurou-se diferenciar se as empresas onde foram aplicados os instrumentos de pesquisa eram de caráter privado, público ou misto. Do total de 24 artigos analisados, nove não especificaram o tipo de empresa, oito eram de empresas públicas, cinco de caráter privado e duas de caráter misto.

Quando categorizados os artigos se qualitativo ou quantitativo, aproximadamente a metade (N=11; 45,8%) se referiram a trabalhos de caráter quantitativo, enquanto que 12 possuíam caráter qualitativo, e um

Tabela 4 - Distribuição da categorização dos instrumentos utilizados nos artigos

Tipo de instrumento	f	%
Teste psicológico	9	34,6
Diário de campo	4	15,4
Dados documentais	3	11,5
Entrevista	3	11,5
Questionário elaborado pelo autor	3	11,5
Entrevista semi-dirigida	2	7,7
Entrevista semi-estruturada	1	3,9
Relato de experiência	1	3,9
Total	26	100,0

artigo, ambos. Também foi avaliado o tipo de referência utilizada nos artigos, sendo encontrados livros ou capítulos de livros, artigos e teses ou dissertações. Houve predominância de utilização de livros em 16 (66,67%) trabalhos e de artigos em 8 (33,33%). A média de livros utilizados por estudo foi de 10,09 (DP= 5,55) variando de zero à 28, enquanto de artigos foi de 7,59 (DP= 6,05) variando de zero à 20, e de teses foi igual a 1,67 (DP= 1,30), variando entre zero e cinco. Destaca-se que duas publicações não utilizaram artigos e uma não utilizou livros ou capítulos de livros.

Em relação ao critério “instrumento utilizado para a coleta de dados” buscou-se pontuar quais as formas de levantamento de dados utilizadas. No

caso, se por dados documentais, diários de campo, entrevistas, questionários ou testes psicológicos. Estes últimos dados são vislumbrados na Tabela 4.

Após essa classificação elencou-se os testes psicológicos, no total de 14, nos nove artigos que os utilizaram (Tabela 5). Dentre esses instrumentos encontram-se cinco que se referem a traços de personalidade EFEx, EFS, ESAFE, Teste Warteg e 16 PF; dois relacionados ao estresse, EVENT e ISSL, três de inteligência, BPR-5, RIn e Teste V2.0, e por fim, na área de empregabilidade, atenção ao cliente, avaliação ao cliente incógnito e avaliação de desempenho, um de cada. Dos 14 testes utilizados, apenas cinco são aprovados pelo SATEPSI e apenas um deles, a EVENT, está diretamente relacionada ao contexto do trabalho.

Por fim, verificou-se em cada artigo a presença da descrição de dados psicométricos dos testes psicológicos utilizados, na seção “instrumentos”. Dos nove artigos que empregaram testes psicológicos, cinco apresentaram informações psicométricas na descrição de seus instrumentos.

Discussão e Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi verificar o estado da arte da avaliação psicológica no contexto do trabalho disponibilizadas na base PePSIC entre 2000 e 2009. Ressalta-se que, isoladamente, pareceria que ambas

Tabela 5 - Distribuição dos instrumentos psicológicos utilizados nos artigos

Teste	f	%	SATEPSI
Escala Fatorial de Extroversão (EFEx)	1	6,25	S
Escala Fatorial de Socialização (EFS)	1	6,25	N
Escala de Afeto no Trabalho (ESAFE)	1	6,25	N
Escala de Empregabilidade	1	6,25	N
Teste de Complemento de Desenhos de Warteg	1	6,25	N
Bateria de Provas de Raciocínio (BPR – 5)	1	6,25	S
16 PF	1	6,25	N
Questionário de Avaliação do Desempenho	1	6,25	N
Evaluación Cliente Incógnito	1	6,25	N
Protocolo de Atención al Cliente	1	6,25	N
Teste de Raciocínio Inferencial (RIn)	1	6,25	S
Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test V2.0	1	6,25	N
Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT)	2	12,50	S
Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL)	2	12,50	S
Total	16	100,00	

as áreas tem vivenciado um momento de retomada na produção nacional após período de ostracismo que perdurou por boa parte da segunda metade do século passado. Tal afirmativa está de acordo com o apontado por Sisto, Sbardelini e Primi (2001), mas vai de encontro ao apontado por Borges-Andrade (2002). Nesse sentido, sugere-se que o mesmo delineamento de pesquisa seja estendido a décadas anteriores de produção científica na mesma base de dados, a fim de comparar se a produção na área, de fato, teve um acréscimo substancial ou não. Ainda, a realização de uma análise qualitativa do material ora identificado possibilitará uma visão panorâmica da área em questão.

Deve ser destacado também que embora estudos de revisão pareçam apontar para um gradativo crescimento na produção e ampliação dos temas investigados, os resultados ainda têm sido considerados insatisfatórios, principalmente pelo reduzido número de trabalhos publicados. De fato, estudos realizados em outras bases de dados verificaram que a quantidade de artigos que abordava a avaliação psicológica foi bastante pequena (Barroso, 2010; Souza Filho, Belo & Gouveia, 2006; Suehiro et al., 2007; Suehiro & Rueda, 2009; Toneto et al., 2008). No que se refere à interseção entre avaliação psicológica e a Psicologia aplicada ao trabalho os resultados em termos percentílicos foram semelhantes aos encontrados por Tonetto et al. (2008) e superiores aos de Suehiro et al. (2007), não sendo, contudo, menos preocupantes, haja vista o reduzido número de trabalhos.

Junto a isso, confirmou-se a concentração da produção na região sudeste, principalmente em São Paulo (Barroso, 2010; Souza Filho, Belo & Gouveia, 2006; Suehiro et al., 2007; Suehiro & Rueda, 2009), apesar de que, ao avaliarem a produção em Psicologia do trabalho e organizacional, Toneto et al. (2008) tenham encontrado maior produção na região centro-oeste. Deve ser destacado que esse resultado pode ter sido influenciado pelo fato da presente pesquisa ter sido realizada em uma base de dados diferente da pesquisada de Toneto et al. (2008), os quais investigaram a produção científica da base de dados *SciELO* e da revista *Psicologia: Organizações e Trabalho*, no período de 2001 a 2005.

Quando os artigos foram agrupados por temas verificou-se que as categorias denominadas Saúde do trabalhador e Aspectos organizacionais foram as mais frequentes. Outros estudos também

têm salientado o interesse por temas relacionados à saúde do trabalhador, além de outros temas como percepção e comunicação, comprometimento, desempenho profissional, comportamento gerencial, e estudos organizacionais (Borges-Andrade et al., 1997, citado por Toneto et al., 2008; Toneto et al., 2008). Mas, isso não se refletiu nos testes psicológicos usados, pois os artigos avaliados utilizaram-se mais de outros métodos da avaliação psicológica, como diário de campo e entrevistas, quando comparado aos testes psicológicos. Além disso, dentre esses, encontrou-se poucos testes que avaliavam construtos específicos do trabalho, como empregabilidade, cultura organizacional e estresse laboral, sendo mais frequentes aqueles que avaliavam personalidade e inteligência, temas agregados na categoria com menor número de artigos e denominada como Processos básicos. Esse achado, provavelmente não está relacionado ao método utilizado na presente pesquisa, mas sim aos apontamentos de Pasquali (1999) e Pereira, Primi e Cobêro (2003), que afirmam serem poucos os instrumentos válidos e específicos para o contexto da Psicologia do trabalho.

Noronha, Primi e Alchieri (2005) identificaram que testes de aptidão, inteligência e personalidade, construtos tradicionalmente avaliados em seleção de pessoal, encontram-se entre os mais conhecidos e utilizados pelos psicólogos. Verificando a lista de instrumentos psicológicos publicados no SATEPSI, percebe-se a ausência de testes voltados, por exemplo, à saúde do trabalhador e aspectos organizacionais, ao passo que inteligência e personalidade possuem, respectivamente, 12 e 11 testes que podem ser utilizados no contexto de seleção, de um total de 108 aprovados e divulgados em uma lista atualizada em Agosto de 2009. Salienta-se que dentre os 14 instrumentos empregados, somente cinco constam no sistema SATEPSI como aprovados para comercialização e uso do psicólogo e somente um possuía o contexto do trabalho como seu foco (SATEPSI, 2009).

Ao lado disso, a categoria Processo de avaliação psicológica, que englobou, dentre outros, temas relacionados à psicometria, foi a terceira, das cinco categorias encontradas. De maneira geral, foram poucas as publicações encontradas que investigaram as qualidades psicométricas dos testes psicológicos, mas essas pesquisas refletem o esforço em ampliar o número de estudos e revitalização da área verificado nas últimas décadas (CFP, 2001, 2003).

Segundo Chiodi e Wechsler (2008) o momento atual da avaliação psicológica no Brasil centraliza-se na discussão sobre instrumentos válidos e confiáveis, destacando-se a construção e validação de testes nacionais tendo em vista a carência de instrumentos com qualidades psicométricas apropriadas à população brasileira. A baixa frequência no uso de testes psicológicos em pesquisas além de sua concentração em alguns temas, como inteligência e personalidade, construídos com vários testes disponíveis, pode ser reflexo da carência de testes psicológicos que atendam à necessidade dos pesquisadores. Desta forma, a demanda aponta para estudos psicométricos com vistas à construção e validação de testes que avaliem construtos de interesse da área.

A variedade de temas encontrados, desde cultura organizacional, estresse laboral, avaliação psicológica, validade de testes usados em seleção, saúde/doença, comportamentos antissociais, desempenho no trabalho, satisfação do cliente, dentre outros, refletiu na variedade dos participantes estudados. Embora as amostras compostas por universitários tenha sido o segundo grupo mais investigado, refletindo talvez algum tipo de dificuldade de acesso nas empresas e a opção metodológica por uma amostra de conveniência, a maioria de participantes foi denominada genericamente de funcionários, o que talvez seja reflexo de maior interesse dos psicólogos que atuam no contexto organizacional e mais amplo acesso a empresas com fins de desenvolvimento de pesquisas.

Um ponto que merece destaque é a presença expressiva de estudos com amostras compostas por psicólogos, sendo docentes, clínicos, psicólogos organizacionais, dentre outros. Eles tinham por objetivo analisar como o profissional compreende e lida com a área organizacional ou seu conhecimento sobre avaliação psicológica. Esse interesse de pesquisa está em consonância com discussões sobre a qualidade da formação em Psicologia, preocupação de docentes e pesquisadores de diversas áreas. Em avaliação psicológica, estudos como o de Pereira, Primi e Cobêro (2003) e Noronha, Primi e Alchieri (2005) acusam o desconhecimento de conceitos básicos e apontam a má formação em avaliação psicológica e a falta de atualização como seus responsáveis.

Embora este estudo tenha avaliado apenas uma base de dados, o PePSIC, os resultados apresentados encontram-se de acordo com outros artigos de metodologia semelhante que avaliaram

outras bases de dados, como por exemplo a *SciELO* e a *CAPES*, além da produção de revistas específicas. A análise dos resultados encontrados pôde demonstrar que embora o interesse nacional em relação à avaliação psicológica no contexto do trabalho tenha aumentado, ainda é evidente a carência de produção em relação ao tema, sendo necessários outros tipos de artigos que possam suprir as necessidades ainda vigentes.

Diante do exposto, algumas conclusões podem ser alinhavadas. Inicialmente observou-se a escassez da produção relacionada à avaliação psicológica no contexto do trabalho. Desse modo, evidencia-se a necessidade da ampliação de estudos, em um primeiro momento, que objetivem a construção e validação de testes psicológicos, principalmente em temas de maior interesse da área como saúde do trabalhador e aspectos organizacionais. Mas isso não desabona a carência de estudos específicos para a validação de testes psicológicos utilizados na seleção de pessoal, já que é necessário que os testes possuam evidências de validade para cada uso e população que se propõe avaliar (Pasquali, 1999). Assim, além de estudos ampliando os temas investigados também se destaca a necessidade dos testes, cujas qualidades psicométricas estejam sob foco de investigação, sejam validados para profissões específicas.

Referências

- Barroso, S. M. (2010). Avaliação Psicológica: análises das publicações disponíveis na SciELO e BVS-PSI. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 141-154.
- Bastos, A. V. B. (2003). Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto, & V. V. Gouveia (Org.), *Construindo a Psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica* (p.139). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baumgartl, V. O., & Primi, R. (2006). *Contribuições da avaliação psicológica no contexto organizacional: um estudo com o BPR-5, o BFM-1 e o PMK*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Borges-Andrade, J. E. (2002). Trajetória da Psicologia Organizacional e do trabalho nos simpósios da

- associação nacional de pesquisa e pós-graduação em Psicologia, antes de 2000. *Estudos de Psicologia*, 7, Edição especial, 7-10.
- Brasil, Congresso Nacional. (1962). *Lei 4.119, de 27 de Agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo*. Brasília: Congresso Nacional.
- Chiodi, M. G., & Wechsler, S. M. (2008). Avaliação Psicológica: Contribuições brasileiras. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2(8), 197-210.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2001). *Resolução nº 025/2001*. Acesso em 20 de outubro de 2009, em <http://www.pol.org.br/>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2003). *Resolução nº 002/2003*. Acesso em 20 de outubro de 2009, em <http://www.pol.org.br/>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2009). *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)*. Acesso em 20 de outubro de 2009, em <http://www.pol.org.br/>
- Cruz, M. R. (2002). Medidas psicológicas em Psicologia do trabalho e das organizações. In R. M. Alchieri, J. C. Cruz, & J. J. Sardá Jr. (Orgs.), *Avaliação e medidas psicológicas* (pp. 173-182). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Custódio, E. M. (2007). Avaliação Psicológica: ensino e pesquisa na década de 1960. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 2, 49-60.
- Hoffmann, M. H., & Cruz, R. M. (2003). Síntese histórica da Psicologia do trânsito no Brasil. In M. H. Hoffmann, R. M. Cruz, & J. C. Alchieri (Orgs.), *Comportamento humano no trânsito* (pp. 405-412). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Landy, F. L. (1997). Early influences on the development of industrial and organizational-psychological. *Journal of Applied Psychology*, 82(4), 467-477.
- Noronha, A. P. P., Primi, R., & Alchieri, J. C. (2005). Instrumentos de avaliação mais conhecidos/ utilizados por psicólogos e estudantes de Psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 390-401.
- Oliveira, M. A., & Mourão, S. A. A. (2009). Vivências de R.H.: Teste, feedbacks e aconselhamentos. *Revista de Ciências Gerenciais*, 13(17), 23-44.
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM/IBAP.
- Pereira, F. M., Primi, R., & Cobêro, C. (2003). Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. *Psicologia: teoria e prática*, 5(2), 83-98.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11, 83-89.
- Silva, P. C., & Merlo, A. R. C. (2007). Prazer e sofrimento de psicólogos no trabalho em empresas privadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, 132-147.
- Sisto, F. F., Sbardelini, E. T. B., & Primi, R. (Orgs.) (2001). *Contextos e questões da avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza Filho, M. L., Belo, R., & Gouveia, V. V. (2006). Testes Psicológicos; Análise da produção Científica Brasileira no Período 2000-2004. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(3), 478-489.
- Suehiro, A. C. B., Cunha, N. B., Oliveira, E. Z., & Pacanaro, S. V. (2007). Produção científica da revista Psico-USF de 1996 a 2006. *Psico-USF*, 12(2), 327-334.
- Suehiro, A. C. B., & Rueda, F. M. (2009). Revista Avaliação Psicológica: um estudo da produção científica de 2002 a 2007. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 131-139.
- Toneto, A. M., Amazarray, M. R., Koller, S. H., & Gomes, W. B. (2008). Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil: Desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 165-173.

Zanelli, J. C., & Bastos, A. V. B. (2004). Inserção Profissional do Psicólogo em Organizações e no Trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. Bittencourt (Org.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 466-491). Porto Alegre: Artes Médicas.

Endereço para correspondência:

Prof. Dr. Makilim Nunes Baptista
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade São Francisco.
Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 - Centro
CEP 13251-900 – Itatiba/SP
E-mail: makilim.baptista@saofrancisco.edu.br

Recebido em Abril de 2011

Revisto em Julho de 2011

Aceito em Outubro de 2011

Análise Bibliométrica dos Estudos sobre Fobia Social e o Uso de Álcool

Bibliometric Analysis of Studies about Social Phobia and Alcohol Use

Sabrina Maura Pereira^I
 Francesca Stephan Tavares^I
 Letícia Côrtes de Souza^{II}
 Auxiliatrice Caneschi Badaró^{II}
 Daniel Alexandre Gouvêa Gomes^{II}
 Fabrícia Souza Peres^{II}
 Leonice Bárbara de Rezende^{II}
 Lélío Moura Lourenço^I

Resumo

A Fobia Social ou o Transtorno de Ansiedade Social é definido como um medo excessivo e persistente de uma ou mais situações sociais de desempenho. O presente estudo teve por objetivo realizar um levantamento bibliométrico de artigos indexados nas bases de dados Pubmed, PsycInfo e Web of Science, no período de 2006 a 2009, a partir do cruzamento dos descritores Social Phobia AND Alcohol. O resultado da análise de 37 artigos evidenciou diferentes tipos de instrumentos e participantes, além de maior produção advinda dos EUA. Algumas investigações ressaltaram também que a fobia social foi precedente ao uso de álcool. Verifica-se neste trabalho a importância de estudos na área para compreender melhor o diagnóstico, tratamento e prognóstico presentes nesta associação.

Palavras-chave: Fobia social; transtorno de ansiedade social; álcool; bases de dados.

Abstract

Social Phobia or Social Anxiety Disorder is defined as an excessive and persistent fear of one or more social performance situations. This study sought to identify and describe articles published in Pubmed, PsycInfo and Web of Science databases from 2006 to 2009 by crossing the descriptors Social Phobia AND Alcohol. The result of the analysis of 37 articles showed different types of instruments and participants as well as a production predominantly centered in the U.S.A. Some studies also highlighted that social phobia preceded the use of alcohol. The relevance of further studies focusing on the understanding of the diagnosis, treatment and prognosis found in this association was verified.

Keywords: Social phobia; social anxiety disorder; alcohol; databases.

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

² Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

A fobia social ou transtorno de ansiedade social é caracterizado pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-IV-TR – da Associação Psiquiátrica Americana (2002) como um medo excessivo e persistente de uma ou mais situações sociais ou de desempenho, nas quais o indivíduo pode sentir-se envergonhado ou embaraçado diante da situação ou do desempenho; além de ter medo de ser observado, julgado ou humilhado por outras pessoas.

A fobia social é uma ansiedade clinicamente significativa provocada pela exposição a certos tipos de situações sociais ou de desempenho, levando, frequentemente, ao comportamento de esquiva (DSM-IV, 1994). Caracteriza-se por um medo ou ansiedade excessiva diante das situações sociais (Nardi, 2000), acarretando prejuízos graves em diferentes áreas da vida do indivíduo, como trabalho, escolaridade, atividades sociais, etc. (D'El Rey & Pacini, 2005a).

Há dois subtipos de fobia social: o generalizado e o circunscrito (ou não-generalizado). O primeiro subtipo é o mais incapacitante, os indivíduos sofrem de maior comprometimento e de ansiedade mais grave relacionada tanto a situações de desempenho quanto a situações que requerem interação, como iniciar uma conversa, participar de pequenos grupos, comparecer a festas. O segundo subtipo é restrito a uma ou duas situações de desempenho, como falar em público, escrever ou comer na frente de outras pessoas (Knijnik, Kruter, Cordioli & Kapczinski, 2005).

As causas para o aparecimento da fobia social são bastante discutidas entre os pesquisadores. Para Knijnik (2008), o surgimento da fobia social possui causas múltiplas, um resultado das interações dos fatores genético, biológico, psicológico, cognitivo, comportamental e psicodinâmico. Segundo Terra (2005), o início dos sintomas da fobia social ocorre

tipicamente antes ou durante a adolescência, quando os relacionamentos sociais e interpessoais são importantes para a formação da identidade.

O estudo realizado nos Estados Unidos pelo National Comorbidity Survey (NCS) mostrou que a prevalência ao longo da vida para a fobia social é de 13,3%; a presença do transtorno na vida durante 12 meses é de 7,9% e em 30 dias 4,5% (Kessler, McGonagle, Zhao, Nelson, Hughes, Eshleman et al., 1994). Estudos em países ocidentais têm estimado a prevalência do transtorno de ansiedade social em 7 a 13% (Furmark, 2002).

Quanto à manifestação da fobia social por gênero, estudos epidemiológicos têm elencado que a prevalência de fobia social na população em geral pode variar de 3 a 13%. Estes valores variam em função dos limites definidos para quantificar o desconforto clínico e os tipos de situações sociais. Há maior aparecimento desse transtorno nas mulheres do que nos homens (Furmark, 2002; Rodríguez, Caballo, García-López, Alcázar & López-Gollonet, 2003). O estudo de Kessler et al. (1994) sugere que a presença da ansiedade social ao longo da vida é de 15,5% no sexo feminino e 11,1% no masculino.

A literatura tem evidenciado que fóbicos sociais têm chances de desenvolverem comorbidades (Rodríguez et al., 2003). Segundo o NCS, 81% dos pacientes com fobia social têm alguma comorbidade. Dado corroborado também nas amostras clínicas de Nardi (2000) e Falcone (1995), apontando que cerca de 80% dos pacientes com transtornos de ansiedade social relatam pelo menos uma outra doença psiquiátrica.

Com isso, as comorbidades mais frequentes da fobia social são: fobia simples, abuso ou dependência de álcool, depressão maior, transtorno do pânico, uso/abuso de substâncias psicoativas (Falcone, 1995; Rodríguez et al., 2003; Knijnik et al., 2005; D'El Rey & Pacini, 2005b).

A dependência do álcool se encontra entre os transtornos mentais mais frequentes e muitas vezes associados com transtornos afetivos, de ansiedades e de personalidades (Kessler et al. 1994).

Estimativas da prevalência de transtorno de ansiedade social comórbido com o uso desordenado de álcool é de aproximadamente 20% dos pacientes tratados com transtorno de ansiedade social, e 15% das pessoas que receberam tratamento de alcoolismo possuem esse transtorno (Thomas, Thevos & Randall, 1999).

Segundo Lépine e Pélissolo (1998), a relação entre fobia social e álcool é complexa. Os problemas

com o álcool aparecem secundariamente à fobia social atuando como estratégia de enfrentamento dos sintomas de ansiedade. Na pesquisa realizada por eles, aproximadamente 26% de pacientes diagnosticados fóbicos sociais possuem também o diagnóstico de alcoolismo, da mesma forma, 21% de alcoolistas apresentam a fobia social como transtorno.

Este dado também foi encontrado por Pirkola, Poikolainen e Lönnqvisti (2006), que mostraram que, pelo menos, um quinto dos participantes diagnosticados com transtorno depressivo e de ansiedade apresentaram dependência de álcool; confirmando a possível relação entre os dois fatores.

De acordo com um estudo realizado por Terra, Figueira e Barros (2004), pacientes com fobia social têm duas vezes mais chances de ter problemas com álcool que não fóbicos e indivíduos com problemas de alcoolismo têm nove vezes mais chance de ter fobia social que o resto da população. Dos pacientes internados, devido a problemas com álcool, 39% tinham fobia social e em todos esses a fobia precedia a dependência de álcool. Os autores perceberam que inicialmente o álcool tinha o impacto de diminuir os sintomas fóbicos sociais, no entanto a situação agravava-se posteriormente.

Esse dado também foi encontrado na pesquisa de Bittencourt, Oliveira e Souza (2005), onde dos 100 participantes internados por dependência de álcool, observou-se que 35% do total da amostra foram diagnosticados com fobia social.

Segundo o estudo de Paiva (2010), realizado no Hospital Ana Nery na cidade de Juiz de Fora com homens internados para tratamentos de alcoolismo, os resultados indicaram a associação entre fobia social e consumo de álcool, corroborando com dados da literatura. O estudo também apontou uma elevada porcentagem de prováveis casos de agorafobia (34% da amostra), indicando que a ansiedade parece estar mais associada às situações extremas de solidão e multidão, bem como de lugares abertos e fechados.

Segundo Rodríguez et al (2003), diversos estudos com populações clínicas tem evidenciado que a fobia social precede o abuso/dependência de álcool e também outras substâncias tóxicas. Afirmar esta reforçada pela hipótese da automedicação, onde o fóbico social utilizaria o álcool para reduzir a ansiedade e controlar seus medos e tensões para enfrentar as situações temidas (Barlow, 1999; Book & Randall, 2002; Nardi, 2000).

Neste sentido, a explicação para a comorbidade entre fobia social e o abuso /dependência apontada por alguns estudos é que muitos desses indivíduos ingerem álcool em excesso para reduzirem sua ansiedade social. Em mais de 40% dos casos de pacientes com transtorno de ansiedade social, especialmente do tipo generalizado, eles tentam controlar seus medos, tensões e ansiedades usando álcool ou drogas, como um tipo de automedicação para diminuir a ansiedade (Book & Randall, 2002; Nardi, 2000).

Para Carrigan e Randall (2003), essa automedicação é explicado pela crença que o álcool diminui o desconforto e a ansiedade, o que favorece a continuação do seu uso.

É possível que a expectativa positiva – acreditar que o álcool acalmará a ansiedade social – desempenhe um papel de relação entre a ansiedade social e o uso de álcool. Diferenças de expectativas podem explicar porque nem todos usam o álcool para suportar seus medos (Book & Randall, 2002).

Diante disto, o presente trabalho, além de contribuir no estudo e compreensão dessas duas patologias emergentes na contemporaneidade, teve como objetivo avaliar os indicadores bibliométricos da literatura científica no que diz respeito à fobia social e ao uso de álcool, e também de analisar os trabalhos realizados nessa área e investigar seus principais resultados.

Método

A pesquisa bibliométrica buscou encontrar artigos indexados nas bases de dados do periódico Centro de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a Fobia Social e Álcool e analisar o conteúdo da produção encontrada, visando fornecer uma espécie de panorama acerca das publicações com essa temática. O Portal Periódicos CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil a produção científica nacional e internacional por meio da democratização do acesso online às informações científicas de alto nível.

Neste sentido, foi realizada uma busca eletrônica dos artigos indexados nas bases Pubmed, PsycInfo e Web of Science, no período entre 2006 a 2009. A escolha das bases considerou o aspecto clínico/saúde da Pubmed; o aspecto psicológico da PsycInfo e o caráter multidisciplinar da Web of Science.

A busca em cada uma das referidas bases foi norteada pela associação das expressões “Social Phobia” com as palavras “Alcohol”. Assim, a obtenção dos artigos ocorreu através do cruzamento dessas palavras utilizando o operador “AND”, para limitar a pesquisa nestes dois termos.

Como resultados de busca obteve-se 200 publicações nessas bases. A partir disto, houve uma seleção dos artigos através de uma leitura prévia dos mesmos. Para tal, utilizou-se como critério de inclusão: 1) periódicos indexados; 2) artigos publicados entre 2006 e 2009; 3) estudos publicados em inglês, português, francês; 4) estudos teóricos/ revisões, estudos empíricos/ pesquisas, relato de experiência/estudo de caso; 5) referências pertinentes ao tema, tendo como enfoque norteador o estudo da comorbidade entre fobia social e álcool.

Diante disto, foi realizada uma análise desses resumos, onde se verificou que dois estavam publicados em alemão e húngaro, respectivamente, setenta e dois estavam em duplicidades. Foram excluídos setenta e nove artigos, que apesar de serem reconhecidos com as palavras-chave, não apresentavam relação direta com a fobia social e álcool. Desta forma, quarenta e sete artigos foram todos lidos na íntegra, para verificar suas características e analisá-las.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, resultaram 37 artigos que atendiam à temática estudada. Esses artigos foram analisados sistematicamente por se adequarem ao delineamento e serem relevantes para os objetivos do presente estudo.

Durante a leitura dos artigos, foram analisados os indicadores bibliométricos presentes nos campos de indexação fornecidos pelas bases, discriminando os seguintes itens: tipo de estudo; delineamento do estudo; país de publicação; periódico; ano de publicação; nome do primeiro autor; palavras-chave; tipo da amostra; sexo da amostra e instrumentos. Os dados coletados foram organizados em uma planilha do *software Excel*, visando facilitar a identificação e a análise.

Resultados

O estudo bibliométrico sobre a Fobia Social e o uso de Álcool é importante para que se possa verificar características das pesquisas existentes e possibilidades de pesquisas futuras.

A análise completa dos 37 artigos (Tabela 1) mostrou que há maior prevalência de metodologia

Tabela 01 - *Autores e ano de publicação dos artigos analisados*

Autores	Ano
Adamson, S. J., Todd, F. C., Sellman, J. D., Huriwai, T., & Porter, J.	2006
Arch, J. J., Craske, M. G., Stein, M. B., Sherbourne, C. D., & Roy-Byrne, P. P.	2006
Buckner, J. D., & Schmidt, N. B.	2006
Buckner, J. D., Timpano, K. R., Zvolensky, M. J., Ericsson, N. S., & Schmidt, N. B.	2008
Buckner, J. D., & Turner, R. J.	2009
Carlier, P. & Pull, C.	2006
Carrigan, M. H., Ham, L. S., Thomas, S. E., & Randall, C. L.	2008
Chou, K. L.	2009
Dahl, C. A. F., & Dahl, A. A.	2010
Dempsey, J. P., Randall, P. K., Thomas, S. E., Book, S. W., & Carrigan, M. H.	2009
Falk, D. E., Yi, H., & Hilton, M. E.	2008
Gerlach, A. L., Schiller, A., Wild, C., & Rist, F.	2006
Gilles, D. M., Turk, C. L., & Fresco, D. M.	2006
Ham, L. S.	2009
Ham, L. S., Bonin, M., & Hope, D. A.	2007
Ham, L. S. & Hope, D. A.	2006
Kashdan, T. B., Collins, R. L., & Elhai, J. D.	2006
Kimbrel, N. A.	2008
Marquenie, L. A., Schadé, A., Balkom, A. J. L. M., Comijs, H. C., Graaf, R., Vollebergh, W. et al.	2007
Marquenie, L. A., Schadé, A., Balkom, A. J. L. M., Koeter, M., Frenken, S., Brink, W. V. et al.	2006
Menezes, G. B., Fontenelle, L. F., & Versiani, M.	2008
Neighbors, C., Fossos, N., Woods, B. A., Fabiano, P., Sledge, M., & Frost, D.	2007
Olgiate, P., Liappas, L., Malitas, P., Piperi, C., Politis, A., Tzavellas, E. O. et al.	2007
Pélissolo, A., Huron, C., Fanget, F., Servant, D., Stiti, S., Berthe, C. R., & Boyer, P.	2006
Pirkola, S. P., Poikolainen, K., & Lonqvist, J. K.	2006
Robinson, J., Sareen, J., Cox, B. J., & Bolton, J.	2009
Richa, S., Kazour, F., & Baddoura, C.	2008
Saarni, S. I., Suvisaari, J., Sintonen, H., Pirkola, S., Koskinen, S., Aromaa, A. et al.	2007
Shepherd, R. M., & Edelman, R. J.	2007
Stevens, S., Gerlach, A. L., & Rist, F.	2008
Stewart, S. H., Morris, E., Mellings, T., & Komar, J.	2006
Stevens, S., Rist, F., & Gerlach, A. L.	2009
Sullivan, G., Craske, M. G., Sherbourne, C., Edlund, M. J., Rose, R. D., Golinelli, D. et al.	2007
Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Athayde, L. D., Palermo, L. H. et al.	2007
Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Athayde, L. D., Spanemberg, L. et al.	2006
Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Jorge, M. R., Palermo, L. H. et al.	2006
Thomas, S. E., Randall, P. K., Book, S. W., & Randall, C. L.	2008
Total	37

quantitativa (33 artigos). O delineamento de estudo mais utilizado foi o transversal, aparecendo em 64.87% dos estudos (24 artigos), seguido pelo

longitudinal com 16.22% (6 artigos) e revisão literária com 8.10% (3 artigos). Ainda foram encontrados quatro artigos que utilizavam outros

delineamentos, como, por exemplo, o estudo de caso, e compreendiam 10.81% dos artigos analisados.

Como principais países de publicação encontramos os Estados Unidos com 17 artigos indexados (46%) e Alemanha, Brasil e Reino Unido com 3 artigos publicados (8.1%) cada. Os outros 11 artigos analisados (29,75%) foram publicados em 7 países diferentes. O periódico que mais apresentou artigos indexados foi o *Journal of Anxiety Disorders* com 3 artigos indexados (8.1%), seguido por 7 periódicos, com duas publicações cada, os quais totalizaram 37,85% dos artigos.

Na Tabela 2, percebe-se um grande número de periódicos com apenas uma publicação pertinente ao tema pesquisado. Dos 37 artigos analisados, 20 artigos encontrados estão indexados em vinte periódicos diferentes totalizando 54,05%.

Sobre o ano de publicação foram encontradas 15 publicações no ano de 2006 (40.54%), 8 em 2007 (21.62%), 8 em 2008 (21.62%) e 6 em 2009 (16.22%). A análise do nome do primeiro autor verificou-se a presença de Buckner, J.D., Ham, L.S. e Terra, M.B. com 3 artigos publicados cada um, totalizando 24,3% da produção estudada. Na publicação de dois artigos cada encontrou-se Marquenie, L.A. e Stevens, S., totalizando 10,82% da amostra geral. Os autores com uma publicação apenas corresponderam a 64,87% dos 24 artigos.

A verificação das palavras-chave mais encontradas foram *Comorbidity*, *Social Anxiety* e *Social Phobia*, cada uma aparecendo em 10 artigos (6,41%) de todas as 156 palavras-chave encontradas. Destaca-se a aparição de 63 palavras-chave (40,38%) que foram utilizadas apenas 1 vez nos 37 artigos analisados. É pertinente destacar, também, o uso

da palavra-chave *Risk Factors*, elencada em oitavo lugar, sendo utilizada em 4 artigos (2,56%), abaixo das palavras-chave associadas ao tema fobia social, comorbidade, álcool e depressão; como pode ser observado na Tabela 3.

Quanto ao tipo de amostras utilizadas nos artigos encontrados, pode-se categorizá-las em quatro tipos amostrais: população em geral, população clínica (transtornos de ansiedade e/ou alcoolistas, atendidos em ambulatórios ou clínicas), estudantes e usuários de álcool.

Os resultados encontrados nesta análise foram que 16 artigos (43.24%) utilizaram, como amostra, populações clínicas, formadas por fóbicos sociais e alcoolistas. Estudos que utilizaram como amostra a população em geral e estudantes tiveram 8 artigos cada. Sobre a categoria usuários de álcool foram encontrados 2 artigos (5.41%).

Sobre o sexo dos participantes da amostra, encontraram-se 25 artigos que utilizavam uma amostra composta por ambos os sexos (67.57%). Apenas 9 artigos eram compostos ou por homens (5 artigos ou 13.51%) ou por mulheres (4 artigos ou 10.81%).

Quanto aos instrumentos mais utilizados nos artigos encontrados foram: Liebowitz (6.25%), Inventário de Depressão Beck (3.75%) e Social Phobia Scale (3.75%). Além de entrevistas semiestruturadas presente em 10 artigos ou 12.5% do total da amostra.

Discussão

Diante dos resultados apresentados pode-se observar que há uma grande produção de artigos envolvendo aspectos da fobia social e álcool, no

Tabela 2 - Frequência de Artigos Publicados em Periódicos indexados

Periódicos	Fr	%	Σ%
Journal of Anxiety Disorders	3	8,10	8,10
Addictive Behaviors	2	5,41	13,49
Annales Médico-psychologiques	2	5,41	18,90
British journal of clinical psychology	2	5,41	24,31
Cognitive therapy and Research	2	5,41	29,72
Comprehensive Psychiatry	2	5,41	35,13
Drug and alcohol dependence	2	5,41	40,54
General Hospital Psychiatry	2	5,41	45,95
Outros periódicos com um artigo	20	54,05	100,00

Tabela 3 - *Frequência das palavras chave mais utilizadas nas pesquisas.*

Palavras-chave	Fr	%	Σ%
Comorbidity	10	6.41	6.41
Social anxiety	10	6.41	12.84
Social phobia	10	6.41	19.25
Alcohol	9	5.77	25.02
Social Anxiety Disorder	6	3.85	28.87
Anxiety	5	3.21	32.08
Anxiety disorders	5	3.21	35.29
Depression	5	3.21	38.50
Risk factors	4	2.56	41.06
Alcohol expectancies	3	1.92	42.98
College students	3	1.92	44.90
Epidemiology	3	1.92	46.82
Alcohol dependance	2	1.28	48.10
Alcohol use disorder	2	1.28	49.38
Alcoholic anonymous	2	1.28	50.66
Drinking motives	2	1.28	51.94
Emotional facial expressions	2	1.28	53.22
Gender	2	1.28	54.50
Impairment	2	1.28	55.78
NESARC (National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions)	2	1.28	57.06
Primary care	2	1.28	58.34
Treatment	2	1.28	59.62
Outras palavras-chaves utilizadas uma vez	63	40.38	100.00
Total	156	100.00	

entanto, ao aplicar o critério de elegibilidade, pode-se perceber que houve uma redução considerável, já que foram descartados temas que coadunassem com a fobia social e álcool, como depressão e drogas psicoativas.

Nota-se que grande parte da publicação adveio dos Estados Unidos, fato que evidencia um maior investimento na produção científica. Observa-se também que o Brasil, considerado um país em desenvolvimento, esteve com o mesmo número de publicações que outros países desenvolvidos. Segundo Barreto (2006), isto é um resultado de maior crescimento da produção brasileira no panorama mundial nas últimas duas décadas. Observa-se que estes artigos foram produzidos pelo mesmo autor cuja vinculação institucional é a Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre.

No que se refere ao periódico, ele é um meio de comunicação importante, pois possibilita a divulgação dos dados e disseminação dos conhecimentos (Targino & Garcia, 2000). Diante disto, observa-se que há uma diversidade de revistas, o que pode indicar diferentes abordagens, ou seja, a produção científica encontra-se dispersa, não há uma predominância de publicação em uma revista específica.

Em relação à análise do primeiro autor, verificou-se que não há uma concentração de apenas um único autor a publicar. Ao analisar os trabalhos de Buckner, Ham, e Terra, nota-se que estes publicaram seus artigos em periódicos diversos, o que infere que apesar destes se dedicarem a essa temática, eles procuram divulgar seus resultados em meios de comunicação diversos e não apenas em revistas que contemplem a temática discutida.

Segundo Pacheco (2005), a produção científica tem um papel fundamental, pois contribui à Ciência, intensifica o ensino e o saber científico. Então, analisar a produção durante o período determinado possibilita uma visualização das publicações que ocorrem durante o ano. No entanto, os resultados evidenciaram que houve um decréscimo de publicações na evolução anual comparando os artigos encontrados entre 2006 e 2009.

Em relação às palavras-chave utilizadas pelos artigos, destacam-se *Comorbidity*, *Social Anxiety* e *Social Phobia*. Ou seja, palavras essas que se relacionam e que evidenciam uma possível correlação, já que a fobia social tem associação com outras morbidades, como por exemplo, o álcool.

Ressalta-se o aparecimento das palavras-chave associadas ao tema depressão e fatores de risco, pois vão para além dos temas delineados pelos descritores utilizados para a pesquisa bibliométrica e, ainda sim, se mostram expressivos no estudo da comorbidade entre fobia social e álcool.

No que se refere à amostra, encontrou-se que a maioria dos estudos pesquisou populações clínicas formadas por fóbicos sociais e alcoolistas. Quanto ao gênero, observa-se que muitos estudos utilizaram como participantes ambos os sexos, o que favorece para um maior entendimento da comorbidade fobia social e álcool. Alguns autores evidenciam que o número de internações por problemas por uso de álcool é maior nos homens do que nas mulheres, mesmo tendo a ansiedade social presente (Bittencourt, Oliveira & Souza, 2005).

O diagnóstico precoce e a identificação do quadro clínico são fundamentais para prevenir o aparecimento da comorbidade e o agravamento da situação clínica (Osório, Crippa & Loureiro, 2005). Diante disto, os instrumentos de rastreio são importantes, pois auxiliam os profissionais de saúde no processo de diagnóstico e prognóstico. É interessante notar que os meios mais utilizados de instrumentos de avaliação referem-se a questionários, entrevistas estruturadas ou semiestruturada desenvolvidas para a pesquisa seguida de escalas/inventários validados. É inegável a importância da entrevista na pesquisa científica. No entanto, a significativa quantidade de “entrevistas semiestruturadas” encontradas chama a atenção em função da perspectiva qualitativa desse instrumento.

Considerando que a existência desta comorbidade traz consequências para o diagnóstico, o tratamento e o prognóstico desses transtornos, torna-

se importante desenvolver instrumentos que sejam capazes de identificar com mais precisão essa relação, já que sujeitos fóbicos sociais raramente procuram tratamento para este tipo de patologia (Sheeran & Zimmerman, 2002).

Apesar de não ter sido o principal objeto de análise elencar os resultados dos estudos encontrados, fez-se oportuno demarcar que as investigações evidenciaram que a fobia social precede, em muitos casos, os problemas relacionados ao abuso e/ou dependência de álcool (Ham, Bonin & Hope, 2007; Marquenie, Schadé, Balkom, Comijs, Graaf, Vollebergh et al., 2007; Buckner, Timpano, Zvolensky, Ericsson & Schmidt, 2008; Falk, Yi & Hilton, 2008; Buckner & Turner, 2009) e está correlacionada com o desenvolvimento de outras morbidades psiquiátricas (Menezes, Fontenelle & Versiani, 2008; Chou, 2009). Estes achados coadunam com dados relatados na literatura que expõem a fobia social como um desencadeador de outros problemas psiquiátricos, sendo muitas vezes, precedente a outros transtornos (Rodríguez et al. 2003; Bados, 2009)

Notou-se ainda que o consumo de álcool pode ser iniciado ou mantido pelos fóbicos sociais como forma de automedicação, com a finalidade de controlar os medos e as tensões advindas das relações sociais (Kashdan, Collins & Elhai, 2006; Shepherd & Edelman, 2007; Kimbrel, 2008; Robinson, Sareen, Cox & Bolton, 2009).

Considerações Finais

A fobia social ou transtorno de ansiedade social tem seu início na adolescência, possui um curso crônico e, muitas das vezes, incapacitante com probabilidades de desenvolverem comorbidades. Diante disto, tem sido descrito como um problema de saúde pública (Furmark, 2002; Tillfors & Furmark, 2007).

Essa comorbidade tornou-se objeto de investigação de muitos estudos epidemiológicos e clínicos, indicando que esses transtornos coocorrem com frequência na população geral. Entretanto, no Brasil ainda não se tem estudos epidemiológicos que possam descrever e estimar essa comorbidade.

Diante disto, o presente trabalho visou fornecer um panorama das pesquisas em bases de dados internacionais que evidenciassem essa relação, já que pode ser vista como complexa e prejudicial para o desenvolvimento humano e para a qualidade de vida.

Este trabalho demarca a necessidade de realizar estudos epidemiológicos que tracem o perfil da comorbidade e como se manifesta na população brasileira, assim como, se faz necessário pesquisas em outras bases de dados, não citadas neste trabalho, com a finalidade de fornecer uma maior compreensão e entendimento do diagnóstico, tratamento e prognóstico dessa relação.

Referências

- Adamson, S. J., Todd, F. C., Sellman, J. D., Huriwai, T., & Porter, J. (2006). Coexisting psychiatric disorders in a New Zealand outpatient alcohol and other drug clinical population. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 40, 164-170.
- Arch, J. J., Craske, M. G., Stein, M. B., Sherbourne, C. D., & Roy-Byrne, P. P. (2006). Correlates of alcohol use among anxious and depressed primary care patients. *General Hospital Psychiatry*, 28, 37-42.
- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - Fourth Edition: DSM-IV* (4th ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Associação Psiquiátrica Americana. (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (4a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bados, A. (2009). *Fobia Social: naturaleza, evaluación y tratamiento*. Universitat de Barcelona. Departament de Personalitat, Avaluació i Tractament Psicològic. Acesso em 16 de Janeiro de 2011, em <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/6321>.
- Barlow, D.H. (1999). *Manual clínico dos transtornos psicológicos* (2ª ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Barreto, L. M. (2006). Crescimento e tendência da produção científica em epidemiologia no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 40, 79-85.
- Bittencourt, S.A., Oliveira, S. M., & Souza, C. C. (2005). Estudos de relação entre fobia social e uso de álcool. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 1(2), 135-146.
- Book, S.W., & Randall, C.L. (2002). Social anxiety disorder and alcohol use. *Alcohol Research and Health*, 26(2), 130-135.
- Buckner, J. D., & Schmidt, N. B. (2006). Social Anxiety and Problematic Alcohol Consumption: The Mediating Role of Drinking Motives and Situations. *Behavior Therapy*, 37, 381-391.
- Buckner, J. D., Timpano, K. R., Zvolensky, M. J., Ericsson, N. S., & Schmidt, N. B. (2008). Implications of comorbid alcohol dependence among Individuals with social anxiety disorder. *Depress Anxiety*, 25(12), 1028-1037.
- Buckner, J. D., & Turner, R. J. (2009). Social anxiety disorder as a risk factor for alcohol use disorders: A prospective examination of parental and peer influences. *Drug and Alcohol Dependence*, 100, 128-137.
- Carlier, P., & Pull, C. (2006). Les troubles anxieux comme facteurs de risqué pour la dépression et les troubles liés à l'utilisation d'alcool. *Annales Médico-Psychologiques*, 164, 122-128.
- Carrigan, M., & Randall, C. (2003). Self-medication in social phobia: A review literature. *Addictive Behaviors*, 28, 269-284.
- Carrigan, M. H., Ham, L. S., Thomas, S. E., & Randall, C. L. (2008). Alcohol Outcome Expectancies and Drinking to Cope with Social Situations. *Addict Behav*, 33(9), 1162-1166.
- Chou, K. L. (2009). Social anxiety disorder in older adults: Evidence from the National Epidemiologic Survey on alcohol and related conditions. *Journal of Affective Disorders*, 119, 76-83.
- Dahl, C. A. F., & Dahl, A. A. (2010). Lifestyle and social network in individuals with high level of social phobia/anxiety symptoms: a community-based study. *Soc Psychiat Epidemiol*, 45, 309-317.
- Dempsey, J. P., Randall, P. K., Thomas, S. E., Book, S. W., & Carrigan, M. H. (2009). Treatment of Social Anxiety with Paroxetine: Mediation of Changes in Anxiety and Depression Symptoms. *Compr Psychiatry*. 50(2), 135-141.

- D'El Rey, G. J. F., & Pacini, C. A. (2005a). Tratamento da fobia social circunscrita por exposição ao vivo e reestruturação cognitiva. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 32 (4), 231-235.
- D'El Rey, G. J. F., & Pacini, C. A. (2005b). Comorbidade com a dependência de substâncias nos subtipos da fobia social. *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, 9(3), 207-210.
- Falcone, E. M. O. (1995). Fobia Social. In B. Rangé (Org), *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva de Transtornos Psiquiátricos* (pp. 133-149). Campinas: Editorial Psy.
- Falk, D. E., Yi, H., & Hilton, M. E. (2008). Age of Onset and Temporal Sequencing of Lifetime DSM-IV Alcohol Use Disorders Relative to Comorbid Mood and Anxiety Disorders. *Drug Alcohol Depend*, 94(1-3), 234-245.
- Furmark, T. (2002). Social phobia: overview of community surveys. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 105, 84-93.
- Gerlach, A. L., Schiller, A., Wild, C., & Rist, F. (2006). Effects of alcohol on the processing of social threat-related stimuli in socially phobic women. *British Journal of Clinical Psychology*, 45, 279-295.
- Gilles, D. M., Turk, C. L., & Fresco, D. M. (2006). Social anxiety, alcohol expectancies, and self-efficacy as predictors of heavy drinking in college students. *Addictive Behaviors*, 31, 388-398.
- Ham, L. S. (2009). Positive Social Alcohol Outcome Expectancies, Social Anxiety, and Hazardous Drinking in College Students. *Cogn Ther Res*, 33, 615-623.
- Ham, L. S., Bonin, M., & Hope, D. A. (2007). The role of drinking motives in social anxiety and alcohol use. *Journal of Anxiety Disorders*, 21, 991-1003.
- Ham, L. S., & Hope, D. A. (2006). Incorporating Social Anxiety into a Model of College Problem Drinking: Replication and Extension. *Psychol Addict Behaviors*, 20(3), 348-355.
- Kashdan, T. B., Collins, R. L., & Elhai, J. D. (2006). Social Anxiety and Positive Outcome Expectancies on Risk-Taking Behaviors. *Cogn Ther Res*, 30, 749-761.
- Kessler, R. C., McGonagle, K., Zhao, S., Nelson, C. B., Hughes, M., Eshleman, S. et al. (1994). Lifetime and 12-month prevalence of DSM-III-R psychiatric disorders in the United States: results from the national comorbidity survey. *Archives of General Psychiatry*, 51(1), 8-19.
- Kimbrel, N. A. (2008). A model of the development and maintenance of generalized social phobia. *Clinical Psychology Review*, 28, 592-612.
- Knijnik, D. Z. (2008). *Fobia Social Generalizada: um estudo comparativo de duas modalidades terapêuticas*. Tese de Doutorado, UFRS, Porto Alegre, Brasil.
- Knijnik, D. Z., Kruter, B., Cordioli, A. V., & Kapczinski, F. (2005). *Tratamento Farmacológico na fobia social: diretrizes e algoritmo*. Porto Alegre: Artmed.
- Lépine, J. P., & Pélioso, A. (1998). Social phobia and alcoholism: A complex relationship. *Journal of Affective Disorders*, 50, S23-S28.
- Marquenie, L. A., Schadé, A., Balkom, A. J. L. M., Comijs, H. C., Graaf, R., Vollebergh, W., et al. (2007). Origin of the Comorbidity of Anxiety Disorders and Alcohol Dependence: Findings of a General Population Study. *Eur Addict Res*, 13, 39-49.
- Marquenie, L. A., Schadé, A., Balkom, A. J. L. M., Koeter, M., Frenken, S., Brink, W. V., et al. (2006). Comorbid phobic disorders do not influence outcome of alcohol Dependence treatment. Results of a naturalistic follow-up study. *Alcohol & Alcoholism*, 41(2), 168-173.
- Menezes, G. B., Fontenelle, L. F., & Versiani, M. (2008). Gender effect on clinical features and drug treatment response in social anxiety disorder (social phobia). *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*, 12(2), 151-155.
- Nardi, A. E. (2000). *Transtorno de ansiedade social: fobia social – a timidez patológica*. Rio de Janeiro: Medsi.

- Neighbors, C., Fossos, N., Woods, B. A., Fabiano, P., Sledge, M., & Frost, D. (2007). Social Anxiety as a Moderator of the Relationship Between Perceived Norms and Drinking. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 68, 91-96.
- Olgati, P., Liappas, L., Malitas, P., Piperi, C., Politis, A., Tzavellas, E. O., et al. (2007). Depression and Social Phobia Secondary to Alcohol Dependence. *Neuropsychobiology*, 56, 111-118.
- Osório, F. L., Crippa, J. A. S., & Loureiro, S. L. (2005). Instrumentos de avaliação do transtorno de ansiedade social. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 32 (2), 73-83.
- Pacheco, E. M. C. (2005). Produção Científica e Avaliação Psicológica. In G. P. Witter (Org), *Metaciência e Psicologia* (pp. 07-34). Campinas, SP: Alínea.
- Paiva, D. P. (2010). *O estudo da fobia social e do abuso/dependência de álcool no âmbito da atenção terciária à saúde*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.
- Pélissolo, A., Huron, C., Fanget, F., Servant, D., Stiti, S., Berthe, C. R., et al. (2006). Les phobies sociales en psychiatrie: caractéristiques cliniques et modalités de prise en charge (étude Phoenix). *L'Encéphale*, 32,106-12.
- Pirkola, S. P., Poikolainen, K., & Lonnqvist, J. K. (2006). Currently active and remitted alcohol dependence in a nationwide adult General population—results from the finnish health 2000 study. *Alcohol & Alcoholism*, 41(3), 315-320.
- Richa, S., Kazour, F., & Baddoura, C. (2008). Comorbidity des troubles anxieux avec l'alcoolisme. *Annales Médico Psychologiques*, 166, 427-430.
- Robinson, J., Sareen, J., Cox, B. J., & Bolton, J. (2009). Self-medication of anxiety disorders with alcohol and drugs: Results from a nationally representative sample. *Journal of Anxiety Disorders*, 23, 38-45.
- Rodríguez, J. O., Caballo, V. E., García-López, L. J., Alcázar, A. I. R., & López-Gollonet, C. (2003). Una revisión de los estudios epidemiológicos sobre fobia social en población infantil, adolescente y adulta. *Psicología Conductual*, 11(3), 405-427.
- Saarni, S. I., Suvisaari, J., Sintonen, H., Pirkola, S., Koskinen, S., Aromaa, A., et al. (2007). Impact of psychiatric disorders on health-related quality of life: general population survey. *British Journal of Psychiatry*, 190, 326-332.
- Sheeran, T., & Zimmerman, M. (2002). Social phobia: still a neglected anxiety disorder? *J Nerv Ment Dis*, 190(11), 786-788.
- Shepherd, R. M., & Edelman, R. J. (2007). Social phobia and the self medication hypothesis: A case study approach. *Counselling Psychology Quarterly*, 20(3), 295-307.
- Stevens, S., Gerlach, A. L., & Rist, F. (2008). Effects of alcohol on ratings of emotional facial expressions in social phobics. *Journal of Anxiety Disorders*, 22, 940-948.
- Stevens, S., Rist, F., & Gerlach, A. L. (2009). Influence of alcohol on the processing of emotional facial expressions in individuals with social phobia. *British Journal of Clinical Psychology*, 48, 125-140.
- Stewart, S. H., Morris, E., Mellings, T., & Komar, J. (2006). Relations of social anxiety variables to drinking motives, drinking quantity and frequency, and alcohol-related problems in undergraduates. *Journal of Mental Health*, 15(6), 671-682.
- Sullivan, G., Craske, M. G., Sherbourne, C., Edlund, M. J., Rose, R. D., Golinelli, D., et al. (2007). Design of the Coordinated Anxiety Learning and Management (CALM) Study: Innovations in Collaborative Care for Anxiety Disorders. *Gen Hosp Psychiatry*, 29(5), 379-387.
- Targino, M.G., & Garcia, J.C.R. (2000). Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da Informação*, 29(1), 103-117.

Terra, M. B. (2005). *Fobia social e alcoolismo: um estudo da comorbidade*. Tese de doutorado, Departamento de psiquiatria, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Athayde, L. D., Palermo, L. H., et al. (2007). Predictors of engagement in the Alcoholics Anonymous group or to psychotherapy among Brazilian alcoholics. A six-month follow-up study. *Eur Arch Psychiatry Clin Neurosci*, 257, 237-244.

Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Athayde, L. D., Spanemberg, L., et al. (2006). Does co-occurring social phobia interfere with alcoholism treatment adherence and relapse?. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 31(4), 403-409.

Terra, M. B., Barros, H. M. T., Stein, A. T., Figueira, I., Jorge, M. R., Palermo, L. H., et al. (2006). Social anxiety disorder in 300 patients hospitalized for alcoholism in Brazil: high prevalence and undertreatment. *Comprehensive Psychiatry*, 47, 463-467.

Terra, M. B.; Figueira, I., & Barros, H. M. T. (2004). Impact of alcohol intoxication and withdrawal syndrome on social phobia and panic disorder in alcoholic in patients. *Revista do Hospital das Clínicas, São Paulo*, 59(4), 187-192.

Thomas, S. E., Randall, P. K., Book, S. W., & Randall, C. L. (2008). A Complex Relationship Between Co-occurring Social Anxiety and Alcohol Use Disorders: What Effect Does Treating Social Anxiety Have on Drinking?. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 32(1), 77-84.

Thomas, S. E. Thevos, A. K., & Randall, C. L. (1999). Alcoholics with and without Social Phobia: A Comparison of Substance Use and Psychiatric Variables. *Journal of Studies on Alcohol*, 60 (4), 472 - 479.

Tillfors, M., & Furmark, T. (2007). Social phobia in Swedish university students: prevalence, subgroups and avoidant behavior. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 42, 79-86.

Endereço para correspondência:

Polo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva
Universidade Federal de Juiz de Fora.
Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro
CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG
E-mail: lelio.lourenco@ufff.edu.br

Enviado em Junho de 2011

Revisto em Setembro de 2011

Aceito em Outubro de 2011

Entrevista com a Prof^a Ana Maria Jacó-Vilela

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira¹
Cíntia Fernandes Marcellos¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

A carreira da professora Ana Maria Jacó Vilela é expressiva da consolidação da Psicologia no Brasil e, em particular, do desenvolvimento da área de história da Psicologia. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1972), com mestrado em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1980) e doutorado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo (1996), Ana Jacó fez seu pós-doutorado em história e historiografia da Psicologia na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha (2004). Ao longo de sua carreira profissional, presidiu a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) (2006-2007) e foi vice-presidente de sua Regional Rio (2008-2009), e exerceu a docência em várias instituições privadas antes de ingressar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde ministra disciplinas, orienta no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e coordena o laboratório de pesquisas em história da Psicologia Clio-Psyché, que reúne estudantes de graduação e pós-graduação. Seu campo de investigação inclui a história da Psicologia no Brasil, a relação médica com o campo psi e questões de gênero na construção desse campo. Ana Jacó também participa do Grupo de Trabalho de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), e integra a Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia, sendo atualmente coordenadora destes últimos. Além disso, é presidente da ANPEPP e parecerista de agências de fomento à pesquisa em âmbito estadual, nacional e internacional.

Em março de 2010, a professora Ana Jacó visitou o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora para participar do evento “Psicologia: Perspectivas e interfaces contemporâneas” e, nesta ocasião, concedeu esta entrevista.

1. Psicologia em Pesquisa: Ao falar sobre história da Psicologia, gostaríamos de começar pedindo que falasse um pouco sobre a sua história na Psicologia.

Ana Jacó: Eu faço parte de uma das primeiras gerações de psicólogos. Eu comecei o curso de Psicologia na UFMG em 1968 e depois fui para o Rio. Nessa época, eu não queria saber mais de estudar, queria trabalhar. Fui trabalhar num estaleiro em Niterói, com Psicologia do trabalho. Na época, via a Psicologia do trabalho como aquilo que restava, já que eu não suportava o trabalho em escola. Na minha época, tínhamos um preconceito muito grande contra a Psicologia na escola, achávamos que era algo feito por pedagogos enrustidos, pelo pessoal mais fraquinho da Psicologia. Eu também não queria trabalhar com clínica, pois achava aquilo chatíssimo, além de nunca ter tido vontade de trabalhar num ambiente privado. Eu não suportava aquilo e, por isso, embora tivesse trabalhado em hospital psiquiátrico e em uma comunidade terapêutica, em consultório mesmo nunca trabalhei. Apesar de o trabalho na indústria, na época, ser visto como coisa de capitalista, de ‘vendidos’, bem ou mal era o que sobrava. Assim, quando eu fui para o Rio, surgiram dois empregos: um para dar aula e um para trabalhar numa empresa. Eu dei aula por pouco tempo e a empresa foi um emprego melhor, mais duradouro, no qual trabalhei cinco anos. E aí sim, apareceu interesse em fazer mestrado, que fiz na fundação Getúlio Vargas, em Psicologia Social, e só então entrei para o magistério. Desde 1977, eu só me dedico ao magistério. Eu comecei no magistério em instituições particulares e nelas havia o que chamávamos de “professor de carreira”. Dávamos aula do que aparecia. Eu dei aula de Psicologia da Aprendizagem e de diversas outras disciplinas nas universidades particulares em que trabalhei. Trabalhei numa belíssima universidade particular, a Universidade Santa Úrsula, e aprendi muito lá, aprendi muito sobre Psicologia, sobre o que é a universidade, já que a Santa Úrsula foi, no

final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, uma grande universidade, um grande curso de Psicologia no Rio de Janeiro. Foi uma experiência riquíssima. Infelizmente, as boas experiências em universidades particulares duram muito pouco tempo. Elas tendem a acabar porque, de uma forma ou de outra, surgem as crises e na Santa Úrsula não foi diferente. Nessa época eu já tinha feito concurso para a UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a UERJ ainda adotava um sistema muito parecido com o de horista. Quando eu entrei para a UERJ, trabalhava com 7 horas, passei para 11 e depois passei para 15. E justo quando aconteceu a crise na Santa Úrsula, ocorreu a grande crise positiva na UERJ. Foi quando a UERJ conheceu uma transformação interna pela luta, pelo movimento dos professores e se reformulou totalmente, em termos de carreira docente, em termos de desenvolvimento de pesquisa etc. A partir daí, eu fiquei só na UERJ. Desde 1988 eu sou professora tempo contínuo, com dedicação exclusiva à UERJ. Dentro da UERJ, eu sempre trabalhei com Psicologia Social e, nessa época, a Psicologia Social dominante era a cognitivista norte americana, mas como eu tinha estudado na UFMG, tinha muita influência da psicossociologia francesa, e através dela foi fácil entender e me aproximar do pessoal que estava trazendo o institucionalismo para o Brasil e para o Rio, especialmente. Eu transitava entre essas diferentes abordagens da Psicologia Social e sempre trabalhei com tudo isso, e foi aí, na Psicologia Social, que eu recebi um convite pra trabalhar numa pesquisa do professor Luiz Fernando Dias Duarte, do Museu Nacional, sobre a institucionalização dos saberes psi no Rio de Janeiro. Durante certo tempo, a pesquisa teve um caráter mais teórico, com mais estudos de textos. A partir de certo momento, passamos para os trabalhos empíricos e, então, precisamos de alguém para investigar Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Eu fiquei com a Psicologia, porque havia acabado de concluir o doutorado, e enquanto eu estava fazendo o doutorado, descobri que não sabia nada de história da Psicologia no Brasil. Eu li um ou dois textos na época que falavam de uma Psicologia nos anos 1930 e fiquei assustadíssima, porque para mim aquilo tinha nascido em 1962. Antes de 1962 nada existia. Por isso achei que essa era uma oportunidade ímpar, e foi aí que eu comecei a trabalhar com história da Psicologia no Brasil. Desde então, e isso já tem mais

de 15 anos, fomos conseguindo as coisas aos poucos. Conseguimos uma sala, que se transformou num núcleo de pesquisa... Hoje em dia eu sou professora de História da Psicologia I e II na graduação, sou professora de disciplinas de História da Psicologia e História da Psicologia social na pós-graduação. Continuo vinculada à Psicologia social, através de disciplinas como “Os Intelectuais e o Povo, Uma Interface entre História, Psicologia e Antropologia” e “Indivíduo e Sociedade”. Na graduação é que eu não mudo mais, porque eu acho que eu dou muito bem, modéstias às favas, História da Psicologia. Além disso, não tem ninguém para dar a matéria. Há outro professor que dá História da Psicologia, mas ele dá quase que exclusivamente uma visão epistemológica da Psicologia, e um tanto quanto da história da Psicologia europeia, e eu acho que faz falta para os alunos saberem da história da Psicologia no Brasil. Então, na graduação eu fico só com a História da Psicologia. Durante todo esse processo, a tal salinha se transformou, e acho que posso dizer que hoje em dia é um núcleo de pesquisa bem reconhecido em âmbitos de pesquisa para o pessoal que trabalha com história aqui no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Chile, que é o “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia - Clio-Psyché”. Temos um número grande de pessoas trabalhando lá, em torno de 8 alunos de graduação, 7 de pós graduação, mais o pessoal de apoio técnico. Temos um acervo de documentos que é melhor do que o de algumas bibliotecas, com livros, fontes primárias. Temos também muitas teses e dissertações brasileiras sobre história da Psicologia.

2. Psicologia em Pesquisa: Fale mais sobre as atividades do núcleo “Estudos e Pesquisas em Psicologia - Clio-Psyché”:

Ana Jacó: O esforço atual tem sido organizar esse material, o que tem sido feito pelo pessoal de apoio técnico. A conquista mais recente foi a abertura de uma seção, da qual eu sou a editora, na Revista do Instituto de Psicologia da UERJ, a “Estudos e Pesquisas em Psicologia”, que se chama seção “Clio-Psyché”, em homenagem ao nosso núcleo. A ideia é publicar de 4 a 5 artigos em cada número da revista. Uma última proposta surgiu de dois alunos de pós-graduação, um doutorando e uma mestranda, e eu adorei: fazer um curso de educação a distância sobre história da Psicologia no Brasil.

3. Psicologia em Pesquisa: Uma vez que estamos falando em educação, qual é a importância que a professora vê na história da Psicologia para a formação do psicólogo em geral e para o profissional psicólogo, em particular?

Ana Jacó: Eu vejo que a importância da história para qualquer área, de uma maneira geral, está na desnaturalização das nossas crenças, dos nossos conhecimentos, das nossas certezas. Esse é o ponto central. Como falava da minha própria história, eu tinha certeza que a Psicologia tinha nascido em 1962. Quer dizer, tinha uma ideia de origem, com uma data fixada e tudo o mais, e o conhecimento histórico nos leva a ver que as coisas não são bem assim, nos leva a lidar também com a incerteza. Na história da Psicologia você vê isso, que não se pode falar que a Psicologia 'surtiu' em tal ou qual momento. E o que era feito antes, aquilo era Psicologia ou não era Psicologia? Você lida com outros sentidos que te ajudam a entender melhor a sua própria prática, a sua própria realidade. Eu acho isso muito importante para o psicólogo, porque eu acho que o psicólogo demonstra às vezes um certo desejo de ser médico. O profissional psicólogo, de uma maneira geral, tem um sentido de onipotência muito grande, no sentido de ser dono da verdade, de saber o que é melhor pro outro, e essa possibilidade de desnaturalizar suas crenças ajuda nesse processo de perda da onipotência.

4. Psicologia em Pesquisa: A professora considera que há um aumento do interesse por história da Psicologia no Brasil?

Ana Jacó: Sim, há um aumento. E acho que se deve em grande parte ao trabalho do Conselho Federal de Psicologia. Apesar de, como dizem os próprios historiadores, ser muito difícil avaliar aquilo que se está vivendo, e nós não avaliamos ainda, com muita clareza, o papel do grupo da Ana Bock no Conselho Federal de Psicologia, vemos alguns pontos positivos e negativos. Porém, os efeitos em termos da profissão e mesmo da academia, só teremos condição de avaliar mais à frente. Contudo, eu acho que o trabalho que o CFP fez para preservar, para divulgar e para mostrar que há uma história da Psicologia no Brasil é muito importante nesse sentido. Além disso, há a contribuição dos diferentes trabalhos feitos por todos os lados. Temos um grupo de trabalho na ANPEPP, que aparece e apresenta os seus trabalhos. E, com isso, as pessoas têm interesse, aparecem nas conferências, um maior número de cursos têm disciplinas de História da

Psicologia, os professores dos cursos novos demonstram muito interesse em 'historicizar' as suas áreas. E há um detalhe: eu não acho tão importante assim um curso não ter a disciplina História da Psicologia. Eu acho mais importante que as diferentes disciplinas 'historicizem' o seu próprio campo do conhecimento. Do contrário, acho até que fica um corte muito esquisito: você dá a disciplina História da Psicologia e depois vai o outro professor e fala de uma teoria sei lá das quantas, como se essa teoria pairasse no tempo e no espaço. Eu acho que seria muito mais rico se essas teorias fossem dadas de uma forma historicizada. Mas, enfim, nós vemos um maior número de professores interessados nessas coisas, embora ainda seja um movimento secundário, muito pequeno. Por exemplo, noutro dia conversava com o prof. Saulo Araujo, responsável pelas disciplinas relacionadas à História da Psicologia na UFJF, e ele falava da necessidade de se ter um professor para compartilhar com ele os trabalhos nessa área. Eu disse a ele que, na UERJ, eu continuo sozinha. Em certa ocasião, apresentei ao meu departamento a necessidade de um concurso para história da Psicologia e vários se manifestaram, dizendo que primeiro teria que haver um para a área de trabalho, de escolar, de saúde... Ou seja, são muitas demandas e as de história vão sempre ficando para trás, por mais que as pessoas reconheçam sua importância. Ou seja, acho que estou sendo meio ambivalente, mas as coisas são ambivalentes mesmo.

5. Psicologia em Pesquisa: Como a professora avalia o atual cenário brasileiro de pesquisa em História da Psicologia?

Ana Jacó: O cenário atual melhorou muito. Se você comparar, por exemplo, com o período em que eu comecei a trabalhar, lá no começo dos anos 1990, você praticamente não encontrava livro, não encontrava artigo e não existiam pessoas que trabalhavam com história da Psicologia. Pouco depois, você encontrava os livros da Marina Massimi, o da Mitsuko Antunes, em 1994 ou 1995 foi criado o GT da ANPEPP, mas éramos 3 ou 4 pessoas. Hoje em dia o GT da ANPEPP conta com quase 30 pessoas e elas formam outras. O próprio CFP criou um grupo de trabalho sobre história da Psicologia, para discutir o que o Conselho faz sobre história da Psicologia, várias instituições criaram projetos para sua memória, como a UERJ e a UFRJ. Isso leva os institutos de Psicologia a pensarem na sua memória também e o processo vai assim, levando as pessoas a pensar: e, afinal, Psicologia o que é? Essa nossa

Psicologia tem história ou não tem? Além disso, hoje temos duas revistas de história da Psicologia, mais a seção “Clio-Psyché”. Há livros como aquele organizado por mim, pelo Francisco Portugal e pelo Arthur Leal, “História da Psicologia: Rumos e percursos”, que provavelmente já vai alcançar a terceira edição e é um exemplo de livro didático brasileiro, numa área difícil como é a área de história da Psicologia, e que está vendendo muito: já foram quatro tiragens, de 1500 exemplares, ou seja, 6000 exemplares em três anos. Para um livro didático no mercado brasileiro é muita coisa. Por tudo isso eu acho que o interesse cresceu muito, assim como a pesquisa e o estudo de história da Psicologia. É lógico que se compararmos com outras áreas, talvez não tenha crescido tanto, mas se compararmos com o desenvolvimento da própria área ao longo desses anos, o crescimento foi muito grande.

6. Psicologia em Pesquisa: Quais aspectos a professora considera fundamentais para o ensino de história da Psicologia?

Ana Jacó: Bom, é um pouco complicado porque se trata de recursos didáticos, do estilo de cada professor. Cada um gosta ou prefere trabalhar de um jeito. Eu exijo muita leitura e muita pesquisa, dou muito incentivo à pesquisa, a que o aluno leia por conta própria e escreva. Eu acho que a geração de vocês tem uma diferença crucial em relação à minha: na minha época, escrevíamos muito bem e nem sempre falávamos bem, e vocês invertem um pouco. Vejo que as pessoas sabem falar, mas às vezes têm muita dificuldade para escrever. Por isso, lá na UERJ eu sou famosa pelas resenhas, porque acho que tenho também uma obrigação formativa, acho que tenho que ajudar a formar as pessoas e por isso às vezes reclamam: “ah, mas você está corrigindo português!” É claro, porque não existe forma sem conteúdo, nem conteúdo sem forma. Seja onde for que você for trabalhar, você vai escrever, então eu incentivo muito isso. Incentivo muito também a leitura de romances, pois eu acho que ajudam também a compreender melhor os conceitos. Tudo isso são estratégias de cada professor. Há uma colega do nosso GT que contou certa vez que ela dividia a turma em grupos e cada grupo assumia um avatar, um grupo tinha que defender o empirismo, outro o racionalismo e todos os sistemas e teorias que se estudam em história da Psicologia. E ela diz que funciona bem, eles fazem até pela internet. Eu não me vejo fazendo isso, até porque eu não entendo

nada dessas coisas e não vou saber fazer isso, ou seja, o professor também precisa se sentir à vontade com esses recursos. Eu prefiro o uso dos romances, das pesquisas temáticas e dos filmes porque eu acho que ajudam a desnaturalizar, ajudam o aluno a ver a diferença.

7. Psicologia em Pesquisa: Para encerrar, como a professora vê o futuro da área no país?

Ana Jacó: Lá vem futurologia... isso é complicado! Eu não sei, depende do dia em que a pergunta é feita. Há dias em que eu estou mais animada, em outros, menos animada. Quando eu penso na vastidão desse país e na quantidade de universidades particulares de baixa qualidade, fico com medo. Mesmo nas universidades particulares de boa qualidade, eu também tenho muito medo, porque educação é algo muito caro e eu acho muito difícil que ela seja sustentada com recursos privados, por isso acho muito difícil uma instituição privada se manter, oferecendo uma boa educação. Eu acho que teria uma resposta melhor para te dar, se esse curso de educação a distância que pretendemos oferecer realmente vier a acontecer e tivermos os resultados. Penso isso porque vamos alcançar pessoas de vários lugares e ver como funciona. Por outro lado, eu acho que a Psicologia está acompanhando o que acontece nas profissões de uma maneira geral. As pessoas estão se especializando cada vez mais cedo, até por que as diretrizes curriculares propiciam isso. Eu acho que a conjuntura propicia isso e que as diretrizes curriculares contribuem mais um pouco para esse quadro. Além disso, as pessoas estão cada vez mais preocupadas com a empregabilidade do que com interesses mais, digamos assim, utópicos, como por exemplo, “aqui eu me sentirei mais feliz, aqui eu posso contribuir para com os outros” etc. Essa é uma perspectiva mais negativa, um futuro mais sombrio que vejo de vez em quando. Por outro lado, pensando em algo mais positivo, eu fico impressionada com a gana, com o interesse dos alunos de hoje em dia, pelo menos aqueles com os quais eu tenho um contato mais direto, que são os alunos da minha universidade, os alunos dos lugares aonde vou, que me convidam para falar. Eu fico impressionada com a dedicação, com a gana, com o interesse que os alunos têm na participação, na aquisição de conhecimento, naquilo que a Psicologia pode fazer para ajudar, para contribuir para o desenvolvimento do país e o desenvolvimento das pessoas e isso me entusiasma muito, mas nunca sei se isso acontece com uma minoria ou se é um sentimento mais amplo. Em todo caso, isso me deixa muito feliz.

A História da Psicologia Moderna e seu Ensino no Brasil

História da Psicologia Moderna.

Goodwin, C. J.

São Paulo: Cultrix, 2010, 4ª ed, 576p.

Luciana Xavier Senra¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A trajetória da Psicologia no Brasil está prestes a completar cinquenta anos. Esse pequeno percurso ainda é insuficiente para compor uma consistente historiografia nacional da Psicologia, assim como para transmitir, sem controvérsias, a história da Psicologia disciplina e ciência, sobretudo da Psicologia Moderna, nos currículos das graduações em todo o país.

De acordo com Goodwin (2010) e Koyré (1991), o curso de história, seja de qual for a disciplina, é constituído por ideias preconcebidas negativas e profundamente arraigadas em relação ao estudo da história. No que se refere à história da Psicologia, tais considerações também se fazem presente. Ironicamente ou não, o principal historiador, E. G. Boring, carrega no próprio nome (Boring) uma conotação de que a história é chata e monótona. Por esta razão, nesse fato, já se identifica a primeira controvérsia e o desafio para o estudo e o ensino da história da Psicologia em âmbitos internacional e nacional (Goodwin, 2010).

Com a nova edição de “História da Psicologia Moderna”, de C. James Goodwin, o problema destacado acima é mais uma vez salientado pelo autor (conforme a segunda edição, de 2005) no seu prenúncio de uma história da Psicologia que parta dessa preocupação, além da delimitação de um período, do contexto com suas características e seus personagens com suas contribuições intelectuais e profissionais, que componham a história que se pretenda descrever e analisar.

A quarta edição do livro de Goodwin não traz apenas dados cronológicos quinquenais de 1800 à 2000, conforme a segunda. É composta por fatos e personagens históricos importantes para a Psicologia, que contextualizam os grandes acontecimentos mundiais anualmente, nesse mesmo período, e expõe o objetivo que o autor se propõe: promover uma visão equilibrada da História da Psicologia e, de certa maneira, da História em geral e de como estudá-la.

De acordo com Goodwin (2010, p. 33), a referida visão equilibrada da história “reconhece as complexas interrelações entre as pessoas e o ambiente em que atuam” e, por isso, permite conceber que personagens importantes para a história foram produtos do mundo em que viveram e também responsáveis pelas decisões constituintes e transformadoras do contexto histórico no qual estavam inseridos.

A historiografia proposta no livro objetiva ainda, além de informar a respeito da história da Psicologia, ajudar a perceber o comportamento profissional dos historiadores através da exposição de dados interessantes a eles e os problemas com os quais se deparam ao realizarem seus trabalhos, tais como: a utilização de fontes secundárias, análises interna e externa, presentismo e historicismo, dentre outros. Todos esses problemas estão visivelmente presentes na historiografia da Psicologia e amplamente salientes nos livros didáticos e até alguns artigos utilizados nas graduações (Schultz & Schultz, 2002; Alberti, 1999; Figueiredo, 2003).

Em referência aos últimos 150 anos de acontecimentos referentes à Psicologia, Goodwin evidencia a ênfase que dá à história recente e moderna da Psicologia e a menor dedicação às raízes filosóficas, embora não as desconsidere. O autor justifica a delimitação desse período com base na experiência que possui como professor, pois, segundo ele, “o tratamento extensivo do pensamento filosófico dos gregos a Descartes impede que avancemos muito no século XX (...)” (Goodwin, 2010, p.3). Afirma ainda o autor que essa estratégia possibilita aos alunos de Psicologia estabelecer relações entre a história e as demais “especialidades” da Psicologia. Isto é, o curso de história deve proporcionar o aprendizado de ideias e pesquisas dos precursores da Psicologia, sobretudo daqueles que se empenharam no período em destaque.

A quarta edição do livro traz ferramentas pedagógicas eletrônicas (www.wiley.com/college/goodwin) para professores e estudantes de história da Psicologia. Para alunos, um guia online constituído por revisão orientada de conceitos e diversas amostras de testes com respostas. Para professores, é disponibilizado um manual do instrutor com um banco de testes. O complemento eletrônico dessa edição, pode-se inferir, contribui para uma melhor divulgação e enriquecimento da temática da história da Psicologia, que costuma ser pouco atraente para os estudantes, e acarretar má compreensão histórica das referidas ideias e pesquisas precursoras na Psicologia, e a viabilização de equívocos como o presentismo, ou seja, a análise dos fatos passados com concepções, instrumentos e métodos atuais.

Em relação à composição dos capítulos, todos apresentam uma visão geral e objetivos pertinentes ao que será discutido. Ao serem finalizados, apresenta-se o resumo da abordagem, questões para (estudo de) revisão e sugestões de leitura complementar com pequenas explicitações do que cada uma delas aborda. Essa didática também foi usada na segunda edição. Entretanto, a atual edição difere quanto às citações centrais de fontes primárias, em sua maioria, pertinentes às temáticas por terem sido incorporadas ao texto principal do capítulo, não mais ilustrando a seção especial intitulada *trecho de fonte original*. Além disso, ela se difere também em referência às datas e fatos significativamente importantes para a Psicologia, bem como outras datas, as quais Goodwin denominou *datas-chave* relativas a outros fatos exteriores ao terreno da Psicologia e importantes para a compreensão contextual.

As citadas caixas de datas-chave da quarta edição, acrescidas de mais dados contextuais e por fatores externos, permite identificar uma análise/postura mais externalista de Goodwin, embora ele mencione que tenta promover uma inter-relação entre história velha e nova, externalista e internalista, presentista e historicista, considerando que o livro-texto, para ele, destina-se aos cursos de História e de Psicologia. Entretanto, ressalta que essa inter-relação pretende evitar uma explicação presentista, cuidado que é verificado ao longo dos capítulos da quarta edição.

As alterações da quarta edição não tornaram o livro de Goodwin mais denso ou extenso, ao contrário, tornaram-no mais rico quanto à maior utilização de fontes primárias e à atualização dos dados de pesquisas mais recentes e relativas aos fatos, eventos

e personagens da História da Psicologia. O autor alcança as metas delimitadas no texto introdutório e é, simultaneamente, historicista e personalístico, ao explicitar conceitos, contextos e eventos importantes para a historiografia. Essa abordagem o aproxima, por exemplo, de Boring (1963), que defende uma história com base em fatos, e não em grandes nomes, e evidenciando que Goodwin utiliza-se de categorias tanto da história velha, quanto da nova, sem problemáticas e análises que, na grande maioria das vezes, explicitem os equívocos do presentismo.

Contudo, talvez pela tentativa de proporcionar uma continuidade da referida inter-relação ao longo do livro, em alguns capítulos (primeiro, terceiro e sexto, por exemplo), Goodwin tende a ser um pouco controverso, conforme podemos citar em relação ao primeiro, pois lança mão do uso de fontes secundárias que se remetem à Boring, remetendo ao que ele mesmo classifica como um conjunto de fatores de certa maneira questionável, por já ser uma interpretação dos textos de Boring e não de suas considerações num dado momento a respeito de alguma temática da história da Psicologia (referência à distorção na ênfase na Psicologia experimental básica em detrimento da Psicologia aplicada).

O capítulo de conclusão da 4ª edição do livro de Goodwin traz a ênfase de que a história da Psicologia deve ser entendida a partir da compreensão do presente sem desconsiderar o passado, para que, enquanto disciplina, ela se torne unificada. Entretanto, o autor ressalta que a apresentação atual da história da Psicologia é incompleta e impede essa unificação, devido ao seu crescimento exponencial nos últimos quarenta anos, sobretudo com subespecialidades que abarcam a neurociência, a genética e o uso intenso de tecnologias. Peculiaridades já demonstradas na segunda edição.

A leitura de “História da Psicologia Moderna” permite constatar que o desafio de promover uma história desprovida de tantas controvérsias comuns à historiografia da Psicologia e da ciência (por exemplo, historicismo versus presentismo) permanece em aberto, mesmo quando são adotadas medidas com intuito de se viabilizar a mencionada unificação da Psicologia pela disciplina de História da Psicologia.

Nesse sentido, portanto, se verificarmos o constante cuidado do autor em abordar categorias da velha e da nova história da Psicologia, inter-relacionando-as e justificando cada uso para a produção de um

livro-texto que atenda, simultaneamente, estudantes de Psicologia e de história da Psicologia, veremos que Goodwin consegue propor uma historiografia geral sem tantos problemas (presentismo), principalmente se o correlacionarmos com textos de autores tão importantes para a História da Psicologia, como Boring (1963) e Danziger (1994). Essa é, talvez, a principal distinção entre o livro-texto de Goodwin e os demais utilizados na grade curricular dos cursos de história da Psicologia e Psicologia no Brasil.

Referências

- Alberti, S. (1999). História da Psicologia no Brasil - Origens Nacionais. In *Clio-psyche: história da Psicologia no Brasil*. Acesso em 09 set 2011, em http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cliol/historiadapsicologia.htm#_ftn2.
- Boring, E. (1963). Eponym as Placebo. In R. Watson & D. Campbell (eds.), *History, Psychology and Science: Selected Papers*. New York: John Wiley.
- Danziger, K. (1994). Does the History of Psychology Have a Future? *Theory and Psychology*, 4(4): 467-484.
- Figueiredo, L. C. M. (2003). *Matrizes do Pensamento Psicológico* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Goodwin, C. J. (2005). *História da Psicologia Moderna* (2ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Goodwin, C. J. (2010). *História da Psicologia Moderna* (4ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Koyré, A. (1991). Perspectivas da história das ciências. In A. Koyré, *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2002). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.

Nominata

RELAÇÃO DE PARECERISTAS – VOLUME 5 (2011)

- Ana Francisca de Oliveira – Universidade José do Rosário Vellano
Ana Regina Noto Faria – Universidade Federal de São Paulo
Antonio Maurício Castanheira das Neves – Universidade Católica de Petrópolis
Cristiane Faiad de Moura – Universidade Salgado de Oliveira
Cristiano Perius – Universidade Estadual de Maringá
Edelvais Keller – Universidade Federal de Juiz de Fora
Eliane Ferreira Carvalho Banhato - Fundação Educacional Machado Sobrinho
Erikson Felipe Furtado – Universidade de São Paulo
Fátima Siqueira Caropreso – Universidade Federal de Juiz de Fora
Francisco Antonio Coelho Junior – Universidade de Brasília
Iracema Francisco Frade – Universidade Federal de São Paulo
Jacqueline de Oliveira Moreira – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
João Carlos Alchieri – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho - Universidade Federal de Alagoas
Laisa Marcorela Andreoli Sartes – Universidade Federal de Juiz de Fora
Luciana Mourão Cerqueira e Silva – Universidade Salgado de Oliveira
Luciene Alves Miguez Naiff – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Luis Pereira Justo – Universidade Federal de São Paulo
Makilim Nunes Baptista – Universidade São Francisco
Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Maria Cristina Ferreira – Universidade Salgado de Oliveira
Maria do Carmo Fernandes Martins - Universidade Metodista de São Paulo
Maria Stella Brandão Goulart – Universidade Federal de Minas Gerais
Marineia Crosara de Resende – Universidade Federal de Uberlândia
Marisa Cosenza Rodrigues – Universidade Federal de Juiz de Fora
Matheus Hidalgo – Universidade Federal de Sergipe
Maycoln Leôni Martins Teodoro – Universidade Federal de Minas Gerais
Michaela Bitarello do Amaral-Sabadini – Hospital Clinic Barcelona, Espanha
Nara Liana Pereira Silva – Universidade Federal de Juiz de Fora
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rita de Cássia Ramos Louzada – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Samila Sathler Tavares Batistoni – Universidade de São Paulo
Sara Del Prete Panciera – Universidade Federal de São Paulo
Sigmar Malvezzi – Universidade de São Paulo
Sônia Maria Guedes Gondim - Universidade Federal da Bahia
Teresa Creusa G. M. Negreiros – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Zilda Aparecida Pereira Del Prette – Universidade Federal de São Carlos